

10

177: -

1
2

3

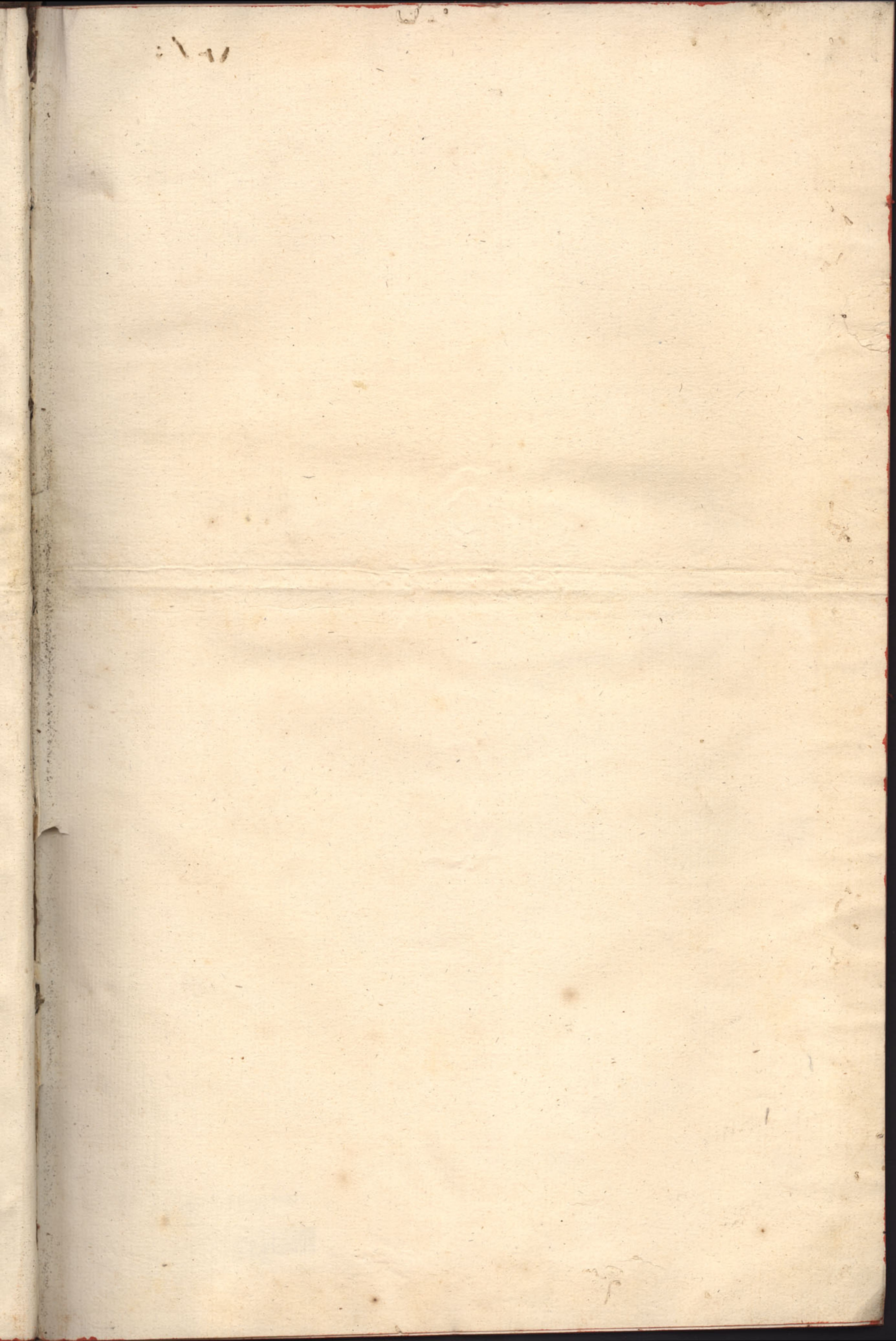
Apr

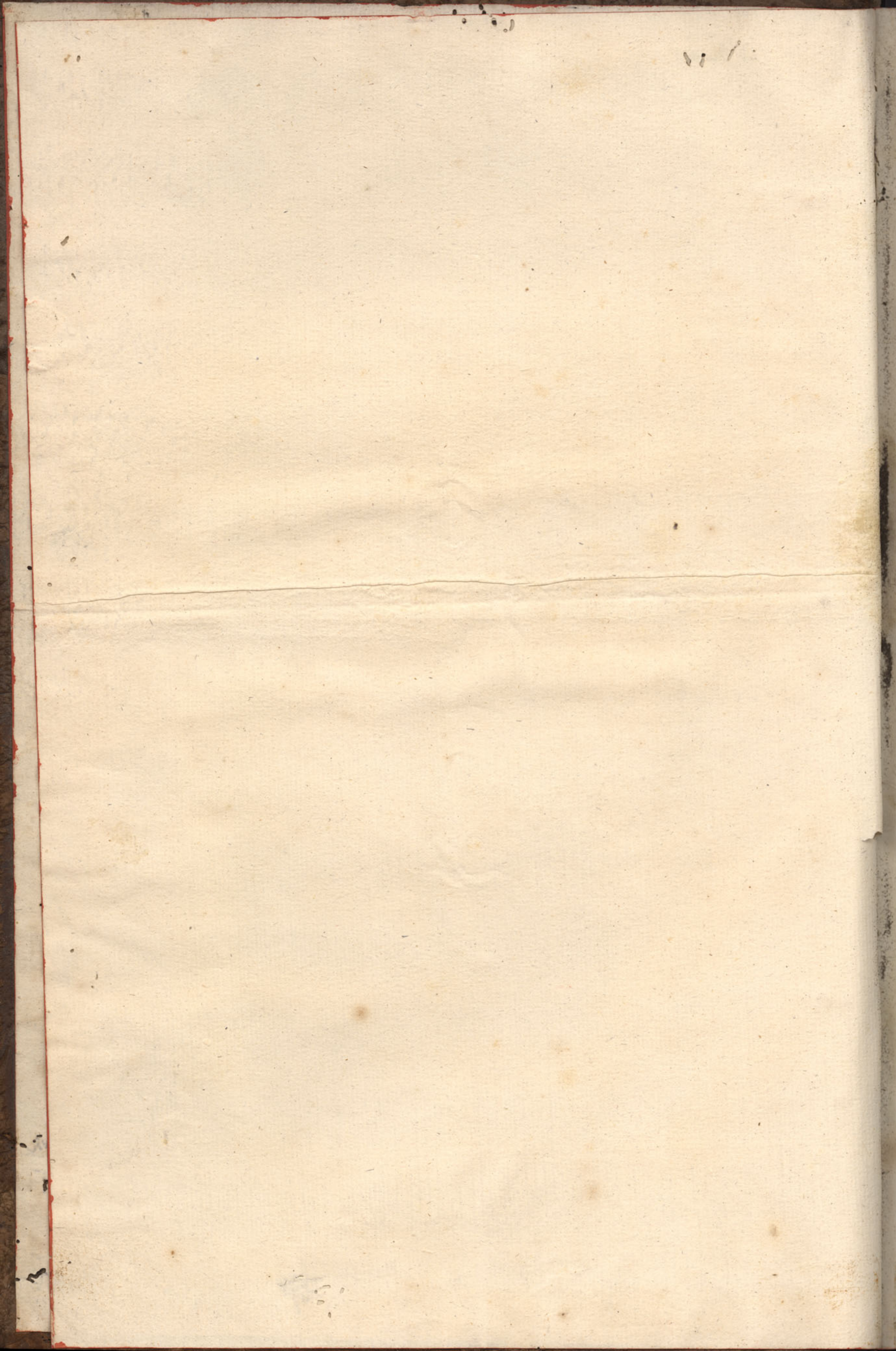
6

7

111

111





INDEXATORIO

DE LEYES, E LEYS
E DECRETOS

ALPHABETICO

EXTRAORDINARIAMENTE CORRECTO

REPRESENTADO
por D. Antonio de Saldanha, das mais altas Ordenações
do Reino, e com o seu Conselho, e fim delle das mate-
rias das Leys, e Decretos, que se acham nos Livros
de Leys, e Decretos, e no Archivo da Real Chancaria:

por D. Antonio de Saldanha, das mais altas Ordenações, Leyes,
e Decretos, e com o seu Conselho, e fim delle das mate-
rias das Leys, e Decretos, e no Archivo da Real Chancaria:
por D. Antonio de Saldanha, das mais altas Ordenações, Leyes,
e Decretos, e com o seu Conselho, e fim delle das mate-
rias das Leys, e Decretos, e no Archivo da Real Chancaria:

por D. Antonio de Saldanha, das mais altas Ordenações, Leyes,
e Decretos, e com o seu Conselho, e fim delle das mate-
rias das Leys, e Decretos, e no Archivo da Real Chancaria:

por D. Antonio de Saldanha, das mais altas Ordenações, Leyes,
e Decretos, e com o seu Conselho, e fim delle das mate-
rias das Leys, e Decretos, e no Archivo da Real Chancaria:

por D. Antonio de Saldanha, das mais altas Ordenações, Leyes,
e Decretos, e com o seu Conselho, e fim delle das mate-
rias das Leys, e Decretos, e no Archivo da Real Chancaria:

por D. Antonio de Saldanha, das mais altas Ordenações, Leyes,
e Decretos, e com o seu Conselho, e fim delle das mate-
rias das Leys, e Decretos, e no Archivo da Real Chancaria:

por D. Antonio de Saldanha, das mais altas Ordenações, Leyes,
e Decretos, e com o seu Conselho, e fim delle das mate-
rias das Leys, e Decretos, e no Archivo da Real Chancaria:

por D. Antonio de Saldanha, das mais altas Ordenações, Leyes,
e Decretos, e com o seu Conselho, e fim delle das mate-
rias das Leys, e Decretos, e no Archivo da Real Chancaria:



A-6.

Do Cartorio do Cabido de Coimbra

REPERTORIO

DAS

ORDENAC, OËS, E LEYS

DO REYNO

DE

PORTUGAL

NOVAMENTE CORRECTO:

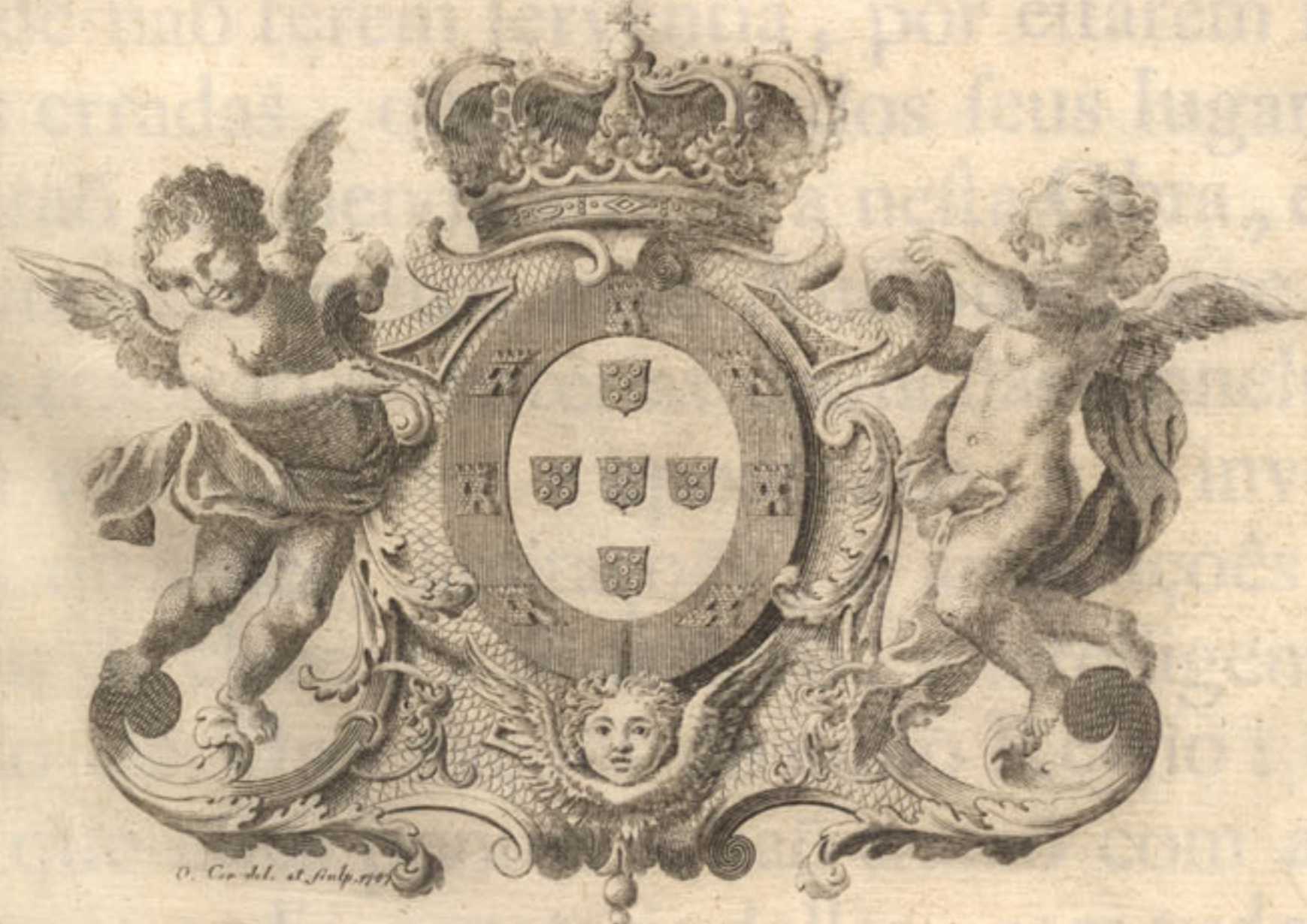
ACCRESCENTADO

Com muitas Conclusões tiradas das mesmas Ordenações, e com hum novo Index no fim delle das materias das Collecções, que se ajuntáraõ aos Livros da Ordenação novamente impressa:

ILLUSTRADO

Com copiosas Remissoes dos Doutores; Concordia das Ordenações, Leys Extravagantes, Decretos Reaes, e Assentos da Relação, que se tem expedido, e feito desde a nova Compilação das Ordenações; e com muitas Notas de casos praticos, e Arestos, que deixáraõ apontados nas suas Ordenações alguns grandes Ministros deste Reyno.

TOMO PRIMEIRO.



8-7-74
29059 of.

LISBOA, M.DCC.XLIX.

No Mosteiro de S. Vicente de Fóra, Camara Real
de Sua Magestade.

Com as licenças necessarias, e Privilegio Real.

Sala CF
Est. E
Tab. 9
N.º 7

ADVERTENCIA.



PERTENDENDO-SE reimprimir este novo Repertorio das Ordenações do Reyno, que compôs e ordenou o Doutor Manoel Mendes de Castro, para se lhe encorporar no fim delle o Index das materias das Collecções, com que novamente se accrescentáraõ as mesmas Ordenações, se fez preciso expurgá-lo dos muitos erros, com que andava viciado, e accrescentar-lhe outras mais disposições da Ordenação, que faltavaõ nelle, para que assim pudesse melhor servir á utilidade pública. E como na margem do mesmo Repertorio fez o Auctor delle algumas Remisões de Doutores do Reyno, que explicaõ o sentido das Ordenações, a que se apontavaõ; as quaes podendo ser utilissimas, se achavaõ em termos de não terem serventia, por estarem muitas dellas erradas, outras fóra dos seus lugares, se ajustáraõ, e emendáraõ agora nesta Obra, e se accrescentáraõ muitos mais Auctores, que vastamente tratáraõ as materias daquellas Conclusões, a que vaõ referidos e apontados; e se envolvem varias questões, limitações, e ampliações, que servem de clareza, illustração, e intelligencia ao sentido das Ordenações do nosso Reyno: e supposto que estes pontos se não trataõ com a vastidão, que pedia a materia delles, com tudo se referem os Auctores, que bastaõ, para nelles se verem e examinarem; porque o intento desta Obra
foi

foi fazer só Remissoes , e não Commentarios. E para mayor amplificação das mesmas Remissoes se ajuntáraõ a ellas as excellentes Notas , que se tiráraõ das Ordenações dos Desembargadores do Paço **DIOGO MARCHAÕ THEMUDO**, **MANOEL LOPES DE OLIVEIRA**, **LOPO TAVARES DE ARAUJO**, e do Conselheiro da Fazenda **MANOEL DA CUNHA SARDINHA**, debaixo de cujo nome vaõ algumas do Desembargador do Paço **THOME PINHEIRO DA VEIGA**, por se acharem copiadas na sua Ordenação : nellas se dá noticia de muitas Decisoes , e Resoluções dos Tribunaes, em casos muito duvidosos , que podem servir de grande luz para a occurrencia de casos semelhantes. Em fim toda esta Obra he hum aggregado de doutrinas alheyas ; mas juntas e dispostas em ordem para servirem em seus lugares de illustração e intelligencia ás materias , de que tratou a nossa Ordenação : he hum livro feito de muitos livros , em que o Leitor poderá perceber aquella utilidade, que o Grande Patriarcha Sancto Agostinho reconheceo em semelhantes Compilações : *Utile est plures à pluribus libros fieri , non diversa fide , etiam de quæstionibus eisdem , ut ad plurimos res ipsa perveniat : ad alios sic , ad alios autem sic.*

Liv. 1.
de Tri-
nit.c.3.
pag.87.
tom. 3.

L I C E N Ç A S.

Do Sancto Officio.

E Ste Primeiro Tomo do Repertorio das Ordenações do Reyno está conforme com o seu Original. Sancto Eloy de Lisboa, 22. de Fevereiro de 1745.

Vicente de Sancta Maria.

V Isto estar conforme com o Original, póde correr. Lisboa, 28. de Fevereiro de 1749.

Fr. R. de Alencastre. Sylva. Abreu. Almeida. Trigoso

Do Ordinario.

E Ste Tomo do Repertorio das Ordenações do Reyno em tudo se conforma com o Original, e me parece não ter dúvida, que possa servir de impedimento a conceder V. Excellencia a licença, para que possa correr, e publicar-se. Lisboa, Convento de N. Senhora da Graça, 25. de Fevereiro de 1749.

Fr. Mathias da Encarnaçãõ.

V Isto estar conforme com o Original, póde correr. Lisboa, 2. de Março de 1749.

D. J. Arceb.

Do Paço.

P Ode correr, com declaração que estas Notas não teráõ mais auctoridade, que a de simplices opinioes; ficando livre aos Juizes escolherem a que lhes parecer mais conforme a Direito, e estylo de julgar; e taxaõ este Livro em quatro mil reis em papel. Lisboa, 22. de Março de 1749.

Almeida. Carvalho. Castro. Mouraõ. D.^o Quintéla.

LICENÇAS.

Do Santo Officio.

Este Primeiro Tomo do Repetorio das Ordenações do Rey. no esta conforme com o seu Original. Santo Officio de Lisboa, 22. de Fevereiro de 1745.

Almeida, Carvalha, Castro, Moura, D. Quintella.

Visto estar conforme com o Original, pôde correr. Lisboa, 28. de Fevereiro de 1749.

Almeida, Carvalha, Castro, Moura, D. Quintella.

Do Ordinario.

Este Tomo do Repetorio das Ordenações do Reyno em forma de se contém com o Original, e me parece não ter devida, que possa servir de impedimento a concessão V. Excellentia a licença, para que possa correr, e publicarse. Lisboa, Convento de N. Senhora da Graça, 22. de Fevereiro de 1749.

Almeida, Carvalha, Castro, Moura, D. Quintella.

Visto estar conforme com o Original, pôde correr. Lisboa, 2. de Março de 1749.

Almeida, Carvalha, Castro, Moura, D. Quintella.

Do Paço.

Pode correr, com declaração que estas Notas não terão mais autoridade, que a de simples opiniões; ficando livre aos Juizes escolherem a que lhes parecer mais conforme a Ducto, e estylo de julgar; e taxaõ este Livro em quatro mil reis em papel. Lisboa, 22. de Março de 1749.

Almeida, Carvalha, Castro, Moura, D. Quintella.



I

REPERTORIO DAS ORDENACOES DO REYNO DE PORTUGAL.

A B



ABBADÉS podem ser citados ante Juizes leigos por bens patrimoniaes, *liv. 2. tit. 1. in princip.* (a)
Abbades Bentos, que declarão em seus livros haverem pago a seus criados, são cridos, *liv. 4. tit. 33. §. 2.*

Abbades Bentos por seus Alvarás são criados, como se fossem Escripturas publicas, *liv. 3. tit. 59. §. 15.* (b)
ABELHAS não se podem arrendar em colmeias, *liv. 4. tit. 69.*
Abelhas não se podem comprar para matar, *liv. 5. tit. 78.* (c)
ABERTAS, e publicadas não ha nos feitos dos culpados de Sodomia, *liv. 5. tit. 13. §. 7.* (d)
ABERTURA de Testamento; vide verba *Abrir.*

ABO-

(a) Oliv. de For. Eccl. p. 3 q. 11. Gabr. Per. de Man. Reg. c. 22.
 (b) Cabed. 1. p. dec. 139. n. 3. Reynof. observ. 44. à n. 19.
 (c) Berlich. 5. p. concl. 50. ubi de pœnis eorum, qui apes furantur.
 Tom. I.

(d) Aliàs enim pro quocumque, etiam gravissimo flagitio, testium nomina non sunt supprimenda; Cresp. observ. 89. & 90., Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. ante §. 31. glos. 34. à n. 7.
 (a) Ibi:

ABOBADA, que he feita ante as duas bandas da rúa, se póde fazer derribar pelo Conselho, e o que sobre ella he edificado, *liv. 1. tit. 68. §. 32.*

ABONACAÇÃO não he recebida aos que são condemnados no crime de Lesa-Magestade, falsidade, furto, feitiçaria, e alcoviteria, *liv. 5. tit. 139. §. 2. (a)*

ABRIR carta d'El-Rey, ou da Rainha em seu prejuizo, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 8. (b)*

Abrir cartas de outras pessoas, que vem cerradas, que pertencem á guarda da Pessoa, e Estado Real, tem pena de morte, *ibid. §. 1.*

Abrir cartas de Desembargadores, ou Officiaes de Justiça, ou da Fazenda, selladas com o Sello d'El-Rey, tem pena de morte, *ibid. §. 2.*

Abrir cartas de Infantes, Duques, e outros Grandes, tem pena de degredo, *ibid. §. 4.*

Abrir cartas da Rainha, ou Principe, tem a mesma pena, que se fóra d'El-Rey, *ibid. §. 3.*

Abrir carta de qualquer pessoa, tem pena arbitraria, *ibid. §. fin.*

Abrir se póde o testamento em tempo, e dia feriado, *liv. 3. tit. 18. §. 9.*

Abrir as inquirições; vide verb. *Inquirições.*

Abrir a conclusão; vide verb. *Conclusão.*

Abrir portas de outrem com artificio, tem pena, *liv. 5. tit. 60. §. 10. (c)*

ABSENCIA longa se entende para fóra do Reyno, *liv. 3. tit. 55. §. 7.*

Abseñcia se próva por duas testemunhas, *liv. 2. tit. 53. §. 1.*

ABSENTE de quem não se póde saber aonde está, nem se he morto, ou vivo, lhe dá Curador a seus bens o Juiz dos Orphaõs, *liv. 1. tit. 89. (d)*

Abseñte a que he dado Curador, se entende o que não tem mulher, ou pay, *ibid.*

Abseñte, cuja fazenda se manda entregar a alguem, ha de passar de dez annos, que está fóra da Terra, e se não sabe delle, *liv. 1. tit. 62. §. 38. (e)*

Abseñte contra quem se procedeo por Edictos, e foi condemnado por sentença em pena corporal, se publica com pregação em audiencia, *liv. 5. tit. 126. §. 1.*

Abseñte criminoso não póde apparecer por seu procurador, ou defensor, *liv. 3. tit. 7. §. 3. (f)*

Abseñte criminoso não póde por seu procurador recusar o Julgador, nem outro Official, *ibid. (g)*

Abseñte criminoso, tendo justas causas de suspeiçãõ ao Julgador, e Officiaes, as póde allegar por seu procurador no Desembargo do Paço, *ibid. §. fin. (h)*

Abseñte criminoso póde allegar por seu procurador as causas de ausencia, e escusarse, *ibid. §. 3. (i)*

Abseñte por crime, (que provado mereceria morte) contra quem se próva tanto, que deva ser preso, se lhe sequestraõ os bens, *liv. 5. tit. 126. §. 11. (k)*

Absen-

(a) Ibi: *Alcoviteria. Concordat Ord. lib. 5. tit. 134. §. 3.*, sed limita secundum *Ord. lib. 5. tit. 32. §. 4.*, & *tit. 33. in princip.*

(b) De materia vide *Decian. tract. crim. lib. 7. cap. 17.*, *Clar. §. Fa' sum. n. 26.*, *Menoch. de Arbitr. cas. 548.* Quid autem in Tabellario non transportante litteras sibi commissas ad locum, quo promisit, sed eas abijciente, vel deperdente: vide *Harp. in §. Item lex Cornelia. 7. n. 8. vers. Illud hic. Inst. de Public. Judic.*

(c) *Molin. de Just. tract. 2. d' sp. 695. sub n. 25. vers. Quicumque.*

(d) *Oliveir. de Mun. Provis. in addit. ad cap. 4. n. 6.*, *Almeid. de Num. quinar. cap. 10. à n. 18.*, vide *Ord. lib. 1. tit. 62. §. 36.*

(e) *Thom. Vaz alleg. 79. n. 5.*, *Oliveir. de Muner. Provis. in addit. ad cap. 4. n. 3.*

(f) *Nec ad interponendum gravamen potest absens admitti per procuratorem: Phæd. 2. p. arest. 104. in fin. & vide arest. 176.*, *Leit. de Securit. q. 10. n. 8.* Si autem fuerit admittus, gesta cum illo non sunt annullanda; *Barbof. ad Ord. lib. 3. tit. 7. §. 3. n. 1.*, *Mend. in Prax. p. 2. lib. 5. cap. 4. n. 4.*

(g) *Mend. in Prax. 2. p. lib. 5. cap. 4.*, *Gratian. For. cap. 100. n. 44.*, *Ord. liv. 3. tit. 21. §. 5. prop. fin.*

(h) *Costa de Styl. Absent. 15.*

(i) *Mend. in Prax. 2. p. lib. 5. cap. 1. n. 63.*, & *cap. 4. n. 3. & 4.*

(k) *Mend. in Prax. 2. p. lib. 5. cap. 4. n. 3.*, *Gom. in L. 76. Taur. n. 7.*, & *tom. 3. Var. cap. 1. n. 8.* Prius tamen debet agere Judex de captura delinquentium, quam de

sequestratione bonorum: *Bobadilh. in Polit. lib. 2. cap. 21. n. 132.* Et nota, quod ex bonis sequestratis delinquentium debent eis alimenta subministrari; *Valasc. conf. 1. n. 2.* Quod debet intelligi si fuerit carceratus, vel si se liberet, ut declarat Ordinatio in hoc metum §. Et quomodo debeat fieri sequestratio in bonum Reor, vide *Matth. de Re Crimin. controv. 37. n. 9. & 24.*

Et audi sequentem notam Senatoris Oliveir. ad hunc §. *Tres casos põem esta Ordenação: Primeiro, nos delictos, que tem pena de morte; e neste manda que se proceda a sequestro, se o Réo andar absente: Segundo, se os delictos tem pena de confiscação; no qual tambem manda proceder a sequestro, e isto ou o Réo ande absente, ou esteja preso: o que entendo que se deve praticar, aindaque o delicto não tenha pena de morte, porque assi se colhe da Ley, e da razão della; pois neste caso o sequestro he para segurança da confiscação; e tambem entendo que se deve praticar, posto que o Réo tenha Carta de seguro; pois não deve ser de melhor condição o seguro, do que o preso. Terceiro e ultimo caso he, quando o delicto não tem pena de morte, nem de confiscação, mas provado teria a parte nelle interesse; e entãõ estando o Réo ausente induz a Ley hypotheca qualificada em seus bens de raiz na forma do Versic. ultimo: e eu no caso da Orden. liv. 5. tit. 22. votei que se fizesse sequestro a hum Réo; porque no dito caso tinha perdimento dos bens; os quaes, aindaque haviaõ de ser para a parte, com tudo, se ella os não quizesse, ficavaõ para o Fisco, assim pela amétade applicada para a Camara Real, como pela outra amétade applicada a Captivos, aos quaes El-Rey fazia delle mercê na dita Ordenação; e por este ou aquelle modo tem pena de perdimento de fazenda, que he o que nesta Orden. se diz*

(a) Et

Absente por crime, que provado merecia ser preso, tendo parte, não pôde vender bens de raiz, *liv. 5. tit. 126. §. 11. (a)*

Absente por crime capital, sendo citado por Edictos, passado anno, se se quizer vir escusar, será ouvido cumpridamente de seu direito, *liv. 5. tit. 128. (b)*

Absente sendo algum Desembargador, o Regedor põem outro em seu lugar, *liv. 1. tit. 1. §. 24.*

Absentes tem de seus bens cuidado os Proveedores das Comarcas, *liv. 1. tit. 62. §. 38. (c)*

Absentes sendo os malfeitores se procede contra elles á revelia, *liv. 5. tit. 126.*

Absente he citado por Edictos, quando não for certo o lugar de sua morada, *liv. 3. tit. 1. §. 8. (d)*

Absentes querelados são citados por Edictos, *liv. 5. tit. 117. §. 19. (e)*

Absentes, desde que são sabedores das sentenças, devem dahi a dez dias appellar dellas, *liv. 3. tit. 70. in princip. (f)*

ABSOLVIÇÃO da instancia parece que tem appellação, ou aggravado, *liv. 3. tit. 20. §. 16., e §. 18. e 22., e tit. 14. in fin. princip. (g)*

ABSOLUTO da instancia he aquelle, contra quem se deu libello, em que se fazia menção de escriptura, se o Auctor a não offercer, *liv. 3. tit. 20. §. 22. (h)*

Absoluto he o Reo da instancia, quando se mandou ao Auctor trazer alguma procuração da mulher, ou do Menor, e a não quiz dar, *liv. 3. tit. 63. §. 4.*

Absoluto em parte, e em parte condemnado, paga as custas pro rata, *liv. 3. tit. 67. §. 2. (i)*

Absoluto he o Réo; que nega o que o Auctor lhe deixou em seu juramento, *liv. 3. tit. 59. §. 5. (k)*

Absoluto he o Réo, que refere o juramento, e o Auctor não quer jurar, *ibid. §. 6. (l)*

Absoluto he o Réo da citação, sendo recebida, e provada a excepção declinatoria, ou confessando-a o Auctor, *liv. 3. tit. 20. §. 9.*

Absoluto he o Réo da instancia, parecendo ao Juiz pelas razões do Réo, antes de continuar, que o Auctor não pôde haver acção, *ibid. §. 16. (m)*

Absoluto he o Réo da citação, achando-se que a procuração do Auctor não he sufficiente, ou quando por Direito não val, *liv. 3. tit. 20. §. 10. (n)*

Absolvição se ha de mostrar por escriptura nos casos, que ella se requer, quando se allegar por via de excepção, *liv. 3. tit. 59. §. 9.*

Absoluto he de toda a causa o Réo, que já foi absoluto da instancia, *liv. 3. tit. 20. §. 17. (o)*

Absoluto da instancia, sendo outra vez citado, lhe pagaõ as custas, *ibid. §. 9.*

Absoluto he da instancia o Réo, quando o Auctor não veyo com libello ao termo assignado, *ibid. §. 18.*

Absoluto he o Réo da demanda de bens de raiz, se o Auctor não traz outorga de sua mulher, *liv. 3. tit. 47. §. 2.*

Absoluto he o Réo da instancia, se o Auctor se absentou, depois de haver dado libello, *liv. 3. tit. 14. §. 1. (p)*

Abso-

(a) Et si vendat, an possint à Fisco revocari; Gom. 3. Var. cap. 14. n. 3. & 4., & ibi Aylon.

(b) Portug. de Donat. tom. 2. cap. 40. à n. 3., Carleval de Judic. tit. 1. d'isp. 2. n. 752., Oliv. de For. Eccles. 3. p. 7. 20. n. 33.

(c) Oliveir. de Muner. Provis. cap. 4.

(d) Mend. in Prax. 2. p. lib. 3. cap. 1. à n. 11., Phæb. 1. p. arest. 69., Cabed. p. 1. dec. 197. n. 9. & 10., Gam. dec. 15. Limita tamen in citatione, quæ sit ad jurandum in anima; quia non potest fieri per edicta; Phæb. 1. p. arest. 32. Limita etiam in citatione ad recognoscendum chirographum, Peg. For. cap. 1. n. 7., ubi sic judicatum refert; sed in numero 8. contrarium etiam judicatum tenet, & ibi facit differentiam inter casus, in quibus potest verificari una, alteraque sententia.

(e) Concordat Ord. supr. tit. 104. §. 4., & infra tit. 126. §. 3.

(f) Antonel. de Temp. legal. lib. 4. cap. 23., Fragos. de Regim. Reip. p. 1. d'isp. 24. à n. 23., Mend. in Prax. 2. p. lib. 2. cap. 10. n. 1.

(g) Vide Leit. de Gravamin. q. 6. n. 11. vers. His premissis.

(h) Note-se, que a pratica he, que, quando alguns artigos

se fundão em escripturas, ou se não podem provar sem ellas, e os AA., ou RR. as não produzem, se mandão riscar os taes artigos, e fica correndo a causa sobre os outros; notat hinc Senator Oliveir.

(i) Vide Petr. Barbof. in L. Eun, qui temerè. 79. in princip. à num. 117. ff. de Judic., Peg. Forens. tom. 2. cap. 19. num. 99.

(k) Consonat Ord. lib. 3. tit. 52. §. 3., & lib. 4. tit. 52.

(l) Vide Berlich. p. 1. concl. 32. à n. 40.

(m) Mend. à Castr. 2. p. lib. 2. cap. 7. n. 1. Et an sententia lata super ineptitudine libelli sit appellabilis? Salgad. de Reg. protect. p. 2. cap. 1. à n. 41. Et de materia libelli inepti, & de clausulis apponi solitis, Fragos. de Regim. Reip. 1. p. d'isp. 12. ex n. 46.

(n) Vide Arouc. in L. 2. §. 1. ff. de Rerum division. n. 279., Scop. ad Gratian. observ. 106.

(o) Consonat Ordin. infr. §. 22., Cabed. 2. part. arest. 32.

(p) Desumitur ex Auth. Qui semel. Cod. Quomodo, & quando Judex., Mend. in Prax. p. 1. lib. 1. cap. 3. n. 24., Cardof. in Prax. verb. Actor. n. 9., Barbof. in L. Ad preemtorium. 68. à n. 37. cum seqq. ff. de Judic.

Absoluto da instancia he o Réo, quando o Auctor he Estrangeiro, ou he de outra jurisdicção, e não dá fiança ás custas, *liv. 3. tit. 20. §. 6. (a)*

Absoluto o Réo da instancia, não póde ser o Auctor admittido, sem pagar as custas da absolvição, *liv. 3. tit. 14. §. fin.*

Absoluto da instancia, por não se offerecer escriptura a segunda vez, será absoluto da causa, *liv. 3. tit. 20. §. 22.*

ABUSOES, e superstições, como passar doente por Silveira, ou Machieiro, ou Lameira virgem, são defesas, *liv. 5. tit. 3. §. 3. (b)*

Abusaõ he benzer com espada, que matou homem, ou passou o Douro e Minho tres vezes, ou cortar solas em figueira baforeira, ou cortar cobro em lumiar de porta; e tem pena de degredo, *liv. 5. tit. 3. §. 3.*

Abusaõ he dar a comer bolo para saber de algum furto, *ibid. (c)*

Abusaõ he ter mendragoras em suas casas com tenção, que por ellas haverão graça com Senhores, ou ganho em cousas, que tratarem; e tem pena, *ibid.*

Abusaõ he passar agoa por cabeça de caõ, por conseguir algum proveito, e fazer outras cousas, que se referem no dito §. 3. (d)

(a) Si autem Extraneus factus sit Regnicola, non prestat fidejussionem, Arouc. in *L. Princeps. 31. ff. de Legibus. n. 22.* Et nota, quod non sufficit cautio juratoria; Mend. 2. p. lib. 1. cap. 3. n. 12. Et de materia hujus Legis, vide Gabr. Per. de Man. Reg. 3. p. cap. 68. à princip., Peg. For. cap. 16. à n. 112.

(b) De superstitionibus latissimè vide Simanc. de *Cathol. institut. tit. 62. & 63.*, Soar. tom. 1. de *Religion. lib. 1. de Religio. cap. 12. & 13.*, & ferè per tot., Sanch. lib. 2. *Sum. cap. 37. & seqq.*, Salmanticens. tom. 5. *tract. 2. cap. 11. punt. 1. usq. ad punt. 13.*, ubi latissimè.

(c) Pro eodem enim ferè accipiuntur vele scire furta, vel auctorem furti; & ideò fortilegia ad scienda furta sapiunt hæresim; Bordon. in *Manual. consult. sect. 34. n. 27. ver. Clarus.*

(d) De divinatione, quæ fit per hydromantiam, Matth. de *Re crimin. controv. 60. n. 22.*, Bordon. in *Manual. sect. 39. num. 8.*, Salmanticens. tom. 5. *tract. 21. cap. 11. punt. 2. n. 22.*, August. Barbof. ad *Rubr. de Sortileg. n. 12.*, ubi remissivè.

(e) Mend. à Castr. 1. p. lib. 3. cap. 6., & cap. 10. n. 1., Phæb. 1. part. *dec. 74.*, & *arest. 84.*, Reynof. *obs. xv. 63. num. 8.*

(f) Ergo appellatio in causa super expulsionem domo um non habet effectum suspensivum; vide Phæb. 2. p. *arest. 6.*, Peg. For. cap. 15. n. 115. & *seqq.*, qui explicant.

(g) Mend. à Castr. 2. p. lib. 3. cap. 8. n. 7., & lib. 4. cap. 10. n. 11., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 24. n. 18., Valasc. *conf. 88.*

(h) Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 23. n. 4., Sabel. in *Sum. ver. Reconventio. n. 5.*

AC

ACÇÃO se diz perpetuada pela contestação da parte, *liv. 3. tit. 4. e 9. in princip. (e)*

Acção, que era temporal, e por tempo podia perecer, se póde intentar, durante o officio, ou embaixada do Réo, e fica entãõ perpetuada, *ibid.*

Acção sobre o despejo de casas he summaria, de qualquer quantia e qualidade que seja, *liv. 3. tit. 30. §. 3. (f)*

Acção de esbulho não admite reconvenção, *liv. 3. tit. 33. §. 4. (g)*

Acção da guarda, e deposito, não admite reconvenção, *ibid. (h)*

Acção summaria não admite reconvenção ordinaria, *ibid. §. 6. (i)*

Acção póde obrar reconvenção, quando o Juiz tinha jurisdicção para della conhecer, sendo principalmente intentada, *ibid. §. 5. (k)*

Acção, e reconvenção andãõ igual passo, e se determinãõ em huma mesma sentença, *liv. 3. tit. 33. (l)*

Acção, que não he bem proposta, se manda declarar no mesmo feito sem novo processo, *liv. 3. tit. 63. §. 6. (m)*

Acção litigiosa não se póde traspassar, nem vender, pendendo o litigio, antes que seja findo por sentença, *liv. 4. tit. 10. §. 3. (n)*

Acção

(i) Vide Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 23. n. 10., Berlich. p. 1. *concl. 22. ex n. 31.*, Carlev. de *Judic. tom. 2. tit. 2. disp. 7. ex n. 9.*, Cortiad. 4. p. *dec. 242. ex n. 62.*

(k) Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 24. n. 21., Cabed. 1. p. *dec. 21. n. 6.*, Mend. à Castr. 1. p. lib. 1. cap. 2. §. 4. n. 14., Thom. Vaz *alleg. 16.*

(l) Berlich. p. 1. *concl. 22.*, Carlev. de *Judic. tit. 2. disp. 7.*, Cancer. 2. p. *Var. cap. 13.*, August. Barbof. in *cap. 1. de Mutuis petition.*, Cortiad. *dec. 242.*, Salgad. de *Supplicat. p. 2. cap. 9.*, Rosa *conf. 22.*, Oliv. de *For. Eccles. q. 32.*, Cabed. 1. p. *arest. 80.*, Mend. à Castr. 2. p. lib. 3. cap. 8.

(m) Valasc. *conf. 145. n. 11.*, & de *Jure emphyt. q. 6. n. 11. 14. 15. & 16.*, Gam. *dec. 330. n. 2.*, qui in *dec. 206. n. 6. & 7.* declarat, quod libellus debet justificari ex causa in eo deducta, & non ex alia.

Siquis autem agat ex una causa, & aliam probet, an succumbat, apposita clausula *Sola facti veritate inspetta*: affirmativè resolvunt ex hac Ordinatione Valasc. de *Jur. emphyt. d. q. 6. à n. 11.*, Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 2. n. 8., & vide Cancer. lib. 2. *Var. cap. 2. à n. 258.*, & cap. 13. n. 50., Hermosilh. ad *L. 56. tit. 5. part. 5. glos. 7. à n. 30.*, Souf. de *Maced. dec. 58.*, Gabr. Per. *dec. 15. n. 1.*, Peg. For. cap. 7. *fol. 569. col. 2. in fin.*, & *fol. 570.*, Rosa *conf. 23. à n. 38.*, Altimar de *Nullit. sent. rubr. 13. q. 26. à princip. maximè n. 39.*

(n) Portug. de *Donat. tom. 2. cap. 38. n. 30.* Ad verba: *Antes que seja findo por sentença*: infertur ex hoc, quod post sententiam cedi potest jus executivum: de quo vide Cancer. 3. p. *Var. cap. 17. n. 434.*, Olea de *Cess. jur. tit. 3. q. 11. n. 23.*, Cortiad. *dec. 275. n. 37. & 38.*, Portug. de *Donat. d. cap. 38. n. 73.*

(a) De

Acção de dez dias tem lugar na Escrip-
tura pública, ou no Alvará reconhecido,
liv. 3. tit. 25. (a)

Acção de dez dias tem lugar por alguma
sentença, *ibid. §. 8. (b)*

Acção pessoal se prescreve por trinta annos,
liv. 4. tit. 79. (c)

Acção, que se traspassa ao fiador, que pa-
gou pelo Réo, he para haver elle tudo o
que pagou, com todas as custas, damnos,
e interesses, *liv. 3. tit. 92. (d)*

Acção da Ley *Diffamari* não ha lugar, fenaõ
quando se diffama do estado de alguma
pessoa, *liv. 3. tit. 11. §. 4. (e)*

Acção nos casos da Ley *Diffamari* pertenc-
ce ao Corregedor da Corte, *liv. 1. tit. 8.
§. 1.*

Acção se póde pôr na Corte sobre guarda,
deposito, contracto, ou quasi contracto,
nella feito, posto que o Réo não seja
achado nella, e seja morador em outra
parte, *liv. 3. tit. 6. §. 1. e 4.*

Acção sobre bens de raiz ha de ser com ou-
torga da mulher, *liv. 3. tit. 47. §. 1. (f)*

Acção intentada em mais do que se deve,
he por ella o Auctor condemnado em
tresdobro, *liv. 3. tit. 34. (g)*

Acção intentada antes do tempo, se dobra o

tempo á outra parte, *liv. 3. tit. 35. (h)*

Acção intentada, pelo que o crédor já em
si tem, he por ella condemnado a que
torne em dobro tudo o que tinha recebi-
do, *liv. 3. tit. 36. (i)*

Acção de força nova, se procede nella sem
ordem, nem figura de Juizo, *liv. 3. tit. 48.,
e tit. 40. §. 2. e 3. (k)*

Acção hypothecaria se prescreve por dez an-
nos contra os terceiros possuidores, *liv. 4.
tit. 3. §. 1. (l)*

Acção provada, e não bem intentada, se
suppre pelo Julgador, *liv. 3. tit. 63.
§. 6. (m)*

ACEITANDO promessa de alguma cousa o
Official d'El-Rey, da Fazenda, ou da Ju-
sticia, perde o Officio, e paga o tresdo-
bro, *liv. 5. tit. 71. §. 3.*

ACEITAR Beneficios Ecclesiasticos de
Estrangeiro, não he licito, *liv. 2. tit. 13.
§. 1. (n)*

Acceitar não se póde procuração de algum
Estrangeiro, para requerer ao Natural por
algum Beneficio, *ibid. (o)*

ACCESSORIO segue o seu principal, *liv. 4.
tit. 53. §. 2. (p)*

ACCUSAÇÃO de feito crime não admite re-
convenção, *liv. 3. tit. 33. §. 4. (q)*

Accusa-

(a) De hac actione vide omnino Peg. Forens. cap. 1. per totum.

(b) Vide omnino Moraes de Execut. lib. 2. cap. 6. ex num. 6.

(c) Phæb. dec. 86. n. 14., Mend. à Castr. 2. p. lib. 3. cap. 4. ex n. 10., Gom. lib. 3. Var. cap. 6. n. 15., Olea de Cess. tit. 6. q. 11. n. 19., Gratian. Forens. cap. 52., Moraes de Execution. lib. 5. cap. 11. n. 20. Cætera vide verb. Pre-
scriptio.

(d) Gabr. Pereir. dec. 38. num. 6., & dec. 62., Phæb. dec. 179.

(e) Gam. dec. 202., Cabed. 1. p. dec. 143., Costa de Sryl. Dom. Suppl. annot. 7. à n. 5., Mend. à Castr. 2. p. lib. 3. cap. 1. à n. 17., Covas lib. 1. Var. cap. 18. per tot., Cortiad. dec. 238. per tot., Andreol. contror. 148. num. 6., Larrea dec. 38., Altimar de Nullitat. f. m. rubr. 12. q. 16. n. 39., concordat Ord. lib. 3. tit. 11. §. 4. in quibus omnia in-
venies ad materiam Legis Diffamari.

(f) Phæb. 2. p. arest. 62., Mend. à Castr. 1. p. lib. 1. cap. 3. n. 11., Gabr. Per. dec. 73., Valasc. de Jur. emphyt. q. 29. n. 6., Cald. de Extin. emphyt. cap. 1. n. 26. Limita tamen, quando matrimonium iudicio Ecclesie est separatum, Mend. ubi supr. n. 13., Gam. dec. 357. n. 2., Phæb. dec. 72., Themud. dec. 149. n. 5. Limita etiam, si maritus absens sit, & facile ejus consensus haberi nequeat; quia tunc potest in iudicio stare, actionem movere, & etiam conveniri absque mariti licentia; Reynof. obs. xv. 28. n. 4., & ibi Addition. Guerreir. de Division. lib. 6. cap. 2. n. 114., Barbof. ad Ord. lib. 3. tit. 47. ad princ. n. 8.

(g) Leotard. de Usur. q. 10. à n. 10., Harppr. in §. Si quis agens. 33. Instit. de Actio., Cresp. tom. 2. observ. 47., Olea de Cess. Jur. tit. 6. in Miscellan. n. 27.

(h) Limita hanc conclusionem, si causa de novo superveniat, utpote, si debitor incipiat esse suspectus; Thom. Vaz alleg. 76. n. 36., Barbof. ad Ord. lib. 3. tit. 35.

n. 8., Peg. For. cap. 1. n. 261. De quo etiam, & de materia, Portug. de Donation. tom. 1. lib. 1. Prelud. 2. §. 2. à n. 24. & seqq., Valasc. de Privileg. paup. p. 1. q. 43., ubi de creditore paupere ante diem agente. Latè etiam Salgad. in Labyrinth. credit. 1. p. cap. 8. à n. 9. Limita etiam, si ante diem agat, ut adveniente die ei solvatur, Barbof. ad hanc Ord. n. 3., August. Barbof. in cap. tunc. de Plus petit. n. 8., Fontanel. de Pact. nuptial. claus. 4. glos. 9. p. 5. num. 61.

(i) Leotard. de Usur. q. 10. à n. 10., Cresp. tom. 2. observ. 47. Et nota, quod, qui petit integrum pretium, cum partem apud se habeat, plus petit, & in Stellionatum incidit, nisi detur magna justii erroris causa; Gabr. Per. dec. 42. n. 3., Sabel. in Sum. §. Petitio. n. 1.

(k) Latissimè Pegas For. cap. 11. à n. 211., & ferè per tot., Cordeir. dubit. 43. n. 1., & dub. 48. n. 64.

(l) Gam. dec. 99. n. 4., Merlin. de Pignorib. lib. 5. tit. 1. q. 22. Latissimè Vella dissert. 34. à n. 7., Gratian. Forens. dec. 15., & ibi Scopa, & cap. 691. n. 34., & cap. 881. per tot., Sabel. in Sum. §. Hypotheca. n. 53., & §. Prescriptio. n. 16., Barbof. ad L. 3. ff. de Prescript. 30. ann., Altimar de Nullit. contract. tom. 7. q. 43. n. 180.

(m) Valasc. conf. 145. n. 11., & de Jure emphyt. q. 6. à n. 11. & seqq., Gam. dec. 330. n. 2.

(n) Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 61. n. 37. vers. Quam penam., Cabed. de Jur. patronat. cap. 29. n. 1.

(o) Quia Exteri in Regno non possunt obtinere Beneficia; Barbof. lib. 1. Vol. 33., Portug. de Donat. lib. 1. cap. 32. n. 61., Cabed. de Jur. patronat. cap. 29.

(p) Vide omnino August. Barbof. Axiom. 4.

(q) Mend. à Castr. 2. p. lib. 3. cap. 8. n. 13., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 23. n. 4., & cap. 24. n. 18., Sabel. in Sum. verb. Reconvenio. n. 1., Carleval de Judic. tit. 2. disp. 6. n. 11., Barbof. in L. 2. §. Legatis. à n. 219. & 240., & L. 29. à n. 51. ff. de Judic.

(a) Cald.

Accusação em caso de Lesa-Magestade não cessa por morte do acusado para a confiscação de seus bens, *liv. 5. tit. 6. §. 11.* (a)

ACCUSADO por delicto cometido atraçoada e aleivosamente, não goza de privilegio algum, para não dever de ser mettido a tormento, ou para não haver pena vil, *liv. 5. tit. 37. §. 3.* (b)

Accusado póde ser na Côrte, aindaque não seja achado ali, o que cometteo nella algum maleficio, não sendo morador na Côrte, *liv. 3. tit. 6. §. 4., & in fine princ.* (c)

Accusado não será mais pelo crime o que foi livre por sentença, ou houve perdaõ, *liv. 5. tit. 131. in princip., e §. 1.* (d)

Accusado por feito crime não se póde livrar por procurador, *liv. 5. tit. 124. §. 14.* (e)

Accusado por moeda falsa não goza de privilegio algum que tenha, *liv. 5. tit. 139. §. 2.* (f)

Accusado por corromper mulher por força, de sua virgindade, responde preso, até o feito ser findo, *liv. 5. tit. 23. §. 1.* (g)

Accusado por erros de seu Officio, he logo suspenso, *liv. 1. tit. 99.* (h)

Accusado por devassa pela Justiça, paga as custas de seu livramento, posto que seja absoluto, *liv. 3. tit. 67. §. 6.* (i)

Accusado, que impetra perdaõ, o deve oferecer ante os Julgadores para pronunciam sobre elle, se he conforme ás culpas, *liv. 5. tit. 112. §. 5. e 6.* (k)

Accusado deve ser cada hum no lugar do delicto, *liv. 5. tit. 76. §. 1., e liv. 5. tit. 123. §. 7.*

ACCUSADOR, que não appareceo em Juizo pessoalmente, he lançado de parte, *liv. 5. tit. 124. §. 15.*

Accusador ha de apparecer sempre nas audiencias, *liv. 5. tit. 117. §. 22., e tit. 124. §. 15.* (l)

ACCUSAR não se póde por procurador, nem dar procuração para isso, *liv. 5. tit. 124. §. 15.* (m)

Accusar póde por procurador o Desembargador, em cousa, que lhe tóque, que for fóra da Côrte, *liv. 2. tit. 59. §. 12.* (n)

Accusar podem mulheres por procurador, dando fiança ás custas, *liv. 5. tit. 124. §. 16.* (o)

Accusar

(a) Cald. *ad L. unic. Cod. Ex delict. defunct. p. 2. n. 54.*, Gom. 3. *Var. cap. 2. n. 12.*, Fermoim. *in cap. 2. de Confess. q. 8. à n. 1.*, & à n. 16.

(b) Concordat Ord. *lib. 5. tit. 134. §. 3.*

(c) Quia ratione delicti fortitur quis forum; Barbof. *in L. Heres absens. §. Proinde. in artic. De foro delict. ff. de Judic.*, Phæb. *dec. 214. à n. 4.*, Cald. *conf. 23. n. 5.*, Mend. 2. *p. lib. 5. cap. 1. n. 3.*, late Carleval *de Judic. tit. 1. d'isp. 2. ex n. 716.*, Oliv. *de For. Eccles. 3. p. q. 20.*, Covas *Practicar. cap. 11. à n. 3.*, Gom. *tom. 3. Var. cap. 1. n. 28. & 87.*, Solorzan. *de Jur. Indiar. lib. 2. cap. 15. n. 38.*, Salgad. *de Supplicat. ad Sanctiss. p. 2. cap. 5. §. 3.*, & *cap. 30. n. 36.*

(d) Vide Conciol. *in Resol. crimin. verb. Absolutio. n. 1. & 4.*, Salgad. *de Reg. protect. p. 4. cap. 12. à n. 80.*, Fontanel. *dec. 122.*, Calder. *dec. 48.*, Gom. 3. *Var. cap. 1. n. 27.* Quod intellige, vel sententia sit in totum absolutoria, vel pro parte; Gomes *ubi supr.*, Cov. *lib. 2. Var. cap. 10.*, Cardof. *verb. Delicta. n. 14.*, Jul. Clar. *lib. 5. sentent. §. fin. q. 57. n. 1. & 5.*, Thom. Vaz *alleg. 60. à n. 2.*

Et si Reus absolutus aliud crimen commiserit post sententiam, primum delictum, ejusque processus non poterit accumulari secundo; Phæb. *p. 1. arest. 110.*

Et nota, quod semel punitus in foro Ecclesiastico potest pro eadem culpa iterum puniri pœna temporali à jure imposta, Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 10. n. 12.*

(e) Mend. à Castr. 2. *p. lib. 5. cap. 1. n. 63.*, Cald. *ad L. unic. Cod. Ex delict. defunct. p. 2. à n. 50.*, Thom. Vaz *ad Reformat. Just. §. 21. ex n. 268.*, consonat Ord. *lib. 3. tit. 7. §. 2.* Limita tamen, si habeat rescriptum Regis; sed, si adversus eum exceptiones opponantur, debet comparere usquequo terminentur; Mend. *supr. n. 66.*, Phæb. 1. *p. arest. 165.*, & *dec. 41.*, & 2. *p. arest. 176.*

(f) Quia propter hoc crimen perditur nobilitas; Carvalh. *in cap. Reynald. de Testam. 1. p. n. 480.*

(g) Vide Cabed. 1. *p. arest. 5x.*, Phæb. 1. *p. arest. 109.*

(h) Cabed. 1. *p. dec. 71.*, & 2. *p. dec. 84. n. 18.*, Phæb. 1. *p. arest. 104.*, & 2. *p. arest. 110.*, & *arest. 163.*, Mend. à Castr. *p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 149. ad fin.*, Cancr. 3. *p. Var. cap. 12. ex n. 20.* Et nota, quod officium, in quo quis

delinquit, non potest iterum exercere; Ord. *lib. 5. tit. 72. in princ. vers. E em todos.*, & *lib. 4. tit. 49. in princ.*, Arouc. *cum multis, in L. Homo liber. 21. ff. de Stat. homin. n. 10.*, ubi ampliatur, etiam si id in sententia non sit expressum. Secundo ampliatur, ut nec aliud officium ingredi valeat, ex Ord. *lib. 2. tit. 45. §. 54.* Et dum pendet accusatio, non potest quis ad aliud officium promoveri; Arouc. *ubi supr. in fin.*

Et an Officialis suspensus ob accusationem delicti, in officio commissi, reintegretur ad aliud tantum tempus, si fuerit absolutus? negat Cabed. 2. *p. dec. 84. n. 5.*, Valasc. *conf. 155.*, Barbof. *ad Ord. lib. 3. tit. 9. in princip. n. 7.*, Arouc. *cum aliis ubi supr. n. 11.*

Et an Officiali absoluto à crimine, per quod suspensus fuerat, debeantur salaria, & omnia emolumenta? vide Lagunes *de Fructib. p. 1. cap. 25. §. unic. n. 130.* & *siqq.*, Nogueirol. *alleg. 8. à princip.*, Reynof. *observ. 27. à n. 22.*, Fragof. *de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 13. n. 204. & 205.*, Cardof. *verb. Salarium. n. 5.*

(i) Et etiam ante sententiam, postquam est pronuntiatum, possunt à Reo expensæ inquisitionis exequi, Ord. *lib. 1. tit. 65. §. 34.*, Peg. *For. cap. 16. n. 39. 40. & 41.*, Themud. *dec. 176.*

(k) Vide Phæb. 1. *p. arest. 123.*, Portug. *de Donation. tom. 1. p. 2. cap. 18.*

(l) Mend. à Castr. 2. *p. lib. 5. cap. 1. n. 63.*, Gom. 3. *Var. cap. 1. n. 12.*, Thom. Vaz *in Reformat. Just. ex n. 269.*, Phæb. 1. *p. arest. 130.*, & *arest. 132.*, & 2. *p. arest. 114. & 124.*

(m) Vide Doctores supra citatos.

(n) Si autem fuerit accusatus, debet personaliter comparere, & non per procuratorem; Thom. Vaz *in Reformat. Justit. n. 276.*

(o) Cald. *ad L. unic. Cod. Ex delict. defunct. p. 2. à n. 60.*, Ægid. *de Jur. honest. art. 2. n. 18.*, Phæb. *p. 2. arest. 166.*, Thom. Vaz *in Reformat. Just. n. 276. & 277.*, ubi ait non procedere in Reis accusatis: sed contrarium tenet Leit. *de Securit. q. 10. n. 12.* Vide etiam de materia Arouc. *in L. In multis. 9. ff. de Stat. homin. n. 5.*

(a) Thom.

Accusar só pôde o marido em caso de adulterio, *liv. 5. tit. 25. §. 3. (a)*

Accusar pôde qualquer do povo a viuva, que casa, ou dorme com pessoa, com quem foi accusada de adulterio pelo marido, e foi absoluta, *liv. 5. tit. 25. §. 10. (b)*

Accusar não pôde ninguem por morte de homem sem querelar primeiro, *liv. 5. tit. 117. §. 23. (c)*

Accusar pôde cada hum, passado o anno, posto que não possa querelar, *ibid. §. 1.*

Accusar se pôde a hum por juramento de calumnia falso, *liv. 3. tit. 43. §. fin. (d)*

ACHADA em delicto he diferente do que provar-se, que o cometteo, *liv. 5. tit. 63. in princip., e tit. 82. in princip., e §. 3., e tit. 112. in princip., e §. 1. e 2., e tit. 113. in princip., e tit. 115. in princip.*

ACHADEGO de cousa, que não seja ave, ou escravo, não se pôde pedir, *liv. 5. tit. 62. §. 4.*

Achadego do escravo negro he trezentos reis, e de escravo branco, ou Indio, mil reis, *liv. 5. tit. 62. in princip. (e)*

Achadego do escravo, que passa de oito dias, que anda fugido de Lisboa, sendo o dono ali morador, he cem reis, *ibid. §. 2.; vide verb. Açor.*

Achadego de qualquer cousa se pôde pe-

dir, sendo prometido, *ibid. §. 4.*

Achadego não se deve de ave, ou alimaria fera, achada em laço, ou cepo, que outro armasse, *ibid. §. 6. (f)*

Achadego não se deve, mas paga-se a despeza ao caçador, que tolheo com seus caes levar o Lobo algum cordeiro, ou outra cousa, *ibid. §. 5.*

ACHADO na Casa do Porto, e morador em outra parte, não pôde ser citado para responder ali, *liv. 3. tit. 3.*

Achado na Côrte, ou na Casa da Supplicação, pôde ser ali demandado, posto que seja morador em outra parte, *ibid. (g)*

Achado depois do fino, se logo pagar a pena de dinheiro, será solto sem ir á cadêa, e sem pagar carceragem, *liv. 1. tit. 75. §. 10.*

Achado depois do fino sem armas, e com candeya, não paga pena alguma, *liv. 5. tit. 79. (h)*

Achado com gazua, he degradado, *liv. 5. tit. 60. §. 9. (i)*

Achado na casa, ou tendo nella alguma cousa, paga o aluguer; e não querendo, pôde ser penhorado, *liv. 4. tit. 23. §. fin. (k)*

Achado de noite em Lisboa com bêsta armada, ou com espingarda carregada, tem pena de degredo, e açoutes, *liv. 5. tit. 80. §. 14. (l)*

Acha-

(a) Thom. Vaz alleg. 13. n. 113., Gom. L. 80. Taur. n. 49., Barbof. L. 2. in princip. n. 113. ff. de Solut. matrimon., Ægid. de Jur. honest. art. 6. n. 19., Gabr. Per. dec. 71. per tot., Gam. dec. 142., Cortiad. p. 4. dec. 264. n. 65., Calder. dec. 30. n. 22. p. 1. Quod tamen limita in foro Ecclesiastico, in quo adversus adulteros procedi solet, etiam parte non petente; de quo vide Themud. dec. 226., Cresp. observ. 4. ex n. 208. Limita etiam in casu Ord. tit. 28. §. 7. hujus lib. Limita etiam, si maritus consenserit; Thom. Vaz alleg. 13. n. 113., Fragof. de Regim. Reip. p. 1. disp. 4. §. 15. n. 138., Gom. in L. 80. Taur. n. 20., Cortiad. p. 4. dec. 164. n. 65., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 53. n. 12. in fin., Cabed. p. 1. dec. 124. n. 3., & dec. 125. n. 8. Et præsumitur maritorum scientia & consensus, si eorum mulieres vulgares sint, & palam omnibus pateant; Farinac. de Delict. carnis q. 143. n. 27., Matth. de Regim. Regn. Valent. cap. 8. §. 8. n. 194., Calder. dec. 30. n. 25. p. 1.; Cortiad. d. dec. 164. n. 65. Et ideo quoties adulterium est notorium, potest Judex ex officio procedere; Bajard. ad Clar. §. Adulterium. n. 13., Larrea dec. 50. n. 24., Valeron de Transact. tit. 3. q. 5. n. 20. vers. Quamvis., Concio. Resolut. crim. verb. Inquisitio. res. 1. n. 3.

(b) Barbof. in L. 2. in princ. n. 119. & 120. ff. de Solut. matrimon., Farinac. in Prax. crim. q. 141. n. 54., Valenzuel. cons. 80. n. 47. Et deducitur ex Text. in Authent. Ut nulli Judicium. §. Si quis verò. Collat. 9., Cald. in L. Si curatorem. verb. Læsis. n. 24.

(c) Similiter in Ord. lib. 5. tit. 28. §. 5., & tit. 30. §. 3.

(d) Vide Marant. p. 6. tit. de Juramento. n. fin. pag. 425., Phæb. dec. 69. n. 12., August. Barbof. in cap. Ceterum. §. n. 4. de Juram. calumn., Barbof. ad Ord. lib. 3. tit. 43. ad princip. n. 5. in fin.

(e) Vide Menoch. lib. 5. præsumpt. q. 30. n. 12.

(f) Rebel. de Oblig. Just. i. p. lib. 1. q. 14. n. 25. Vide infra verb. Acor.

(g) Vide Mend. in Prax. i. p. lib. 1. cap. 3. n. 26. in fin., Phæb. 2. p. arest. 29., Cabed. i. p. dec. 13. n. 6., & arest. 30. Vide etiam Olivam de For. Eccles. p. 3. q. 12., Ægid. in L. Ex hoc jure. 2. p. cap. 11. convenient. 8. à n. 9. usq. ad fin. ff. de Just. & Jur., Covas Præct. cap. 5., Pereir. dec. 2. n. 2., Barbof. in L. 2. §. Legatis. à n. 175. ff. de Judic.

(h) Vide Bovadilh. in Politic. lib. 1. cap. 13. à n. 50., Phæb. i. p. arest. 166.

(i) Vide Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 695. n. 25. §. Quicumque.

(k) Vide Phæb. i. p. arest. 34., & 2. p. arest. 27., Gabr. Per. dec. 127. n. 3., Britto ad Rubric. de Locat. p. 2. §. 1. ex n. 27., Valasc. de Jur. emphyt. q. 20. n. 17. Et de hac executione conductorum meminit Mend. à Castr. p. 2. lib. 3. cap. 21. n. 8.

Et nota, quod, ista pignoriatio ut fiat, oportet, quod prius requiratur conductor, aut alius, qui in possessione domus fuerit; idem Valasc. d. n. 17. vers. Et quia. Nota etiam, quod conductori sublocanti executivum jus non competit contra subconductorem; Moraes de Execut. lib. 1. §. 1. cap. 4. n. 59., vide Gom. 2. Var. cap. 3. n. 11. & 12.

An autem sicut in prædio urbano, ita etiam in prædio rustico bona in illo invecta sint tacite hypothecata? vide Britt. ubi supr. d. n. 17., Gabr. Per. dec. 127. n. 2., Aylon ad Gom. 2. p. cap. 3. n. 11. & 12., Caldas de Empt. c. 33. n. 94., Paccion. de Locat. cap. 32. n. 49., Olea de Cess. jur. tit. 4. q. 4. n. 3., Negufant. ubi supr. n. 145.

(l) Quid si fugiens, antequam apprehenderetur, arma in terram projectit? vide Giurb. observ. 45., Matthi. de Regim. Regn. Valent. cap. 8. §. 8. n. 158., Gom. in L. 45. Taur. n. 48.

(a) Vide

Achado com cousa furtada, ainda que a comprasse a pessoa, de que se possa presumir, que he furtada, ou que não he do que a vendeo, he punido como se a furtára, *liv. 5. tit. 60. §. 5. (a)*

Achados nos mares de Guiné, ou da India sem licença d'El-Rey, são castigados, *liv. 5. tit. 107. (b)*

Achado na Côrte pôde ser ali demandado por soldada, guarda, e deposito, ou em feito de pequena quantidade, *liv. 3. tit. 6. §. 1. (c)*

Achado na Côrte não pôde nella ser citado, se veyo por mandado d'El-Rey, ou para testemunhar, ou veyo com alguma appellação, ou aggravo, *liv. 3. tit. 3. (d)*

Achado na Côrte, pôde nella ser demandado por contrato, que nella fizeffe, ainda que venha por chamado d'El-Rey, ou testemunhar, ou com appellação, *ibid. (e)*

Achado na Côrte, pôde nella ser citado por pessoa, que o podia trazer a ella, posto que viesse com alguma appellação, *ibid. (f)*

ACHANDO alguém escravo, ave, ou outra cousa, e a não entrega a seu dono, nem a apregoa, tem pena, *liv. 5. tit. 62. §. 1. e 2. (g)*

Achando algum escravo, o farão saber ao Juiz, ou Corregedor dentro em quinze dias, *liv. 5. tit. 62. (h)*

ACOLHER não pôde ninguém homem, que resiste á Justiça, *liv. 5. tit. 49. §. 9.*

Acolhimento bom ás partes se recommenda, *liv. 1. tit. 1. in princip., e tit. 2. in princip., e tit. 36. in fin. princip.*

Acolher não pôde ninguém malfeitores, *liv. 5. tit. 104. (i)*

ACONTIADOS a cavallo não podem ser penhorados nas armas, nem nos cavallos, *liv. 3. tit. 86. §. 23.*

Acontiados [que são os que estão alistados] são Nobres, *Regimento do Paço no §. 118.*

Acontiados não podem ser penhorados nos boys, e semente, de que tem necessidade para lavrar suas herdades, mostrando outros bens desembargados, *ibid. (k)*

ACOR, quem o acha tem cem reis, e de Falção cincoenta, e de Gaviao vinte, *liv. 5. tit. 62. §. 3. (l)*

ACORDO da mayor parte, he firme, e valioso, e prevalece sobre o acordo da outra parte mais pequena, *liv. 3. tit. 78. §. 8.*

Acordos, e Posturas se mandaõ guardar aos Arbitradores primeiro que a Ordenação, *liv. 3. tit. 17. §. 1. in fin.*

ACOSTADO, que he? *liv. 4. tit. 30. §. 3.*

ACOUTADO em algum couto, ou Igreja, allegando seus Procuradores, que se não proceda contra elles, por assi estarem nos ditos coutos, e Igrejas, e que lhes val, podem pôr suspeição aos Julgadores, e Officiaes para sómente se não proceder contra os ditos acoutados, *liv. 3. tit. 7. §. 3. (m)*

Acou-

(a) Vide Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 695. n. 25., Basilic. dec. 39., Matth. de Regim. Regn. Valent. cap. 8. §. 8. n. 3.; & de Re crim. controv. 36. n. 55. & 56., Calder. dec. 41. ex n. 71.

(b) Vide Cabed. 2. p. dec. 62., Aegid. in L. Ex hoc jure. 1. p. cap. 3. à n. 22. ff. de Just. & Jur., Gam. dec. 384., Arouc. in L. 2. §. 1. ff. de Res. divison. n. 121., Cabed. 1. p. dec. 195.

(c) Vide Thom. Vaz alleg. 65. n. 39. & 40. Et quæ dicantur causæ modicæ quantitatis, & præjudicii, ad hoc ut de eis cognoscatur in Curia? remissivè Cabed. 1. part. dec. 60. n. 2., & intellige secundum Ord. lib. 3. tit. 30.

(d) Vide Barbof. in L. 2. §. Legatis. à n. 186. ff. de Judic., Cresp. de Valdaur. obser. 113. per tot. præcipue à n. 5., Cancr. 2. p. Var. cap. 2. n. 313., Oliv. de For. Eccles. p. 3. q. 12. per tot. Sed vide limitationes ad hanc Legem, quas refert Phæb. p. 1. arest. 7., & arest. 8., Cabed. p. 1. arest. 30.

(e) Vide Barbof. in L. 2. §. Legatis. n. 252. & 354. ff. de Judic., Oliv. de For. Eccles. p. 3. q. 12. n. 9., Faria ad Cov. præf. cap. 5. n. 17. Et nota, quod, si vir uxoratus deprehensus in Curia fuerit citatus, & deinde precatorium mittatur ad citandam uxorem, poterit declinare ad suum forum, & ad illud debet causa remitti. Ita fuit intellecta hæc Ordinatio, & secundum hanc intelligentiam judicatum, attendita dispositione Ord. lib. 3. tit. 47. ut notat hic Senator Oliveira.

(f) Cabed. 1. p. arest. 30.

(g) Vide P. Rebel. de Oblig. Just. p. 1. lib. 1. q. 14. n. 1., Portug. de Donat. Reg. p. 3. cap. 9. n. 29. Et de materia inventionis aliarum rerum, vide eundem Portug. d. p. 3. cap. 13. à n. 93., Sabel. in Sum. tom. 3. §. Inventor. n. 1., Castilh. de Tertis. cap. 41. ex n. 150., Solorzan. de Jur. Indiar. lib. 3. cap. 25. ex n. 37., Crespo observ. 93.; alios refert Lagun. de Fructib. p. 1. cap. 27. n. 109. Et de salario in-

ventoris, vide Lanfranc. de Salar. q. 72., Lagun. de Fructib. p. 1. cap. 27. à n. 103.

(h) Furtum enim committit qui servum fugitivum inveniens non denuntiat, ut dicit Ordinatio; & probatur ex Text. in L. Falsus. §. Qui alumnus. ff. de Furtis; & cap. Si quid inveniisti. 14. q. 5., & cap. Multi. eadem q. Et servus fugitivus nullo tempore ufucapitur; Cabed. p. 1. dec. 196. n. 4.

(i) Vide Calder. dec. 60. tom. 2., Basilic. dec. 30. An isti receptatores delinquentium debeant puniri eadem pœna, qua malefactores principales? vide Calder. d. decif. 60. n. 16., Cortiad. dec. 106. n. 94. & 97., Romaguer. ad Conciol. super Statut. Eugub. lib. 4. rubr. 55. n. 10., qui omnes conveniunt, quod extraordinariè sunt puniendi. Et nota, quod ad hoc, ut receptor puniatur, requiritur scientia in eo; Conciol. resolut. crimin. verb. Bamitus. n. 1. & 9., & super Statut. Eugub. lib. 4. rubr. 55. n. 5., Cortiad. d. dec. 106. n. 98., Calder. d. dec. 60. n. 7. & 8.

(k) Vide Antonel. de Tempor. legal. lib. 4. cap. 13. n. 33., Gonzales in cap. 2. de Treug., & Pace. n. 8., Velasc. de Privileg. pauper. p. 2. q. 13. n. 36., Britt. ad rubr. de Locat. p. 1. §. 2. n. 5., Mend. à Castr. 2. p. l' b. 3. cap. 21. n. 59., Moraes de Execur. lib. 6. cap. 8. n. 47. Cætera vide infra verb. Boys de arado &c.

(l) Vide Portug. de Donat. tom. 2. cap. 9. n. 29., & cap. 13. n. 93. & seqq., Mascard. de Probat. concl. 157., Lagunes de Fructib. p. 1. cap. 27. ex n. 79. cum seqq., Lanfranc. de Salar. q. 71. n. 3. & 4., Fragof. de Regim. Reip. tom. 1. lib. 3. disp. 5. §. 2. n. 17., Delben. de Pavlam. dub. 5. sect. 1. ex n. 3., & sect. 2. & 3.

(m) Concordat Ord. lib. 5. tit. 126. §. 4., Thom. Vaz alleg. 96. n. 21. & 22., Landim de Modo procedendi contra Reum absentem. q. 10. in fin.

(a) Etiamfi,

Acoutados á Igreja gozão da Immunidade della, *liv. 2. tit. 5. in princip.* (a)

Acoutar malfeteiros não póde ninguem, *liv. 5. tit. 104.* (b)

Acoutado em algum couto póde pôr suspeição ao Julgador por Procurador, *liv. 3. tit. 7. §. fin.* (c)

Acoutadas as armas; vide verb. *Armas.*

ACOUTES não se dão a Pagens de Fidalgos, nem a Juizes, e Vereadores, ou a seus filhos, nem a Procuradores das Villas, e Concelhos, *liv. 5. tit. 139.* (d)

Açoutes não se dão aos Mestres, e Pilotos dos navios de gávea, *ibid.*

Açoutes, e penas vís, não se dão a Escudeiros de Prelados, e Fidalgos, e dos que costumão trazer Escudeiros a cavallo, *ibid.* (e)

Açoutes não se dão aos Amos, ou Collaços dos Desembargadores, ou de Cavalheiros de linhagem, ou dahi para cima, *ibid.* (f)

Açoutes não se dão aos que costumão sempre ter cavallo de estado em sua estrebaria, posto que sejaõ peoës, *ibid.* (g)

Açoutes não se dão aos mercadores, que tratarem com cabedal de cem mil reis, *ibid.* (h)

Açoutes, e penas vís, não se dão a moços da estrebaria d'El-Rey, ou da Rainha, Principe, Infante, Duque, Marquez,

Prelado, Conde, ou do Conselho, *ibid.*

Açoutes, e penas vís de baraço, e pregão se mudaõ em dous annos de degredo para Africa com pregão em audiencia, aos que saõ escusos de penas vís, *ibid.* (i)

Açoutes, que se haviaõ de dar ao degradado para o Brasil por certo tempo, se muda em hum anno de degredo mais para o Brasil ao escuso de pena vil, *ibid.*

Açoutes, que se dão ao escravo fugitivo, para que diga quem he seu dono, não passaõ de quarenta, *liv. 5. tit. 62. §. 1.*

ACCRESCENTAR, diminuir, mudar letras, ou palavras na substancia de Carta, ou Alvará já sellado, tem pena de degredo para o Brasil, e perdimento de seus bens para a Corõa, *liv. 5. tit. 52. §. 1.* (k)

Accrescentar com libello; vide verb. *Adição.*

ACTOR póde deixar no juramento do Réo a demanda, que passar da quantia da Ordenação, que requer escriptura pública, *liv. 3. tit. 59. §. 5.* (l)

Actor Estrangeiro está obrigadõ a dar fiança ás custas; e não a dando, será o Réo absoluto da instancia, *liv. 3. tit. 20. §. 6.* (m)

Actor póde ver a tréplica do Réo, e traslada-la, *ibid.* §. 25.

Actor

(a) Etiam si, fracto carcere, ad Ecclesiam confugiat; Phæb. p. 1. dec. 81. n. 21., Cortiad. dec. 82. n. 1. Remissivè Barbol. de Jur. Eccles. p. 2. cap. 3. n. 129., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 50. n. 17. versic. An frangens. Et an confugiens ad Ecclesiam possit saltem ibi armis spoliari? vide Themud. 3. p. dec. 305., Cortiad. 2. p. dec. 71.; & dec. 72. n. 6. Cætera vide infra verb. *Immunitate.*

(b) Vide infra verbo *Acolher.*

(c) Consonat Ord. lib. 5. tit. 126. §. 4.

(d) Ad verb. *Pagens de Fidalgos*, quia nobiles ferviendo illustribus, nobilitatem non amittunt, si illam habeant; eam tamen non acquirunt, si non habeant; Carvalh. in cap. *Raynaldus.* 1. p. n. 468.

Ad verb. *Nem a Juizes*, limita in Judice pedaneo; Phæb. 1. p. arest. 124., & dec. 55.

Ad verb. *Os Vereadores*, explicat Peg. ad Ord. lib. 1. tit. 3. §. 1. n. 149.

Ad verb. *Os seus filhos*, non extenditur ad nepotes; Cabed. 1. p. arest. 53., Mend. à Castr. 2. p. lib. 5. cap. 1. n. 105.

Ad verb. *Nem a Procuradores*, vide Carvalh. in cap. *Raynaldus.* 1. p. n. 422.

(e) *Escudeiros a cavallo*. De quibus in Ord. lib. 2. tit. 45. §. 38.

(f) Vide Gam. dec. 322., Mend. à Castr. 2. p. lib. 5. cap. 1. n. 105., Peg. ad Ord. lib. 2. tit. 59. §. 3. n. 3.

(g) Milites nostri temporis non excusantur à pœna vili; & quid de Capitaneis reformatis? Cresp. observ. 70.

(h) Vide Carvalh. in cap. *Raynaldus.* 1. part. n. 462., Mend. à Castr. d. n. 105.

(i) Ergo præconium in audientia non est pœna vili; Carvalh. in cap. *Raynaldus.* 1. p. n. 481., & vide Phæb. dec. 18. per tot.

(k) Vide Menoch. de Arbitr. cas. 306. n. 6. Et falsificantes rescripta Regis puniuntur pœna falsi, ratione solius fabricationis; etiam sine usu; Afflict. dec. 404. n. 9. & seqq., & dec. 21.; Farinac. in Prax. crim. q. 151. per tot. Falsificantes autem sigilla Regia ultimo supplicio damnantur; Vela De delict. p. 1. cap. 10. n. 10., Sabel. §. *Falsitas.* n. 9.

Et quid de falsificante mandata Judicis ad interceptandas pecunias judicialiter depositas? Matth. de Re crimin. controv. 38., Sabel. in Sum. verb. *Furtum.* ex n. 22.

Et quid de falsificante manum alienam ad eundem effectum interceptandi pecunias depositas? vide Matth. de Re crimin. controv. 5., & controv. 37. Cætera vide verbo *Falsidade.*

(l) Vide Berlich. p. 1. concl. 29. usq. ad 35., Valasco de Jur. emphyt. q. 7. n. 26., Thom. Vaz alleg. 72. n. 27., Caldas de Potestat. eligend. cap. 7. n. 19., Gabr. Per. dec. 322. n. 12. versic. *Satisfit tamen.*

(m) Monachi autem, & Moniales non tenentur ad expensas litis fidejussorem præstare, tenet judicatum Peg. For. cap. 1. §. 8. n. 281., & cap. 16. n. 121.; Costa ad Caminh. annot. 54. post n. 10. pag. 125. in rubric. *Outra intimação de aggravo. lit. O.*

Et an fidejussor primæ instantiæ teneatur ad gesta post diffinitivam? vide Gabr. Per. dec. 109., Mend. in prax. p. 2. lib. 1. cap. 3. n. 12., Themud. dec. 114. Idem Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 68. n. 7. Cætera vide supra verb. *Absolute da instancia he o Réo, &c.*

Actor não pôde vender, nem traspassar a outrem a acção movida sobre cousa litigiosa, antes que o litigio seja findo por sentença, *liv. 4. tit. 10. §. 3. (a)*

Actor, que vende, e descamba, ou dá acção litigiosa em algum poderoso, a perde, *ibid. §. 6.*

Actor, que demanda em Juizo mais do que lhe he devido, he condemnado nas custas em tresdobro, *liv. 3. tit. 34. (b)*

Actor, que demanda seu devedor antes do tempo, a que lhe he obrigado, paga as custas em dobro, e se dá ao Réo outro tanto tempo, *liv. 3. tit. 35. (c)*

Actor, que próva sua tenção, mas não propôs bem sua acção, declara a ração que allega no mesmo processo, sem outro novo libello, *liv. 3. tit. 63. §. 6. (d)*

Actor, que não pareceo ao tempo, para que citou seu contendor, á sua revelia, poderá o Réo seguir o feito, *liv. 3. tit. 14. (e)*

Actor não he obrigado a formar libello, se a

demanda for por escriptura pública, *liv. 3. tit. 30. (f)*

Actor não pôde com sua acção obrar reconvenção, aonde a natureza da causa não soffre que o Juiz tenha nella jurisdicção, *liv. 3. tit. 33. §. 5. (g)*

Actor, que cita para ante o Juiz Ecclesiastico, sobre o que pertence ao Secular, paga trinta cruzados, *liv. 2. tit. 1. §. 14. (h)*

Actor, se se ausentou depois de dar libello, he o Réo absoluto da instancia do Juizo, e elle condemnado nas custas, *liv. 13. tit. 14. §. 1.*

Actor, que demanda por libello quantia, que passa da Ordenação, ha de mostrar della escriptura, *liv. 3. tit. 30.*

Actor virá com libello em cousa, que não passe de mil reis, se for sobre bens de raiz, *ibid. §. 1.*

Actor se torna Réo na acção, que move o devedor sobre a cessão de bens, *liv. 4. tit. 74.*

Actor se torna Réo, que nega estar de posse da coufa, que lhe demandavaõ, *liv. 3. tit. 40.*

Actor

(a) Vide latè Portug. *de Donat. tom. 2. cap. 38. à n. 26.*, *Cancer. p. 2. Var. cap. 12. à n. 14.*, *Cardof. in Prax. verb. Lis. n. 37.*, *Gratian. For. cap. 502. n. 18.*, & *cap. 781. n. 17.*, *Urceol. de Transact. q. 75. per tot.*, *Cortiad. dec. 275. à n. 1.*, *Gulman de Evict. q. 111. n. 72.*, *Valenzuel. conf. 1111. n. 7.*, *Olea de Cess. jur. tit. 3. q. 10. n. 1. & 2.*, *Sperel. dec. 7. n. 5. 6. & 7.*, *Sabel. in Sum. tom. 4. §. Res. n. 8. & 9.* Limita tamen instantia pereat per semestre; *Cabed. 2. p. dec. 15. n. 16.*, *Cancer. d. cap. 12. n. 26.*, *Lancellot de Attentat. p. 2. cap. 4. in Prefat. à n. 281.*, & *à n. 566.*, *Cortiad. d. dec. 275. n. 39.*, *Portug. de Donat. d. cap. 38. n. 23. & 24.*, *Gam. dec. 199. n. 5.* Limita etiam in alienatione necessaria, quæ fit per condemnationem; *Barbof. in L. Si constante. §. fin. 2. p. n. 12. ff. de Solut. matrim.*, *Surd. conf. 30. lib. 1. n. 2.*, *Souf. de Maced. dec. 61. n. 28.*, *Cancer. d. cap. 12. à n. 48.*, *Cortiad. d. dec. 275. à n. 25.*, *Sabel. verb. Res. n. 9. in fin.* Et alias limitationes vide apud *Sylv. ad Ord. lib. 4. tit. 10. §. 3. à n. 15.* Ad verb. *Antes que o litigio seja findo por sentença*, vide supra verb. *Acção litigiosa não se pôde traspassar*, &c.

(b) Vide *Arouc. in L. Ingenium. 25. n. 53. ff. de Stat. homin.* Et nota, quòd plus petens incidit in crimen Stellationatus; si autem exigat, furtum committit; ita cum multis dicit *Sabel. in Sum. §. Petitiõ. n. 1.* Et vide de materia *Leotard. de Usur. q. 10. à n. 10.*, *Oleam de Cess. Jur. tit. 6. in Miscellan. n. 27.* Et nota, quòd quando mercatores aliquam contrahunt societatem, potest quilibet eorum communem debitorem convenire pro toto credito sine mandato, quin ei obstat exceptio, quòd plus petit, ex eo, quia non constat pro qua re debeat agere, maxime non contradicente socio; *Anfald. in discurs. general. de Commert. Mercator. n. 31. 32. & 33.*

Et an hæc pœna incurrat, si causa mota sit à Procuratore? *Pereir. de Man. Reg. cap. 27. n. 30. ad fin.*, & *cap. 35. n. 8.* Vide supr. verb. *Acção intentada em mais do que se deve* &c.

(c) An procedat in Fisco ante diem agente? *Fermosin. alleg. 8. ex n. 32.*; & vide *Fragof. de Regim. Reip. p. 1. d'isp. 22. n. 22.* Limita conclusionem, si Actor petat, ut Reus condemnatur ad solvendum, adveniente die destinato ad solutionem; ut ultra relatos à *Barbof. hic tenet Ciardin. contrrov. 95. n. 31.* Cætera vide supra verb. *Acção intentada antes do tempo* &c.

(d) Vide supra verb. *Acção, que não he bem proposta* &c. Et verb. *Acção provada*, e não bem intentada &c.

Et ad verb. *Declara a ração*, que allega, no mesmo processo, nota, quòd hæc declaratio omnino necessaria est, ut valida proferatur sententia; *Salgad. de Reg. protect. p. 4. cap. 8. à n. 22.*, *Olea de Cess. jur. tit. 6. q. 9. n. 38.*, *Hontalb. de Jur. supervenient. q. 3.*

(e) *Souf. de Maced. dec. 50.*, *Mend. in Prax. p. 1. lib. 1. cap. 3. n. 24.*, *Cardof. in Prax. verb. Actor. n. 9.*, *Barbof. in L. Ad peremptorium. 68. à n. 37. ff. de Judic.*

(f) Vide *Fermosin. ad cap. 1. de Libel. oblat.*, *Altimar de Nullit. sent. rubr. 13. q. 1. à n. 36.*

(g) Vide *Cabed. 1. p. dec. 32.*, *Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 24. n. 21.*, *Mend. in Prax. p. 1. lib. 8. cap. 2. §. 4. n. 14.*, *Thom. Vaz alleg. 16.*

(h) Et nec de consensu partium potest prorogari jurisdicção Ecclesiastica; *Ægid. in L. Ex hoc jure. p. 2. cap. 13. claus. 5. n. 16.*; *Gabr. Per. latè de Man. Reg. cap. 35.*, *Themud. dec. 44.*, *Cortiad. dec. 11. ex n. 54.* Si tamen de facto jurisdiccionem Ecclesiasticam prorogent, sententiam non esse nullam dicit *Themud. dec. 44.*; sed contrarium tenet *Pereir. d. cap. 35. n. 14.*, & pro hac parte, ita in Senatu Palatino Decretum fuit, & *per se tomou Affento*, in causa gravissima Coronæ cum *Alphonso Serrão de Oliveira*, ut notat hic Senator *Oliveira*. In quibus autem casibus Laici conveniri possint coram Judice Ecclesiastico; vide ex *Gloss. pen. in cap. Licet. de For. compet. cap. Causa 2. Qui filii sunt legitim.*, *Cortiad. tom. 1. dec. 11. à n. 45.*, & *dec. 27. à n. 24.*, & *tom. 3. dec. 177.*

Et nota, quòd dispositio hujus Legis non solum habet locum in iis, qui se submittunt jurisdicçãoi Principis Ecclesiastici, sed etiam cujuscumque alterius Principis extranei; ex doctrina *Gabr. Per. dec. 2. n. 4.*, *Barbof. in L. 1. ff. de Judic. artic. 3. n. 165. & 167.*; nisi contrahat extra Regnum; idem *Barbof. n. 172.* Et an talis dispositio justa sit? vide ex *Doctor. congestis à Cortiad. tom. 3. dec. 169. à n. 44.*; ubi innumeros pro, & contra recenset, & *tom. 1. d. dec. 11. n. 55.*, & vide eundem *Gabr. Per. de Man. Reg. d. cap. 35.*, ubi n. 2. concludit, quòd jurisdicção Ecclesiastica in hoc Regno prorogari non potest, & *cap. 28. n. 36.*, & *dec. 29. à n. 6.*, *Oliv. de For. Eccles. p. 3. q. 14. à n. 112.*, *Altimar de Nullit. sent. rubr. 9. q. 11. n. 24.*

Actor não será obrigado a formar libello por escripto, sobre quantia, que não passar de mil reis, *liv. 3. tit. 30. §. 1.*

Actor, que diz que não pôde formar seus Artigos de réplica sem papeis, que tem na India, Brasil, e outras partes, se sobstêm na causa, *liv. 3. tit. 20. §. 26. (a)*

Actor, que demanda salario depois de fallecido o devedor, e passados alguns annos, em que o podia pedir, se presume contra elle, *liv. 4. tit. 32. §. 1. (b)*

Actor, que demanda bens de raiz, se não traz outorga de sua mulher, he o Réo absoluto, *liv. 3. tit. 47. §. 2. (c)*

Actor, que executa, dá fiança de tornar a coufa com as custas em dobro, se a sentença for revogada pelos papeis, que o Réo disse tinha na India, ou partes remotas, *liv. 3. tit. 20. §. 26., e tit. 54. §. 13.*

Actor dá fiança de tornar a coufa, quando o condemnado haja sentença pelos embargos recebidos, *liv. 3. tit. 25. in fin. princip. (d)*

Actor principal, que prôva a coufa demandada ser sua, e q̄ lhe foi furtada, ser-lhe-ha entregue, sem pagar o preço, *liv. 3. tit. 44. §. 3. (e)*

Actor, que mostrou ser o Réo mais fiel, não será obrigado litigar com o Auctor por elle nomeado, *liv. 3. tit. 45. §. 8.*

Actor pôde demandar assim ao Réo, como ao

Auctor, que he por elle chamado por Senhor, no lugar, aonde a coufa demandada he situada, *liv. 3. tit. 45. §. 10.*

Actor, que não sabe da coufa demandada, não lhe será dado juramento em ajuda de sua prôva, *liv. 3. tit. 52. §. 2. (f)*

Actor, que não fizer citar a mulher do Réo em demanda sobre bens de raiz, he o Réo absoluto, *liv. 3. tit. 47. §. 2. (g)*

Actor, cujo Réo foi absoluto da instancia, não pôde tornar á demanda, sem pagar as custas, *liv. 3. tit. 14. §. 3., e tit. 20. §. 9. (h)*

Actor poderá haver tempo para se deliberar se proseguirá a demanda, ou desfistirá della, quando o Réo allegar coufa, que elle não sabia, *liv. 3. tit. 20. §. 2.*

Actor, antes que comece a demanda, deve haver conselho, se tem direito no que quer demandar, *ibid.*

Actor, que não dá fiança a tornar a coufa em caso, que o condemnado haja sentença pelos embargos recebidos, que não provou nos dez dias, a coufa julgada se depositará, *liv. 3. tit. 25.*

Actor na demanda sobre força, roubo, guarda, deposito, ou soldada, não he obrigado formar petição por escripto; e passando da quantia, mostrará escriptura pública, *liv. 3. tit. 30. §. 2. (i)*

Actor,

(a) Suspenditur in causa juxta ea, quae Phæb. 1. p. arest. 72.; quidquid ipse in 2. p. arest. 69. dicat non superfederi; sunt enim diversi casus, juxta quos Arestafunt concilianda, dum aliàs de mente Senatûs non apparet.

(b) Vide Cabed. p. 1. dec. 167. n. 6. & 7., Valasc. conf. 125. à n. 1., Cost. ad Cam. nh. annot. 79. n. 2., Britt. de Locat. 1. p. rubric. §. 4. à n. 18. Et nota, quòd hæc Lex procedit per viam præsumptionis: nempe quòd fuerit salarium à famulo in fofum, vel à domino solutum; & idem non procedit in foro conscientiae; Britt. ad rubr. de Locat. 1. p. §. 4. n. 7. post med., & latius n. 15., ubi ait hunc §. primò procedere nos lacayos, & aliis famulis inferioris classis. Et quòd non procedat in salario Capellani, dicit Gabr. Per. dec. 46. At verò Ord. in fin. princ. procedere per viam præscriptionis, dicit idem Britt. n. 22., qui videndus est ex n. 18., ubi varias refert opiniones quorundam, dicentium procedere per viam præsumptionis juris, & de jure; quam opinionem dicit communem, & eam tenet Valasc. conf. 125.

(c) Quia nullus vir potest stare in judicio sine mandato uxoris, quando lis est super bonis immobilibus; Ord. lib. 3. tit. 63. §. 4., Valasc. de Jur. emphyt. q. 29. n. 6., & q. 12. n. 5., Cald. de Empt. & Vendit. cap. 1. n. 9., Guerreir. de Div. fon. l. b. 6. cap. 2. n. 51. Si autem maritus compareat, tamquam procurator uxoris, cum talis non sit, inutiliter agit, & judicium erit nullum; Fontanel. de Pact. nupt. claus. 6. glos. 2. p. 7. n. 60., Gratian. For. cap. 699. n. 30., Altimar de Nullit. sent. rubr. 12. q. 24. n. 64., & q. 28. n. 16., Sabel. in Sum. §. Maritus. n. 67. ubi remissivè.

(d) Unde non potest sustineri sententia, de qua Phæb. p. 2. arest. 7., quem reprobabat Mend. in Prax. 2. p. lib. 3. cap. 22. n. 4. Sed vide Peg. For. cap. 1. n. 289. & 290. Et de materia Arouc. alleg. 15.

Top. 1.

(e) De materia vide Conciol. ad Statut. Eugub. lib. 5. rubr. 23. qui alios refert concordantes.

(f) Quia juramentum suppletorium super aliquo facto non deferitur ignorantibus ipsimet factum; Mend. in Prax. p. 1. l. b. 3. cap. 1. n. 8., Mascard. de Probat. concl. 956. n. 61. & seqq., Cyriac. controv. 27. n. 12., Conciol. ad Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 13. n. 21., Peg. For. cap. 2. n. 19. Ex quo inferitur, quòd hæredi non est deferendum juramentum suppletorium; Berlich. concl. 55., Gratian. For. cap. 537. n. 8., Thom. Vaz alleg. 72. n. 33. 34. & 35., Conciol. d. rubr. 13. n. 17. Nisi hæres sit super facto verisimiliter informatus; Conciol. sup. n. 18., Gratian. For. d. cap. 537. n. 9. Concordat Ord. lib. 3. tit. 59. §. 7.

(g) Vide supra verb. Actor, que demanda bens de raiz &c.

(h) Vide latissimè Peg. For. cap. 16. à n. 43. & seqq.

(i) Ad verb. Força: Concordat Ord. infr. tit. 48.; & non solum in interdico recuperandæ, sed etiam in interdico retinendæ, quando agitur de vi turbativa; Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 20. n. 16. Et an intelligatur tam de vi nova, quam veteri: vide Cordeir. dub. 41. n. 10. & 11., & dubit. 46. n. 11. Ibi: Deposto., juncto §. 3.

Ad verb. Summaria mente., ex quo inferitur, quòd in causis super depositi relaxatione, seu etiam restitutione, non datur appellatio; de quo vide Salgad. de Reg. protecl. p. 2. cap. 16. à n. 70. & seqq., Peg. For. cap. 15. n. 150. & 195., Guerreir. de Ration. Reddend. lib. 6. cap. 8. n. 18.

Ad verb. Ou soldada, similiter in ejusmodi causis appellatio non admittitur; Salgad. de Reg. protecl. 3. p. cap. 2. à n. 79., Lanfranc. de Salar. q. 107., Carleval de Judic. tit. 1. disp. 6. per tot., Addition. ad Reynof. observ. 27. ad n. 28. vers. Adverte etiam., Phæb. p. 2. arest. 6. in fin., Peg. For. cap. 15. à n. 184., Guerreir. de Div. fon. lib. 8. cap. 25. num. 48.

Ação, que fez meya prova, se lhe dá juramento em ajuda de sua prova, *liv. 3. tit. 52. (a)*

Ação, que demandou o que ja em si tinha, se antes da lide contestada se descer do que assi pedia, será escuso da pena, e sómente pagará as custas em dobro, *liv. 3. tit. 36. in princip. (b)*

Ação, fazendo menção no libello de alguma escriptura, deve offerecê-la, sendo apontado pelo Réo, aliás he o Réo absoluto da instancia, *liv. 3. tit. 20. §. 22. (c)*

Ação, que antes da lide contestada se desce de demandar o que pedia mais do que lhe era devido, paga as custas singélas, que até ali foraõ feitas, *liv. 3. tit. 34.*

Ação, que fez com engano obrigar o Réo em mais do que na verdade lhe devia, perde a divida, e a demasia, posto que depois de citado o Réo se queira arrepende, *liv. 3. tit. 34. §. 1. (d)*

Ação, que pede o que ja em si tem, posto que proteste levar em conta tudo o que o Réo mostrar ter pago, se não escusa da pena do dobro, e custas, *liv. 3. tit. 36. §. 2. (e)*

Ação, que cede sua acção, e a traspassa em

algum Poderoso por razão do Officio, a perde, e o direito, que nella tem, *liv. 3. tit. 39. (f)*

Ação, que se chama de *Dom*, não lhe pertencendo, perde a acção, e direito, que nella tinha, *liv. 5. tit. 93. §. 7. (g)*

Ação, que allega, que não pôde razoár sem alguns autos, não lhe he assignado termo para isso, *liv. 3. tit. 20. §. 43. (h)*

Ação segue o foro do Réo, quando ambos sejaõ privilegiados, *liv. 3. tit. 5. §. 3. (i)*

Ação, aindaque privilegiado não seja, pôde demandar perante o Corregedor da Côrte sobre força nova, guarda, deposito, foldada, ou jornal, *ibid. (k)*

Ação, que fez procuração não bastante, he condemnado nas custas, e o Réo se absolve, *liv. 3. tit. 20. §. 10. (l)*

Ação, que pôde escolher Juiz, não poderá mais que huma vez escolher, nem variar, *liv. 3. tit. 5. §. 3., e tit. 6. §. 5. (m)*

Ação, e Réo, que forem moradores no districto da Casa do Porto, não poderá o Auctor, posto que privilegiado, citar o Réo perante o Corregedor da Casa da Supplicação, *liv. 3. tit. 5. §. 4.*

Ação,

(a) Latè Berlich. *concl. 53. & 54.*, Farinac. *in Fragm. p. 2. verb. Juramentum. n. 1209.*, Scop. *ad Gratian. observ. 36.*, Cabed. *1. p. dec. 45. n. 2.*, Cancr. *p. 2. Var. cap. 8. f. re per tot.*, Hermosilh. *glos. 4. L. 10. tit. 1. part. 5. à n. 411.*, Romaguer. *ad Cenciol. super Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 13. n. 29.*, multos alios de materia agentes citat Peg. *For. cap. 2. n. 61.*

(b) Vide Gabr. *Pereir. de Man. Reg. 2. p. cap. 27. n. 30.*, Farinac. *in Fragm. crim. n. 1. p. lit. C. n. 733.* Et vide supra verb. *Acção intentada do que hum já em si tem &c.*, & verb. *Ação, que demanda em Juizo mais do que lhe he devido &c.*

(c) Vide *Pareja de Instrum. edit. tit. 6. resol. 2. à n. 26.*, *Oleam de Cess. jur. tit. 6. q. 9. n. 17. & sequentibus*, *Covas Pract. cap. 20. num. 8.*, *Castilh. de Aliment. cap. 20. per tot.*, *Carleval de Judic. tit. 2. disp. 4. n. 17.*, *Cardos. in Prax. verb. Instrumentum. num. 27.*, *Gufman de Eviction. q. 35. n. 142.*, *Maced. dec. 68. n. 1.*, *Phæb. part. 2. arest. 81.*, *Valasc. de Jur. emphyt. q. 8. n. 8.*, *Cancr. part. 1. Var. cap. 19. à n. 20.* Quod intellige, quando agitur inter ipsos contrahentes; *Valasc. de Jur. emphyt. q. 7. n. 35.*, *Mend. à Castr. 1. p. lib. 3. cap. 9. n. 2.*, *Costa ad Caminh. annot. 25. fol. 61. vers. 2.*

(d) Gabr. *Pereir. de Man. Reg. cap. 27. n. 30.*

(e) Vide Harppr. *in §. Siquis agens. 33. Instit. de Action. n. 30.*, ubi resolvit hanc protestationem nihil prodesse Auctori plus petenti; licet contrarium teneat Barbof. *in L. unic. Cod. de Plus petit. n. 19. & 20.*, & *in cap. unic. eod. tit. n. 18.*

(f) Vide *Cald. de Empt. cap. 24. à n. 61. cum seqq.*, *Gratian. Fr. cap. 826.*, & *cap. 906.*, *Moraes de Execut. lib. 5. cap. 3. n. 6. vers. Item alii.*, *Barbof. in L. 1. p. 7. n. 46. ff. de Solut. marim.*, *Oleam de Cess. jur. tit. 2. q. 1. & 5.*, *Cortiad. dec. 275. à n. 99.* Et nota, quod Vidua, & Pupillus, ratione sui privilegii, dicuntur potentiores ad hoc, ut in eis non possit Auctor cedere actiones suas; *Bersfan. de Viduis, & Pupill. cap. 2. q. 28. n. 25. & 26.*, & *cap. 5. q. 2.*, *Cald. de Empt. & Vendit. cap. 24. n. 62.*, *Olea de Cess. jur. tit. 2. q. 4. n. 47.*, *Altimar de Nullit. contract. tom. 8. rubr. 2. & 3. q. 1. sect. 1. n. 573.* Et vide supra verb. *Acção litigiosa não se pôde traspassar &c.*

(g) Vide *Phæb. 1. p. dec. 16. & 17.*, *Guerreir. de Privileg. cap. 5. n. 35.*, *Portug. de Douat. tom. 1. p. 2. cap. 17. à n. 69.*, *Souf. de Maced. dec. 107. n. 5.*, *Peg. For. cap. 35. n. 350.* Et super abusu, quo introducta est denominatio de *Dom*, vide *Navarret. Discurs. politic. 10.* Et quomodo utebatur antiquitus denominatione de *Dom*, undèque originem duxit, vide *Brandaõ Monarch. Lusit. cap. 19.*

Et nota, quod uxores, & filiaë Jurisconsulti Forensium uti possunt cognomento de *Dom*; *Landim de Syndicat. cap. 23. n. 4.* Nota etiam, quod mulier, cui competit cognomentum de *Dom*, illud non amittit nubendo cum viro ignobili, ut tradit *Phæb. dec. 17.*, cui adhæret *Addit. ad Reynos. observ. 3. num. 3.* Sed contrarium dicit *Guerreir. de Privileg. Familiar. cap. 5. num. 35.* Et vide de materia *Leges Extravag.*, que sunt in *Ord. lib. 5. tit. 92. n. 2. & 3.*, in quibus hæc Ordinatio declaratur, & emendatur.

(h) Vide *Maced. dec. 68.*

(i) Vide *Covas Practic. cap. 7. n. 4.*, *Calder. tom. 3. dec. 152. ex n. 19.*, *Cabed. 1. p. dec. 54. n. 12.*, *Phæb. 1. p. arest. 16.*, & *arest. 48.*, *Thom. Vaz alleg. 65. n. 38.*, *Ægid. de Jur. honest. art. 4. n. 11.*, *Arouc. alleg. 101.*, *Oliv. de For. Eccles. q. 40.*, *Cortiad. dec. 246. n. 55.* Concordat *Ord. lib. 5. tit. 52. §. 10.*, & *tit. 88. §. 45.* Et cave ab *Oliveir. in Addit. ad cap. 3. de Mumer. Provis. n. 7. 11.*, & *51.*

(k) Consonat *Ord. inf. tit. 12. §. 1.*, *Gabr. Per. dec. 22. n. 2.*, *Thom. Vaz alleg. 65. cap. 39. & seqq.*

(l) Vide *Scopa ad Gratian. observ. 106.*, *Arouc. in L. 2. §. 1. ff. de Res. division. n. 279.* Et vide sequentem *Notam Senatoris Sardinia: Intellige, que procede no principio da causa, por que se absolvera o Réo da instancia; mas no fim supprirá o Juiz o erro do processo, mandando vir com procuração bastante, Liv. 3. tit. 63. §. 2. & 4.; e assê se limita a Ord. liv. 3. tit. 49. §. 2., que manda vir com as dilatorias no principio; porque o Juiz pôde supprir este defeito no fim.*

(m) Vide *Cabed. dec. 54. n. 6. & 7.*, *Salgad. in Labyrinth. credit. p. 1. cap. 7. n. 57.*, *Carlev. de Judic. tit. 1. disp. 2. à n. 489.*, *Solorzan. de Jur. Indiar. cap. 11. n. 58. & 59.*

(a) Vide

Ação, e Réo, que forem moradores no distrito da Casa da Supplicação, não pôde citar ao Réo perante o Corregedor do Porto, *liv. 3. tit. 5. §. 4.*

Ação privilegiado, que he morador no distrito da Casa do Porto, não pôde citar perante o Juiz das acções novas della ao Réo morador no distrito da Casa da Supplicação, *ibid. §. 4.*

Ação privilegiado, morador no distrito da Casa da Supplicação, pôde citar perante o Corregedor della ao Réo morador nas Comarcas do Porto, *ibid.*

Ação não pôde mudar a substancia da demanda em outro modo do que era conteúdo na Carta citatoria, *liv. 3. tit. 1. §. 7. (a)*

Ação, que fez procuração a pessoa inhabil, não sabendo do seu impedimento, he citado, para que faça outro Procurador, *liv. 3. tit. 20. §. 11.*

Ação, que adoececer, depois que a demanda for começada, e a lide contestada, haverá espaço de nove dias, *liv. 3. tit. 9. §. 10. (b)*

Ação, posto que não aceite a confissão do Réo, que antes negou estar de posse da cousa demandada, he o Réo privado da posse, *liv. 3. tit. 40. §. 1.*

Ação appellante, que foi revel, não he recebido a proseguir a demanda, até pagar ao appellado todas as custas do Dia de apparecer, *liv. 3. tit. 68. §. 3.*

Ação, que tem provado sua tenção, segundo a acção por elle em seu libello intentada, pela qual não pôde haver vencimento do que demanda, declara a cousa no mesmo processo, sem fazer novo libello, *liv. 3. tit. 63. §. 6. (c)*

Ação deve ser chamada á demanda antes de abertas, e publicadas, *liv. 3. tit. 45. §. 2. (d)*

Ação segue o foro do que o chama, *ibid.*

Ação chamado á demanda, está obrigado compôr a cousa vencida, com seu interesse, ou pagar-lhe o preço, qual o Réo mais quizer, *ibid. §. 3. (e)*

Ação, que foi chamado á demanda, e não veyo, fica com todo o encargo, *liv. 3. tit. 45. §. 2.*

Ação nomeado, he obrigado a pagar o damno, que o Réo receber, por lhe a cousa ser tirada por sentença, *liv. 3. tit. 45. §. 3. (f)*

Ação, não vindo depois de ser chamado, deve o Réo seguir o feito por todas as instancias fielmente, *liv. 3. tit. 45. §. 3.*

Ação chamado, o Juiz lhe assigna tempo conveniente, segundo a distancia do lugar, aonde estiver; e no entretanto se sobrestá no feito, *liv. 3. tit. 45. in princip.*

Ação, que he chamado, se estiver fóra do Reyno, não será esperado, *liv. 3. tit. 45.*

Ação, que he chamado, haverá tempo para responder, *ibid. §. 1.*

Ação, de quem o possuidor houve a cousa, que lhe tomáráo por força, não lhe está obrigado a compôr o damno, *ibid. §. 4.*

Ação, que vendeo cousa alheya, está obrigado a compôr o damno, *ibid. §. 5. (g)*

Ação, que he chamado, poderá só defender a demanda contra vontade do Auctor, *ibid. §. 7.*

Ação não pôde declinar o Juizo do Réo, a quem vem a defender, *ibid. §. 11. (h)*

Ação nomeado, não pôde defender ao Réo com intençaõ de innovar, e tolher a acção primeira do Auctor principal, *ibid. §. 6.*

Ação

(a) Vide Mend. in *Præc. part. 1. lib. 2. cap. 5.*, Pinel. in *L. 2. Cod. de Rescind. Vendition. p. 3. cap. 3. n. 24. & seqq.*

(b) Vide Sabel. *verb. Acta. n. 16.*: Et an habeat locum in causis, in quibus proceditur per assignationem decem dierum? vide Phæb. *1. p. areff. 88.*, qui affirmativè judicatum resolvit; quamvis ipse cogitandum relinquat; in infirmo enim non datur contumacia, Reynof. *observ. 13. n. 10.* Sed qui infirmitatem allegat, debet eam probare; Cabed. *p. 1. dec. 93. n. 1.* Et creditur Medico de illa attestanti; Valasc. *conf. 66. n. 13.*, Sabel. in *Sum. tom. 3. §. Medicus. à n. 1. & 22.*, Phæb. *dec. 51. n. 5.*

(c) Vide supra verb. *Acção.*

(d) Hermosilh. *L. 36. glos. 1. in addit. n. 9.*, Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 32. n. 10.*, Covas *lib. 3. Var. resolut. cap. 17. num. 8.*

(e) Ad verb. *Com seu interesse.* Vide sequentem Notam Senatoris Oliveii. *Dubitatum fuit, si emptor in causa succumbat, an Decimam in Cancellaria solvere teneatur? Aliquis au-*

tunabat non tenevi, cum litrem ex necessitate sustinisset, ut de evitione agere posset; sed merito contrarium judicatum fuit, ea tamen declaratione, ut istiusmodi Decimam venditor ei restituere teneatur tamquam interesse.

(f) Gulman *de Evict. q. 13. ex n. 1.*, Cald. *de Empt. & Vendit. cap. 31. n. 33.*, Gomes *tom. 2. Var. cap. 2. sub n. 39.*, Costa *ad Caminh. annot. 17. n. 5.*, Ægid. in *L. Ex hoc jure. cap. 8. n. 82.*, Barbof. in *Collectan. ad Text. in cap. Si venditori. 7. n. 7. de Empt. & Vendit.*

(g) Vide Per. *de Man. Reg. cap. 32. n. 23.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. disp. 327. n. 6.*, Hermosilh. *ad L. 19. tit. 5. partit. 5. glos. 1. à n. 6.*, Cald. *de Empt. & Vendition. cap. 31. n. 109.*

(h) Amplia etiam si actor laudatus sit Clericus; Ord. *liv. 2. tit. 1. §. 11.*, Reynof. *observ. 18. n. 9.* Et de materia vide quos citat Aylon *ad Gom. 2. p. cap. 2.*, Amaya in *L. 3. à n. 28. Cod. de Jur. Fisc.*, Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 32.*, Sperel. *dec. 24.*, Cortiad. *3. p. dec. 178.*, Escobar *de Pontific. & Reg. jurisd. cap. 53.*

Actor está obrigado a compôr o dobro , quando assi o prometteo , *liv. 3. tit. 45.*

§. 3. (a)

Actor he obrigado a compôr o damno , posto que a sentença seja dada injustamente , e contra Direito , por ignorancia , ou malicia do Juiz , *ibid.*

Actor , que compôs o damno ao Réo , tem seu direito resguardado contra o Juiz , que deu injustamente a sentença por malicia , ou ignorancia , *ibid.* (b)

Actor , que vendeo a cousa alheya , não está obrigado a compôr o damno ao comprador , que soube ser alheya , *ibid.* §. 5. (c)

Actor , posto que contra vontade do Auctor litigue , póde todavia o Julgador fazer vir perante si o Réo principal , para lhe fazer algumas perguntas , que a bem do feito pertencerem , *ibid.* §. 9.

Actor , que he chamado pelo Colono , Inquilino , Rendeiro , Feitor , ou Procurador , e não veyo , se procede á revelia , *ibid.* §. 10.

Actor , que he chamado a algum Juizo sobre cousa , que elle diz , que houve d'El-Rey , póde declinar para o Juiz dos feitos d'El-Rey , *ibid.* §. *fin.* (d)

ACTORIA não ha lugar em feito crime , criminalmente intentado , senão em crime civilmente intentado , *liv. 3. tit. 44.*

ACTORIA não se recebe ao que comprou cou-

sa furtada , que verosimilmente parecia que o era , conforme a qualidade da cousa , e do vendedor , *liv. 5. tit. 60. §. 5.*

ACTORIA se recebe na cousa furtada , que hum diz ser-lhe vendida , ou descambada , *liv. 3. tit. 44. §. 1.*

ACTORIA não ha lugar , quando o chamado está na India , ou na Ilha de S. Thomé , Cabo-Verde , ou fóra do Reyno , *liv. 3. tit. 45.*

ACTOS , que são ordenados para o tempo da morte , se podem mudar , e revogar até a morte , *liv. 4. tit. 37.*

ACTOS de resistencia , são remetidos ao Corregedor da Côrte , *liv. 1. tit. 7. §. 11. (e)*

ACTOS extrajudiciaes se póde delles appellar , *liv. 3. tit. 78. §. 3. (f)*

ACTOS extrajudiciaes são ainda aquelles , que se fazem em modo de jurisdicção pelas Universidades , *liv. 3. tit. 78.*

ACTOS extrajudiciaes , que se fazem por modo de jurisdicção , podem delles appellar os que são da Universidade , *ibid.* §. 1. (g)

ACTOS são nullos , em que falta a citação , ou he ella nulla , *liv. 3. tit. 63. §. 1.*

ACTOS são nullos , que se processárao com falso Procurador , *ibid.*

ACTOS são nullos , feitos pelo Corregedor do Cível da Cidade , quando manda citar alguma pessoa para o ouvir em sua poufada , *liv. 1. tit. 49. §. 2.*

ACTOS

(a) Speciale est in Fisco , quòd non teneatur , nisi ad simplum , quamvis Procurator Fiscalis sub pœna dupli de evicçãoe promississet ; *L. Si Procurator. ff. de Jur. Fisc.* , Peregrin. *de Jur. Fisc. lib. 6. tit. 4. n. 37.* Sed nota , quòd , quando Fiscus vendit rem ut suam , procedit dicta *Lex Si Procurator.* ; si verò Fiscus vendit uti sui debitoris , non tenetur de evicçãoe , sed tenetur debitor , cujus res venditur ; Peregrin. *ubi supr.*

(b) Nota ad hanc legem , quòd ex Placito Senatùs , vulgò *Assento* , statutum fuit Senatores non posse pro damnis conveniri , quæ sibi ex suis sententiis illata esse partes conqueruntur ; de quo vide in *Ord. lib. 1. tit. 5. Coll. 3. n. 2.* , & vide Solorzan. *de Jur. Indiar. tom. 2. lib. 4. cap. 8. n. 55.* , Larrea *dec. 98. n. 59.*

(c) An possit agere de evicçãoe qui scienter rem alienam emit ? vide Aquil. *ad Rox. p. 5. cap. 6. n. 67.* , Cald. *de Empt. & Vendit. cap. 31. n. 105.* , Hermosilh. *ad L. 19. tit. 5. gl. 3. à n. 1.* , Gom. *lib. 2. Var. cap. 2. n. 8. & 42.* , *ad L. Taur. 50. n. 61.* vel ille , qui emit rem fideicommissi subjectam ? idem Aquil. *n. 68.* , Cald. *ubi supr. n. 106.* , Hermosilh. *d. gl. 3. à n. 7.* , Gusman *de Evicção. q. 35. à num. 10. & 34.* , & *quest. 46. à num. 14.* vel ille , qui emit emphyteusim sine domini licentia ? Arouc. *alleg. 53.*

(d) Si Rex , & Fiscus ut Actor fuerit nominatus , debent acta remitti ad Judicem Patrimonii Regii ; Mend. à Castr. *p. 1. lib. 3. cap. 5. §. 1. vers. Tertio limita.* , Gusman *de Evicção. q. 8. à princip.* , plures refert Barbof. in *L. Venditor. 49. n. 151. ff. de Judic.* ; sed ille contrarium tenet , & Amaya in *L. 3. ex n. 28. Cod. de Jur. Fisc. lib. 10.* , Gabr. *Pex. de Man. Reg. p. 2. cap. 32. n. 5.* , Cald. *de Empt. cap. 31.*

n. 99. ; primam tamen opinionem sequitur Cabed. *2. p. dec. 119. n. 7.* Si autem pro re empta Fisco S. Inquisitionis Procurator Fiscalis nominetur , debet audiri in eodem Judicio , in quo causa mota fuit , ut judicatum fuit no processo do Juizo dos Residuos da conta do testamento de Brites Pereira , entre partes o Promotor do Fisco , com Antonio de Brito Freire , no anno de 1645. , ut notat hic Senator Oliveira ; & iterum judicatum refert Oliveir. *de Mun. Provif. in addit. ad cap. 1. n. 53.* Et vide Gabr. *Per. ubi supr. n. 5.* , Boller. *de Decoctor. tit. 2. q. 4. n. 36. & 37.*

(e) „ Intelligitur hæc lex , si delinquens habeat chartam securitatis ; quia Præses Curialis est Judex affecuratum Reorum ex vi chartæ , qua eos affecuravit ; sed non procedit , quando Reus non habet chartam securitatis ; quia tunc agendum est in foro delicti , & ibi terminandum in prima instantia ; ita Senator Themudo ad hanc Ordinationem.

(f) De appellatione ab actibus extrajudicialibus , & quomodo differat ab appellationibus judicialibus , vide Fragof. *p. 1. disp. 24. à n. 14.* , Per. *de Man. Reg. cap. 21. n. 16.* , Salgad. *de Reg. protect. 2. p. cap. 13.* , Leit. *de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 13.*

(g) Intelligenda est hæc Ordinatio , quatenus de appellatione agit in actibus tangentibus universitatem in communi , in quibus licet non omnium , qui sunt de universitate , aliquorum tamen singulare vertitur præjudicium , quibus ea ratione conceditur appellatio ; aliàs enim si Statutum solum respiceret universos in communi , non esset locus appellationi , sed querelæ ; ut probat *Ord. lib. 1. tit. 66. §. 29. in fin.* , Britt. *ad cap. 2. p. 2. n. 62. & seqq. de Locat.*

(a) „ Nota,

Actos nunca poderão haver os superiores por appellação em os instrumentos, de quaesquer feitos que sejaõ, *liv. 3. tit. 69. §. fin.* (a)
 Actos são nullos, quando os erros não forem suppridos pelos Juizes, que deão as sentenças, *liv. 3. tit. 63. §. 2.*
 Actos, em que não interveyo o Procurador da mulher, não são havidos por nenhuns, e se podem supprir antes de dar sentença, *ibid. §. 1.*
 Actos de sefmaria haõ de ser escriptos, *liv. 4. tit. 43. §. 4.*
 Actos farão os Julgadores das injurias, que lhe fazem, ou dizem, *liv. 5. tit. 50. (b)*
 Actos do habito e tonsura, se devem juntar ao feito crime, *liv. 5. tit. 124. §. 12.*
 Actos do habito e tonsura, que se fação no tempo da prisão, *liv. 5. tit. 121. (c)*
 Actos nullos feitos por Juizes incompetentes, pagaõ elles as custas, se os não remetem aos superiores até oito dias, *liv. 1. tit. 5. §. 8.*
 Actos necessarios para boa ordem do Juizo, póde o Juiz mandar fazer, *liv. 3. tit. 20.*
 Actos antes da suspeiçãõ processados, não se

revogaõ por razaõ da nova suspeiçãõ, *liv. 3. tit. 21. §. 6.*
 Actos contra o Menor são nullos, feitos sem auctoridade do Tutor e Curador, *liv. 3. tit. 41. §. 8. (d)*
 Actos são nullos, que são feitos contra a prohição da Ley, *liv. 4. tit. 53. §. 2.*
 Actos feitos em juizo, tem força de escriptura pública, *liv. 1. tit. 24. §. 21. (e)*
 Actos são nullos, que se fizeraõ em juizo em tempo de ferias, *liv. 3. tit. 18. §. 1. (f)*
 Actos feitos por Juizes incompetentes são nullos, *liv. 1. tit. 5. §. 8., e tit. 12. §. 6. (g)*
 Acto deshonesto he beijar, e abraçar, *liv. 1. tit. 53. §. 4. (h)*
 Acto se desfaz com as mesmas solemnidades, que se fez, *liv. 1. tit. 66. §. 28., e liv. 3. tit. 59. §. 3., e 11.*
 Acto feito, não guardada a fórma da Ley, he nullo, *liv. 1. tit. 66. §. 29., e tit. 58. §. 17., e vide verb. Nullo. (i)*
 Acto, que não teve effeito, he o mesmo, que se se não fizesse, *liv. 4. tit. 37. §. 5.*
 Acto nullo he o mesmo, que não o haver, *liv. 3. tit. 63. §. 5.*

Acto

(a) „ Nota, quod in actibus, qui veniunt ab Insulis, seu aliis partibus transmarinis, si in instrumentis gravaminis omnis processus veniat transcriptus, amboque litigantes Procuratores constituent, & ambo audiantur in his casibus, si acta veniant per gravamen, jubentur distribui in appellationem, & de ea cognoscitur, ut mora evitetur præjudicium; & ita servat Sententia, ut notat hinc Senator Oliveira. Quippe distantia superioris, ad quem transit recursus, facit, quod in multis casibus jura transgrediantur; de quo vide Solorzano. *tom. 2. lib. 2. cap. 4. ex n. 15., & lib. 3. cap. 5. n. 7., & cap. 9. ex n. 28., & lib. 4. cap. 3. ex n. 11.; Frasso de Patrom Regi. cap. 36. à n. 31., & cap. 40. n. 10., & ex n. 7.*
 (b) De injuria Regio Ministro facta vide Berlich. *p. 5. concl. 66., Barbof. Vor. 66., plenè Cortiad. dec. 102., Calder. dec. 69.* Et de obsequiis, que Magistratibus debentur, vide Lagun. *de Fruct. p. 1. cap. 30. ex n. 19.; Conciol. Resolut. crimin. verb. Officialis. resol. 2.* Et de Clerico eos injuriante, vide Fermosin. *in cap. Ecclesia S. Mariae. quest. 43.*
 Et quid si offendens fuerit Eques militaris; an offensus contra eum jurisdictionem habeat? vide Calder. *dec. 81.* Et quando sit casus inquisitionis, vide Leit. *de Inquisition. q. 3. n. 54. & 55.* Et de injuria eis facta post finitum officium, vide Oleam *de Cess. jur. tit. 3. q. 3. à n. 26., Bovadilh. in Polit. lib. 5. cap. 1. à n. 50., Calder. dec. 3. ex n. 17., & ex n. 22.*
 Et quid si expeditis litteris officii, & ante adeptam possessionem injuria Magistratui fiat? dic, quod tamquam privato facta reputabitur; Mastrilh. *ad Indul. general. cap. 36. à n. 23., Parex. de Instrument. edit. tit. 2. resolut. 4. n. 12.*
 (c) Vide Sperel. *dec. 17., Barbof. in L. Titia. n. 33. ff. de Solut. matrim., Vaz alleg. 46. n. 24., Cabed. 1. p. de cjs. 58., Ord. lib. 1. tit. 79. §. 4.*
 (d) Defectus Curatoris inducit nullitatem, que à Judice suppleri non potest; Ord. *liv. 3. tit. 63. §. 5.* Et de materia, vide Giurb. *dec. 109., Valenzuel. conf. 182., Lara de Vit. homin. cap. 24., Tondut. dec. 273. ex n. 9. &*

per tot., & dec. 275. & 276., Guerreir. de Muner. Judic. Orphan. tract. 2. lib. 3. cap. 11. Si autem minor habeat Patrem, an ei debeat Curator dari? affirmat Valasc. *de Par. tit. cap. 7. n. 42., sequitur Egid. in L. Ex hoc jure. cap. 2. n. 58. versic. Circa quod: cum temperamento scilicet, quod si non detur talis Curator, non idem judicium erit nullum; Aroue. in L. 3. n. 29. ff. de His, qui sui, vel alieni juris sunt; & vide Altimar de Nullit. sentent. rubr. 11. q. 4. n. 24. Gabr. Per. dec. 19. n. 10., Cald. in L. Si curatorem. in princ. n. 34., Guerreir. de Dation. & Oblig. Tutor. & Curat. lib. 4. cap. 3. à n. 98., & lib. 2. cap. 1. n. 68., & in tract. de Division. lib. 3. cap. 11. n. 14.*
 (e) Vide Gam. *dec. 308. n. 4. & 51., Valasc. de Jur. emphyt. q. 7. n. 17., Thom. Vaz alleg. 72. n. 5., Britt. in cap. Potuit. §. ultim. n. 3. de Locat.; Barbof. ad Ord. lib. 3. tit. 59. §. 3.*
 (f) Plura circa nullitatem sententiae tempore feriarum; Andreol. *contro. 241. à n. 16., Usuald. ad Donel. Comment. jur. lib. 24. cap. 7., latissimè Conciol. ad Statut. Eugub. lib. 2. rubr. 28. à n. 3. & seqq.; Altimar de Nullitat. sent. rubr. 9. q. 46. n. 6.*
 (g) Quia validitas eorum, que geruntur à Judice, dependet à jurisdictione gerentis; & idem si Juxta est incompetens non solum sententia, sed etiam acta, nulla judicantur; Gam. *dec. 259., Gabr. Per. dec. 27. & dec. 29. n. 7.* Cætera vide verb. *Incompetencia., ubi latè.*
 (h) Et ideo osculans mulierem, sive puerum luxuriosè puniendus est; Conciol. *Resolut. crim. verb. Osculum. à n. 1., Farinae. de Delict. carn. q. 142. n. 160.* Et an osculum luxuriosum sit causa amissionis dotis in muliere? vide Sabel. *§. Mulier. sub n. 31. vers. Non tamen., & §. Osculum. sub n. 1. vers. An autem.* Quid si fuerit in meretrice in terminis hujus legis? vide Glos. *in L. Quod ait. ff. de Adulter., Dec. in rubric. de Re judicat.*
 (i) Concordat Ord. *lib. 5. tit. 144. §. fin. ex L. Non dubium. Cod. de Legib., Peireir. de Man. Reg. cap. 16. n. 7., Molin. de Just. tract. 2. disp. 88. n. 14., Britt. ad cap. 1. part. 2. de Locat. num. 27., Mend. à Castr. 2. part. lib. 1. cap. 2. num. 144.*

Acto illicito fazer, ou nelle consentir, *vid. verb. Fazer.*

Acto feito em tempo habil, he nullo por inhabilidade, que depois sobrevem, *liv. 4. tit. 81. §. 6., e liv. 5. tit. 6. §. 19.*

AD

ADAGA de feição de sovêla não se pôde trazer, sobpena de dez cruzados, e de degredo para Africa, *liv. 5. tit. 80. §. 2. (a)*

ADELAS leuão de cincoenta reis hum real até a quantia de nove vintens, pelo que vendem, *liv. 1. tit. 87. §. 1. juncto princip.*

ADIVINHAR lançando sortes, ou varas para achar thesouro, ou vendo em agoa, espelho, crystal, ou espada, tem pena de degredo, e de açoutes, *liv. 5. tit. 3. §. 2. (b)*

ADDIÇÃO feita ao libello, se dá della vista ao reo, *liv. 3. tit. 1. §. 7.*

Addição feita pelo Auctor ao libello, se dá outro tanto termo ao Réo para haver conselho, e responder, *liv. 3. tit. 20. §. 7. (c)*

Addição feita ao libello, sendo o Réo ausente, que litiga por Procurador, não he obrigado a responder, até que a parte seja citada para informar do que responder, *liv. 3. tit. 20. §. 8.*

Addições, que o Contador ha de levar em conta, e pôr em summa, declara o Julgador em sua sentença, *liv. 3. tit. 66. §. 5.*

ADMINISTRADOR da Capella paga o tresdobro do que se montar em sua inteira obrigação, que deixou de pagar, amétade

para Captivos, e outra para quem o accusar, *liv. 1. tit. 62. §. 57.*

Administrador da Capella, que não mostra instituiçãõ, e está de posse por muito tempo, não he tirado da posse, *ibid. §. 51. (d)*

Administrador da Capella, que não mostra instituiçãõ, he suspendido da administraçãõ, *liv. 1. tit. 62. §. 51.*

Administrador da Capella, que não tiver certo salario assignado no Compromisso, o Provedor lhe assignará a quinta parte do que render, sendo a renda até quantia de vinte mil reis, *liv. 1. tit. 62. §. 55. (e)*

Administrador da renda da Capella, que pafse de vinte mil reis, levará de dez hum, *ibid.*

Administrador leva a renda, que lhe for assignada, posto que seja mais, ou menos de doze mil reis, *ibid.*

Administrador das Ordens Militares dos mefrados, he El-Rey, *Regimento do Paço, §. 7. (f)*

ADOPTIVO, *vide verb.* Filho adoptivo.

ADRO da Igreja se val ao que se acolhe a elle, ou não, se determina pelo Juiz Ecclesiastico, e secular juntamente, *liv. 2. tit. 5. §. 11.*

ADVENTICIOS bens do filho, em que o pay não tem usufructo, *vide verb. Usufructo, & verb. Pay.*

Adventicios, que o pay dissipa, e gasta, pôde demandar o filho ao pay, *liv. 3. tit. 9. §. 4. (g)*

ADVOGADO ha de ter oito annos de estudo, *liv. 1. tit. 48. (h)*

Advo-

(a) Pœnæ deferentium Siculas, vulgò *Adagas*, & alia arma exigua, multum ampliata fuerunt per Extravag. expeditam, die 23. Julii, anno 1678.; & postea per aliam Extravag. expeditam, die 29. Martii, anno 1719., quæ sunt in Ord. lib. 5. tit. 80. Coll. 1. n. 14. & 15.; & istæ Siculæ etiam prohibita sunt pedisequis, aurigis, & lecticarijs, vulgò, *aos Lacayos, Moch'illas, Cocheiros, e Liteireiros*, per aliam Extravag. expeditam die 18. Novembr. anno 1687., quæ est in Ord. lib. 5. tit. 80. Coll. 1. num. 16.

(b) Sortes divinatoriæ sunt illicitæ, & superstiosæ: Salmanticens. in Theolog. Moral. tom. 4. tract. 21. cap. 10. punct. 7. n. 93., & latè Bordon. de Sacro Tribunal. cap. 20. fere per tot. Vide supra verb. *Abusão.*

(c) Et quando liceat libellum addere, minuere, vel emendare, vide Barbof. in L. 3. Cod. de Edendo. à n. 5., Salgad. de Supplicat. p. 2. cap. 8., Berlich. p. 1. concl. 28., Barbof. in L. Non potest videri. 30. ff. de Judic., Mend. à Castr. 2. p. lib. 3. cap. 2. n. 5. & 6.

(d) Vide Maced. dec. 15., Cresp. observ. 14., Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 15. §. 4., Frass. de Patronat. cap. 95. n. 62., Pech. de Aqueduct. cap. 2. q. 3., Gabr. Per. dec. 52. à n. 6., Cabed. de Patronat. Reg. Coron. cap. 38. n. 5., Gam. dec. 288.

à n. 5., Leit. Fm. Regum. cap. 9. n. 7. & 8. Cætera vide verb. *Posse immemorial.*

(e) Vide Phæb. 1. p. arest. 26., ubi dicit, quòd debet vigesima pars assignari Administratoribus, sicut de Curatoribus dicit arest. 78.; sed de hac Ord. vide Reynof. observ. 7., ubi n. 27. dicit, quòd in Senatu Palatino solet assignari tertia, vel quarta pars.

(f) Gabr. Per. dec. 58. n. 7., Cabed. dec. 61. n. 6., Reynof. observ. 54. Concordat Ord. lib. 1. tit. 83. §. 7.

(g) Vide Molin. de Just. & Jur. disp. 228. n. 5., latissimè Salgad. in Labyrinth. credit. p. 4. n. 13., & fere per tot. vide etiam Maced. dec. 11.

(h) Quia sine legum studio, ac scientia non debet aliquis ad Officium Advocationis assumi; ut latè probat Ægid. in Director. Advocator. cap. 2. n. 2., Salmanticens. tract. 29. tom. 6. in appendic. punct. 4. n. 49. De jure Civili per quinquennium tantum studebant; Bovadilh. in Politic. lib. 1. cap. 6. n. 20., Castejon in Alphabet. jurid. verb. *Advocatus. sub n. 3.* De jure verò Regio disponit hæc Ordin. quòd studeant per octo annos, & cum illo concordat Ord. lib. 1. tit. 35. §. 2., Statut. Universit. Conimbric. lib. 3. tit. 19. in princip. & §. 2., Cost. de Sryl. Dom. Supplicat. an. not. 17. n. 1.

(a) Quo-

Advogado, para o ser na Casa da Supplicação, se ha de oppôr, e lêr hum ponto, *liv. 1. tit. 48. §. 1. (a)*

Advogado da Casa da Supplicação, que não vay ás audiencias, he negligente, ou retarda os feitos, que se devasse delle, *liv. 1. tit. 1. §. 32. (b)*

Advogado na Casa do Porto, o póde ser o graduado pela Universidade, *liv. 1. tit. 48. §. 2.*

Advogado nas Correições póde ser o graduado por exame, e que tiver tempo de oito annos, *ibid. §. 3. e 4.*

Advogado, que procura, sem ter tempo, e exame, tem pena de vinte cruzados, *ibid. §. 5.*

Advogado, que não for ás audiencias da Supplicação, e do Porto, não lhe tomaõ procurações, *liv. 3. tit. 19. §. 2.*

Advogado ha de ter as Ordenações, e não pode procurar contra ellas, *liv. 1. tit. 48. §. 6.*

Advogado, que primeiro for á audiencia, falla primeiro, posto que depois delle vaõ mais antigos, e estejaõ presentes, *liv. 3. tit. 19. §. 1. (c)*

Advogado deve haver das partes informaçõ, *liv. 1. tit. 48. §. 15.*

Advogado não póde defamparar o feito, *ibid. §. 8. (d)*

Advogado, que aconselha contra as Ordenações, tem a pena, que o Julgador, que julgar contra Direito, *ibid. §. 7. (e)*

Advogado, que fatisfaça a perda ás partes,

que houverem por sua culpa, e negligencia, *ibid. §. 10. e 17. (f)*

Advogado, que não faça avença com as partes para haver certa coufa, vencendo-lhe a demanda; e sómente levará o salario, que directamente se lhe montar, e lhe he taxado pela Ordenação, *ibid. §. 11. (g)*

Advogado, que não vá a casa do Julgador a fallar-lhe no feito, de que he Juiz, em quanto a demanda durar, *ibid. §. 12. (h)*

Advogado não póde requerer contra a Ordenação; e se differ que he contra Direito, he condemnado em vinte cruzados, *liv. 1. tit. 48. §. 6.*

Advogado, que faz petição de agravo contra Direito, he condemnado em dous mil reis para as despesas da Relação, *liv. 1. tit. 48. §. 7. (i)*

Advogado, que não risque no libello, ou razões, coufa alguma, sob pena de degrado, *ibid. §. 14. (k)*

Advogado, que não mostra a informação da parte, tem pena de dez cruzados, *ibid. §. 18.*

Advogado póde ser o menor de vinte cinco annos, como seja graduado de Bacharel, *ibid. §. 20. (l)*

Advogado, que tiver recebido salario, ou parte delle de alguem para procurar seu feito, não poderá procurar pela outra parte, *ibid. §. 27.*

Advogado, que não der o feito no termo, he condemnado nas custas do retardamento, e em quatro mil reis para a parte, e despezas da Relação, *liv. 3. tit. 20. §. 45.*

Advo-

(a) Quomodo hoc examen debeat fieri, extat constitutum in Placito Senatus, vulgò *Assento*, quod est in Ord. lib. 1. tit. 48. Coll. 3. n. 3., & vide Costa de Styl. Dom. Supplic. annot. 17. n. 4., Cabed. p. 1. dec. 214. n. 2.

(b) De negligentis Advocatorum, & quantum sint culpabiles, vide Berton. de Negligent. & Ommiffion. p. 2. artic. 2. per tot.

(c) Revocata est hæc Ord. in Reg. min. Senat. Supplicat., quod est in Ord. lib. 1. tit. 1. Coll. 1. n. 4., ubi in §. 12. decernitur, quòd loquantur Advocati in Auditorio secundum suas antiquitates, non attento, quòd quilibet citò, vel serò veniat; de quo vide Costa de Styl. Dom. Supplicat. annot. 17. n. 29. & seqq.

(d) Vide Ægid. in Director. Advocat. cap. 5. n. 9., ubi aliquas assignat causas, ex quibus potest Advocatus deserre litem; inter quas est inimicitia contracta cum cliente, de qua agitur in Ord. lib. 3. tit. 26., Valasc. conf. 124.

(e) Qualiter contra Advocatum animadversum fuisset, qui Jurisdictioni Regiæ se injustè opposuit, vide apud Frass. de Patronat. Reg. cap. 34. n. 50.

(f) Vide Berton. de Negligent. & Ommiffion. artic. 2. à n. 8., Ægid. in Director. Advocat. cap. 5. n. 36., Salmanticens. tom. 6. tract. 29. in Appendic. punct. 4. n. 49., remissivè Sabelles in Sum. tom. 1. §. Advocatus. n. 27. An teneantur de levi culpa? multi affirmant; sed vè illis si non adesset alia opinio probabilis: teneri tantum ex culpa gravi, Tom. I.

quam probat Dian. p. 2. tract. 15. resol. 59., dicit Sabel. §. Advocatus. sub n. 1.

(g) Vide Fontanel. dec. 178. 179. & 180., Olca de Cess. jur. tit. 3. q. 11. ex n. 29. & 30., Lanfranc. de Salar. q. 52. per tot. præcipuè ex n. 69., latissimè Farinac. q. 106., Cabed. p. 1. dec. 19., Ægid. in Director. Advocat. cap. 8., Cancer. p. 2. Var. cap. 14. à n. 178. & 185., Altimar de Nullit. contract. q. 14. sect. 3. n. 18., Landim de Salar. Judic. q. 2. n. 13., Salmanticens. tom. 6. tract. 29. cap. 4. punct. 5. n. 57., Sabel. in Sum. §. Advocatus. n. 4., Portug. de Donat. Reg. 3. p. cap. 37. n. 13.

(h) Vide Cabed. p. 1. dec. 214. n. 13.

(i) Concordat Ord. lib. 1. tit. 5. §. 7., & tit. 6. §. 11., & vide Placitum Senatus, vulgò, *Assento*, quod est in Ord. lib. 1. tit. 6. Coll. 3. n. 5., ubi decernitur, quòd si Advocatus in terminis Ord. lib. 1. tit. 6. §. 11. faciat petitionem gravaminis frivolam, condemnatur in duo millia terunciorum ad expensas Senatus: si autem in terminis Ord. lib. 1. tit. 48. §. 7. sententiam Senatus in Cancellaria impediatur, & postea impedimenta rejiciantur, condemnabitur in eadem pena.

(k) Quando delentur articuli in actis, an falsitas dicatur commissa, ita ut pars causæ jacturam patiatur? vide Peg. For. cap. 19. n. 149.

(l) Vide Ægid. in L. Ex hoc jure. p. 2. cap. 10. n. 1. & 2., Cald. in L. Si curatorem. verb. Hunc contractum. n. 39.

C

(a) Vide

Advogado da Casa da Supplicação por quatro annos, póde ser tomado por Desembargador do Porto, *liv. 1. tit. 35. §. 2.*
 Advogado, que recebe de ambas as partes, tendo já sabido os segredos da causa, he havido por falso, e he degradado para sempre para o Brasil, e não usa mais do officio, *liv. 1. tit. 48. §. 13. (a)*
 Advogado, que dorme com a mulher, por quem procura, tem pena de hum anno de degredo para Africa, *liv. 5. tit. 20. (b)*
 Advogado não póde escrever na margem ração, que não seja para escrever, *liv. 1. tit. 48. §. 14.*
 Advogado póde escrever á margem cotas, como o Julgador, *ibid.*
 Advogado não póde ser o menor, e o fiel entre partes, e o Fidalgo Clerigo, e Escrivão, *liv. 1. tit. 48. §. 21. 22. 23., e 24. (c)*
 ADOVGAR he defeso a Fidalgo, Clerigo, e Religioso, *liv. 3. tit. 28. (d)*
 ADULTERIO tem pena de morte, *liv. 5. tit. 25. (e)*

ADULTERO, que leva mulher, não alcança perdaõ, *Regimento do Paço, §. 19.*
 Adultero, que leva mulher a seu marido, não lhe val couto, *liv. 5. tit. 123. §. 9.*
 Adultero não tem pena de morte, quando o marido perdoa á mulher, *liv. 5. tit. 25. §. 2. (f)*
 Adultero, que leva mulher casada por força, tem pena de morte, *ibid. §. 1.*
 Adultero sendo accusado, e contestada a lide, morto o marido, se póde seguir a accusação pela Justiça, *ibid. §. 5. (g)*
 Adultero, que leva a mulher casada, não tem menos pena, posto que a mulher se haja reconciliado com o marido, *ibid. §. 4. (h)*
 Adultero, que dorme com mulher por vontade de seu marido, tem pena de degredo, *ibid. §. 9.*
 Adultero não póde ser accusado por qualquer do povo, senão só pelo marido, *ibid. §. 3. (i)*
 ADULTERA, sendo condemnada, perde seus bens para o marido, *ibid. §. 6. (k)*
 Adul-

(a) Vide Portug. de Donation. Reg. p. 3. cap. 37. n. 11., Mend. à Castr. p. 2. lib. 1. cap. 3. n. 16., Cabed. p. 1. dec. ult. n. 15., Ægid. in Direct. Advoc. cap. 3. à n. 9., Sabel. §. Advocatus. n. 2.

(b) Vide Ægid. de Jur. honest. art. 12., Giurb. conf. 37., Clar. §. Fornicatio. n. 17., Velasc. de Judic. perfect. rubr. 1. annot. 2. Quod amplia, etiam si mulier se obtulerit, neque sit inducta, nec coacta; Ægid. supr. n. 3., contra Boer. dec. 317. n. 15. Amplia 2., etiam si mulier sit inhonesta, quæ corporis sui copiam pluribus faciat; Ægid. ubi supr. n. 4., contra Boer. d. loc. n. 14.

(c) Ad verb. O menor. Vide DD. supra relatos verb. Advogado póde ser o menor &c.

Ad verb. E o Fidalgo. Vide Tiraquel. de Nobilitat. cap. 37. n. 120., Harppr. in §. 2. Instit. de his per quos agere possumus. n. 141. & seqq., qui rationem præstant, scilicet, ne tamquam potentiores judicium confundant, miserifque hominibus timorem injiciant, ut notat Peg. ad hunc §. n. 2., Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 28. ad princ. n. 2.

Ad verb. Clerigo. Vide Altimar de Nullitat. sentent. rubr. 11. q. 31. n. 46., Thom. Vaz alleg. 27. n. 1., Rox. de Incompatibilit. p. 6. cap. 4. à n. 36., Vella dissert. 43. n. 25., concordat Ord. lib. 3. tit. 28. Et an puniri possit à Judice seculari? idem Vella dissert. 44. n. 57.; Gonzales cap. 3. de Postuland., Menoch. de Jurisdict. lib. 3. cap. 17. Et vide de materia Salmanticens. tom. 6. tract. 29. cap. 4. punct. 1. n. 7.

Ad verb. E Escrivão. Concordat Ord. lib. 1. tit. 24. §. 18., & tit. 80. §. 5.

(d) Ad verb. E Religioso. Vide Altimar de Nullitat. sentent. rubr. 11. q. 31. n. 1. & 24., Gratian. For. cap. 57. n. 24., Ægid. in L. Ex hoc jure. p. 2. cap. 4. à n. 17. ff. de Just. & Jur., Thom. Vaz alleg. 27. n. 1., Themud. dec. 192., Cardos. verb. Regularis. n. 37. Concordat Ord. lib. 1. tit. 48. §. 22.

(e) Vide Farinac. in Prax. crimin. q. 141., Molin. de Just. tom. 4. tract. 3. disp. 89., Gom. in L. 80. Taur. n. 47., Harppr. in §. Item Lex Julia. 4. Inst. de Public. judic. Et de probatione adulterii, vide latè Boff. de Patr. potest. cap. 5. ex n. 60. usque ad 77., Valenzuel. conf. 28., ubi etiam de ejusmodi criminis gravitate. Et quanto tempore accusatio in hoc crimine præscribatur: vide Bucaron. differ. 172. à n. 22., Almeid. de Num. quinar. cap. 8. à n. 13.

(f) Et remissiffè videtur adulterium, quando copu-

lam habuit cum uxore, Themud. dec. 120. tom. 2., de quo, & generaliter, quando conjux censeatur adulterii injuriam, & pœnam condonare, vide Fragos. de Regim. p. 3. disp. 6. §. 2. à n. 42.

Et an adulter incestuosus, à marito remissus, puniendus sit de incestu? affirmativè resolvit Larrea dec. 50. per tot. Et an, si maritus conditionaliter remittat adulterium, possit à Judicibus conditio acceptari? vide Gam. dec. 63.

Et an, si remissa contravenerit conditioni, actio primæva instaurari possit à remittente? discas ex Cortiad. tom. 1. dec. 35. à n. 95., Portug. de Donat. Reg. p. 2. lib. 1. cap. 18. n. 121., Olea de Cess. jur. tit. 8. q. 1. n. 22.

Et nota, quòd remissio adulterii per transactionem fieri nequit; Valeron de Transact. tit. 3. q. 5. à n. 13., Cabed. p. 1. dec. 113., sed tacitè, & expressè remitti valet; Sanch. de matrim. lib. 10. disp. 14., ubi quomodo; Farinac. in Prax. crim. q. 142. n. 68., Gam. dec. 273., Barbof. in L. 2. p. 1. in princ. à n. 101. ff. de Solut. matrim.

(g) Vide Cald. in L. Si curatorem. verb. Læsis. n. 26., Barbof. in L. 2. part. 1. n. 119. ff. de Solut. matrim., Farinac. in Prax. q. 142. n. 113., Gabr. Per. dec. 71. ubi latè; Cost. de Styl. Absent. 18.

(h) Vide aliquid apud Almeid. de Numer. quinar. cap. 8. n. 14. Et si adulter sit absolutus, an profit sententia adulteræ, vel è contra? vide Conciol. verb. Absolutio. resolvit. 2.

(i) Vide Gom. L. 80. Taur. n. 49., Barbof. in L. 2. p. 1. n. 112. ff. de Solut. matrim., Vaz alleg. 13. à n. 111., Ægid. de Jur. honest. artic. 6. n. 19., Fragos. 3. p. disp. 6. à n. 52., Cresp. observ. 4. ex n. 178. Sed limita in foro Ecclesiastico, in quo adversus adulteros procedi solet, etiam parte non petente; de quo vide Themud. dec. 226., Cresp. observ. 4. ex n. 208. Limita etiam, si maritus consenserit in adulterio; quia tunc quilibet de populo potest accusare; Fragos. 1. p. disp. 4. §. 15. n. 158. Vide supra verb. Accusar sô póde o marido em caso de adulterio.

(k) Vide Ægid. de Jur. honestat. artic. 6. n. 15. & 16., Gam. dec. 234. n. 3., Barbof. in L. 2. p. 1. à n. 69. ff. de Solut. matrim., Farinac. in Prax. q. 120. n. 64., Molin. tract. 3. disp. 90., & latè de materia ad omnes quæstiones, vide Berlich. p. 3. concl. 29., & p. 4. sect. 1. concl. 29. 30. & 31., Andreol. contror. 336., Fragos. 3. p. disp. 6. à n. 48.

(a) Vide

Adultera, que casou com o adultero, morto o marido, ou dormir com elle, ferão ambos condemnados á morte, *liv. 5. tit. 25. §. 10.* (a)

Adultera póde o marido matar, por a achar em adulterio, *liv. 5. tit. 38.* (b)

Adultera, que peccou com Mouro, ou Judeo, parente, ou cunhado, não he relevada por o perdaõ do marido, *liv. 5. tit. 25. §. 2.* (c)

Adultera condemnada á morte perde os bens para o marido, *ibid. §. 6.* (d)

Adultera, a que o marido perdoa, que seja logo solta sem appellação, *liv. 5. tit. 25. §. 2.*

Adultera condemnada á pena, que não he de morte, não perde os bens, *ibid. §. 7.*

Adultera, morto o marido depois da lide contestada, não havendo parte, se procede pela justiça, *liv. 5. tit. 25. §. 5.* (e)

Adultero se póde accusar, e querelar, depois de passado o anno, *liv. 5. tit. 17. §. 1.*

AF

AFFASTAR-SE póde o Menor da herança, que huma vez aceitou, *liv. 4. tit. 87. §. 3.* (f)

Affastar-se póde da herança, que huma vez aceitou o filho familias instituido por seu pay, *ibid.*

AFFEICAÕ não se confidéra no preço do Mouro, que se vende por auctoridade, *liv. 4. tit. 11. §. fin.*

AFFEITO he havido por effeito naquelle, que der peçonha para matar, *liv. 5. tit. 35. §. 2.* (g)

Affeito he havido por effeito no Donatario; que ordenou causa, por que viesse grande damno ao doador, na pessoa, ou fazenda, *liv. 4. tit. 63. §. 3. e 4.* (h)

AFFILAR os pesos, e medidas, são obrigados os que os tiverem, nos mezes de Janeiro, e Julho, *liv. 1. tit. 68. §. 16.* (i)

AFFILADORES tem os pesos, e medidas concordantes com os da Camara, *liv. 1. tit. 18. §. 39.* (k)

AFFINIDADE ha entre genró, e sogro, outro sogra, madrastra, e enteado; e por quanto tempo, *liv. 1. tit. 9. §. 2.*

AFFORAR como se devem os bens das Capellas, Albergarias, *liv. 1. tit. 62. §. 46.*

Afforar se não podem casas, lenha, a dinheiro, ou aves, *liv. 4. tit. 40.* (l)

Afforar nem comprar não podem cousa alguma os Officiaes de Justiça temporaes, durando o tempo de seu Officio, *liv. 4. tit. 15.* (m)

Afforar, *vide verb. Emprazar.*

AFFO-

(a) Vide Barbof. in L. 2. p. 1. n. 119. ff. de Solut. matrim., Farinac. in Prax. crim. q. 141. n. 54., Valenzuel. conf. 80. n. 47.

(b) Vide Gufman de Verit. jur. verit. 27. usq. ad 32., Matth. de Re crimin. controv. 11. §. 12., Aegid. de Honest. art. 6. à n. 24., Cresp. observ. 60. ex n. 26., Barbof. in L. Ab hostibus. §. fin. à n. 40. ff. de Solut. matrim., Molin. de Just. tom. 4. tract. 3. disp. 91. n. 8. Amplia, si eam invenerit in preparatoris ad coitum, videlicet, in mutuis amplexibus, & osculis; Barbof. L. 2. in princ. p. 1. n. 70. ff. de Solut. matrim., Molin. tom. 4. tract. 3. disp. 91. n. 8., Farinac. in Prax. crimin. q. 121. n. 41., & à n. 107., & conf. 141. à n. 5. Quia magna adulterii praesumptio oritur ex osculis, & amplexibus; quod tamen limitant DD. inter consanguineos, à qua tamen limitatione merito secundum mores nostros discedit Phæb. p. 2. dec. 142. n. 15. & 16. Amplia secundò, ut etiam proditoriè eos occidere possit; Thom. Vaz alleg. 67. n. 16. Amplia tertio, etiam si adulter sit Clericus; Boff. de Patr. potest. cap. 3. à n. 101., Aegid. de Honest. artic. 11. n. 22.

(c) Vide Harppr. in §. ult. Instit. de Vulgar. ex n. 21., Gom. 1. Var. cap. 3. n. 33., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 183. n. 7.

(d) Vide Aegid. in L. Ex hoc jure. p. 1. cap. 7. ex n. 29., Matth. de Re crimin. controv. 32. & 64. n. 68. & 69., Arouc. alleg. 84., Vaz alleg. 13. n. 144., Gom. 3. Var. cap. 3. n. 7.

(e) Vide Gabr. Pei. dec. 71. per tot., Cald. in L. Si curatore. verb. Laesis. à n. 26., Barbof. L. 2. p. 1. n. 119. ff. de Solut. matrim., Farinac. q. 142. n. 113.

(f) Vide Harppr. in §. ult. Instit. de Vulgar. ex n. 21., Gom. 1. Var. cap. 3. n. 33., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 183. n. 7.

(g) Vide Aegid. in L. Ex hoc jure. p. 1. cap. 7. ex n. 29., Matth. de Re crimin. controv. 32. & 64. n. 68. & 69., Arouc. alleg. 84., Vaz alleg. 13. n. 144., Gom. 3. Var. cap. 3. n. 7.

(h) Et quid de illo, qui non venenum, sed poculum amatorium dedit, ex quo mors sequuta fuit: vide Harppr. in §. Item Lex Cornelia. 5. Instit. de Public. judic. n. 64. & 65., Gonzales in cap. 1. de Praesumpt. n. 12. Et est casus in Ord. lib. 5. tit. 3. §. 1.

(i) Et nota, quod veneni propinatio, etiam si mors non sequatur, est casus inquisitionis, ex Leg. Extravag. quæ est in Ord. lib. 1. tit. 65. Coll. 1. n. 2.

(j) Vide Hermosilh. in L. 10. tit. 4. partit. 5. glos. 2. n. 4.

(k) Plura de ponderibus, & mensuris vide per Lagun. de Fruct. 1. p. cap. 16. ex n. 97.

(l) Vide Cabed. 2. p. arst. 12.

(m) Vide Valasc. de Jur. emphyt. q. 20. n. 6., Gam. dea. c. 311. in princ., Pinel. in L. 2. Cod. de Rescind. Vend. p. 2. cap. 3. n. 8., Pinheir. de Emphyt. p. 2. disp. 4. §. 2.

(n) Vide Cald. de Empt. cap. 8. n. 47., & consil. 34. n. 9., Hermosilh. in L. 5. tit. 5. partit. 5. glos. 1. usq. ad 9., Velasc. de Privil. pauper. p. 2. q. 10. ex n. 106., Portug. tom. 2. cap. 32., Calder. tom. 2. dec. 99., Sabel. verb. Officialis. n. 6., Menda à Castr. lib. 1. cap. 2. §. 6. n. 119. 2. p.

(a) Vide

à num. 3.; Oliv. de For. Eccles. 3. part. quest. 28. ex num. 63. Quid etiam si maritus decedat? idem Oliv. d. q. 28. ex num. 32.

Quid si adultera bannita restituitur à Principe, an recuperet bona? Vide Fragos. p. 1. disp. 11. §. 2. n. 292.

(e) Vide Gabr. Pei. dec. 71. per tot., Cald. in L. Si curatore. verb. Laesis. à n. 26., Barbof. L. 2. p. 1. n. 119. ff. de Solut. matrim., Farinac. q. 142. n. 113.

(f) Vide Harppr. in §. ult. Instit. de Vulgar. ex n. 21., Gom. 1. Var. cap. 3. n. 33., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 183. n. 7.

(g) Vide Aegid. in L. Ex hoc jure. p. 1. cap. 7. ex n. 29., Matth. de Re crimin. controv. 32. & 64. n. 68. & 69., Arouc. alleg. 84., Vaz alleg. 13. n. 144., Gom. 3. Var. cap. 3. n. 7.

(h) Et quid de illo, qui non venenum, sed poculum amatorium dedit, ex quo mors sequuta fuit: vide Harppr. in §. Item Lex Cornelia. 5. Instit. de Public. judic. n. 64. & 65., Gonzales in cap. 1. de Praesumpt. n. 12. Et est casus in Ord. lib. 5. tit. 3. §. 1.

(i) Et nota, quod veneni propinatio, etiam si mors non sequatur, est casus inquisitionis, ex Leg. Extravag. quæ est in Ord. lib. 1. tit. 65. Coll. 1. n. 2.

(j) Vide Hermosilh. in L. 10. tit. 4. partit. 5. glos. 2. n. 4.

(k) Plura de ponderibus, & mensuris vide per Lagun. de Fruct. 1. p. cap. 16. ex n. 97.

(l) Vide Cabed. 2. p. arst. 12.

(m) Vide Valasc. de Jur. emphyt. q. 20. n. 6., Gam. dea. c. 311. in princ., Pinel. in L. 2. Cod. de Rescind. Vend. p. 2. cap. 3. n. 8., Pinheir. de Emphyt. p. 2. disp. 4. §. 2.

(n) Vide Cald. de Empt. cap. 8. n. 47., & consil. 34. n. 9., Hermosilh. in L. 5. tit. 5. partit. 5. glos. 1. usq. ad 9., Velasc. de Privil. pauper. p. 2. q. 10. ex n. 106., Portug. tom. 2. cap. 32., Calder. tom. 2. dec. 99., Sabel. verb. Officialis. n. 6., Menda à Castr. lib. 1. cap. 2. §. 6. n. 119. 2. p.

AFFORAMENTOS perpetuos se partem entre os herdeiros por estimação, *liv. 4. tit. 96.*

§. 23. (a)

Afforamento, que passar de quatro mil reis sobre bens de raiz, se deve provar por escriptura, *lib. 3. tit. 59. in princip.* (b)

Afforamento de coufas de Capellas, Hospitaes, Albergarias, e Confrarias, se faz andando em pregão, *liv. 1. tit. 62.*

§. 45. (c)

Afforamento de coufas de Capella se faz para sempre em pregão, *liv. 1. tit. 62.*

§. 46. (d)

Afforamento de vinhas, olivae, pomares, hortas, moínhos, ou marinhas de Capella, se faz para sempre, salvo se outra coufa for ordenada, *ibid.*

Afforamento de heranças de terras de paõ de Capella se afforaõ em tres pessoas, *ibid.*

Afforamento para tres pessoas se entende marido, e mulher por primeira, e segunda pessoa, *ibid.*

Afforamento para sempre das coufas da Capella naõ se entende na Cidade de Lisboa, *ibid.*

Afforamento perpetuo, quando naõ se concordã os herdeiros em cabeça, nem em

vender, passados seis mezes, he devoluto ao senhorio, se o elle quizer, *liv. 4. tit. 96.*

§. 23. (e)

Afforamento feito a hum para elle, e seus filhos, antes que se casasse, ou para seus filhos, e seus descendentes, sem fazer menção de herdeiros, ou seus successores, naõ se parte por morte de cada hum dos casados, nem a estimação delle, antes fica percipuo com o que antes o tinha, ou seus herdeiros, *liv. 4. tit. 96. §. 24. (f)*

Afforamento se póde arrematar com seu encargo por dividas do possuidor delle, *liv. 3. tit. 93. §. 3. (g)*

Afforamento perpetuo, que toma o marido, ou mulher, sendo já casados por carta de amétade, por quaesquer palavras, que no contrato forem postas, serã ambos meeiros no afforamento, *liv. 4. tit. 96. §. 24. (h)*

Afforamentos perpetuos saõ communs entre o marido, e mulher, *liv. 4. tit. 96. §. 24.*

Afforamento para si, e sua mulher, e hum filho, que de entre elles nascer, bem póde qualquer delles, que derradeiro fallecer, nomear hum de seus filhos, ou filhas, qual quizer, *liv. 4. tit. 37. §. 6. (i)*

Affora-

(a) Vide Valasc. de Partit. cap. 25. ex n. 18., & conf. 53., Carvalh. in cap. Reynaldus. p. 4. cap. 1. ex n. 216., Guerreir. de Division. lib. 2. cap. 8., Britt. in cap. Potuit. §. 3. n. 25. & 26. de Locat., Gabr. Per. dec. 26. n. 2., Peg. For. cap. 9. à n. 16., Aegid. in L. Ex hoc jure. p. 1. cap. fin. n. 64., Cald. de Nomin. q. 24. n. 13. & 14.

(b) Valasc. de Jur. Emphyt. q. 7. n. 11. & 12., Thom. Vaz alleg. 72. n. 1., Reynof. observ. 44., Moraes de Execut. lib. 2. cap. 15. n. 7., Gabr. Per. dec. 97. n. 1.

(c) Vide Oliveir. de Mimer. Prov. for. cap. 5. §. 3., Arouc. alleg. 108. n. 15. & 16., Reynof. observ. 70. n. 50. Et nota, quod si aliquis descendens ultimi possessoris, qui fecit melioramenta, pretium obtulerit, praefertur alio cuicumque licitatori; Valasc. de Jur. emphyt. q. 20. n. 12., Cald. de Nomin. Emphyt. q. 23. n. 54., Mend. à Castr. p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 97., Barbof. in L. 2. n. 416. Cod. de Praescript. 30., vel 40. annor., Carvalh. in cap. Reynaldus. p. 2. n. 312., Reynof. obs. 70. per rot., Pinheir. de Emphyt. disp. 2. à n. 32.

(d) Et quando confraternitates laicorum possint sine solemnitatibus bona alienare, vide Sperel. dec. 155., Boff. de Alienat. bonor. Eccles. à n. 483.

(e) Intellige, si detur expressa licentia Instituentis; aliàs enim Capellæ, seu Maioratus bona non possunt emphyteuticari; ut probat Ord. lib. 4. tit. 41., & ita intelligit Barbof. in L. 2. n. 416. Cod. de Praescript. 30., vel 40. annor., Carvalh. in cap. Reynaldus. p. 2. n. 312., Reynof. obs. 70. per rot., Pinheir. de Emphyt. disp. 2. à n. 32.

(f) Non procedit in emphyteusibus Coronæ, vulgò, *Requengos*, quia inter filios pro æqualibus portionibus dividuntur, solùmque unus eligitur, qui divisas partes pensionum à singulis exigit, qui dicitur *Cabeceiro*; Carvalh. ad cap. Reynaldus. p. 4. cap. 1. n. 214. & 215.

(g) Vide Pinheir. de Emphyt. disp. 5. n. 169., Guerreir. de Division. lib. 2. cap. 8. ex n. 85., Valasc. de Partit. cap. 26.

à n. 4., Cald. de Emption. cap. 27. n. 36., Gabr. Per. dec. 123. n. 9.

(h) De executione in bonis emphyteuticis, vide Salgad. in Labyrinth. p. 3. cap. 3. à n. 1., Lagun. de Fruct. p. 2. cap. 4. ex n. 127., Peg. For. cap. 10. ex n. 24., Guerreir. de Division. lib. 2. cap. 8. ex n. 97.

Quid in emphyteusi pro se, & filiis? Britt. in cap. Potuit. de Locat. §. 3. ex n. 18. & 23., Peg. For. cap. 10. n. 34. & 35., Pinheir. de Emphyt. disp. 5. n. 52. *verf. Ampliatur tertio*, quem vide n. 61., Gam. dec. 5. n. 6.

Et an executio in emphyteusi nominationis profecti possit mortuo debitore ante perfectam executionem contra nominatum? Gam. dec. 5. n. 9., Cabed. 1. p. dec. 134. in princ., Valasc. conf. 186. à n. 3., Pinheir. de Emphyt. disp. 4. n. 99., Carleval de Judic. tom. 2. disp. 23. n. 29., Peg. For. cap. 10. à n. 24., Britt. in cap. Potuit. §. 3. n. 24. de Locat., Mend. in Prax. 1. p. lib. 3. cap. 21. n. 22., Moraes de Execut. lib. 6. cap. 8. n. 7.

(i) Vide Pinheir. de Emphyt. disp. 5. à n. 169., Carvalh. in cap. Reynaldus. p. 4. n. 197., Valasc. de Partit. cap. 26. à n. 4., Peg. tom. 7. ad Ord. lib. 1. tit. 87. §. 4. n. 124. & 147., Guerreir. de Division. lib. 2. cap. 8. n. 86. Et nota, quod ex hac Ordinatione fuit judicatum maritum, inconsulta uxore, potuisse emphyteusim acquirere, & uxorem obligare ad pensionis solutionem; Gam. dec. 257., & dec. 178. num. 7., & dec. 289. num. 1., Valasc. de Jur. emphyt. q. 35. num. 5.

(j) Potest nominari femina, extante masculino; Britt. de Locat. in cap. Potuit. §. 3. n. 12., Reynof. observ. 14. & 15., Torr. de Maiorat. cap. 2. ex n. 10., Guerreir. de Div. lib. 2. cap. 7. ex n. 29., Cabed. 1. p. dec. 143., sed vide latissimè Cordeir. dubit. 29., ubi postquam hanc sententiam firmat à num. 1. usque ad 22., contrariam defendit à n. 23. usque ad 43., & eandem materiam profectitur in dubit. 30.

(a) Pinheir.

Afforamento para si, e hum filho, não tendo filhos, poderá nomear hum neto, ou neta, qual quizer, posto que no contrato se não faça menção, senão de filho, *liv. 4. tit. 37. §. 6. (a)*

Afforamento perpetuo, que algumas pessoas tomaõ para si, e seus herdeiros, e successores, se partem por estimação entre os filhos, ou herdeiros daquelle, por cuja morte ficaraõ os ditos bens assi afforados, *liv. 4. tit. 96. §. 23. (b)*

Afforamento feito para si, e para hum filho seu, não poderá nelle ser nomeado pessoa estranha, *liv. 4. tit. 37. §. 6. (c)*

Afforamento para sempre, ou para certas pessoas, ou a tempo certo de dez annos, ou dahi para cima, não se póde vender, escambar, dar, nem alhear sem consentimento do senhorio, *liv. 4. tit. 38. in princip. (d)*

Africa, *vide verb. Lugares de Africa.*

AG

AGOA, que cahê do telhado de huma casa sobre a casa de feu vizinho, querendo-se alçar com sua parede, deixa-lhe tamanho lugar de parede, por que colha, a agoa, *liv. 1. tit. 68. §. 39. (e)*

Agoas, que cahem no telhado do vizinho,

he hum obrigado tomar no feu, e dar serventia para ellas de modo, que o vizinho não receba damno, *ibid. §. 38.*

Agoa se póde lançar de casa a hum lugar da rua por calle, por onde venhaõ por sua parede, *ibid. §. 40.*

Agoada, que se faz depois do sino, tem de pena cento e oito reis, e perde a louça, *lib. 1. tit. 74. §. 12.*

AGOUREIROS tem pena de açoutes, e de gredo, *lib. 5. tit. 3. §. 2. (f)*

AGGRAVANTE paga nove centos reis á Chancellaria, *liv. 3. tit. 84. §. 1. (g)*

Aggravante pobre não paga o agravo, e por elle reza hum Padre nosso pela alma d'El-Rey Dom Diniz, *ibid. §. 10. (h)*

Aggravante, que não seguio o agravo dentro do termo, ou não pagou, o não póde mais seguir, *ibid. §. 9.*

Aggravante, que for provido, torna a haver o dinheiro, que pagou do agravo, *ibid. §. 13. (i)*

Aggravante, que não pagou o agravo, ou o não seguio em tempo, e vem depois com embargos á sentença, podem delles conhecer os Desembargadores, *ibid. §. 8. (k)*

Aggravante no auto do processo, como, e quando poderá ser provido, *liv. 3. tit. 20. §. 47., ad fin., e 40. (l)*

Aggra-

(a) Pinheir. de Emphyt. p. 2. disp. 6. sect. 6. §. 4., Torr. de Majorat. cap. 23. ex n. 22., Cald. de Porest. eligend. cap. 11. n. 33., Peg. For. cap. 28. n. 936., Cordeir. dubit. 30. n. 32.

(b) De Jure Communi emphyteusis perpetua dividatur per regiones, & per hæreditarias partes, sicut reliqua bona paterna; sed quia Jurisconf. consulebat, ut ab hujusmodi divisionibus Judices abstinerent, ne pensio confunderetur, ideò Lex nostra statuit, ne dividatur talis emphyteusis, nisi per æstimationem; Cabed. p. 1. dec. 107.

In Provincia autem Iteramnenfi, & Transmontana, etiam post hanc Legem vigeat consuetudo dividendi emphyteusim per regiones, ut dicunt Carvalh. in cap. Reynaldus. p. 4. cap. 1. n. 219., Valasc. de Partition. cap. 25. n. 31., Gam. dec. 78., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. disp. 460. n. 2., sed hic mos abrogatus est per Leg. Extravag., quæ est in Ord. lib. 4. tit. 96. Coll. 1. n. 1.; quia emphyteusis, sive sit sæcularis, sive Ecclesiastica, semper est individua per partes; Almeid. alleg. 7. n. 20., Valasc. de Jur. emphyt. q. 38. n. 12. & 13., idem conf. 53., & de Partition. cap. 35. per tot., Carvalh. in cap. Reynaldus. de Testam. p. 4. cap. 1. ex n. 216., Peg. For. cap. 28. n. 535., & 662., & 928., & 930., Guerreir. de Division. lib. 2. cap. 8. n. 13., solumque dividitur inter hæredes per æstimationem; & solent Judices præcipere fratri, cui emphyteusis incipitur, ut aliis fratribus certos redditus ex fundo emphyteutico annuatim solvat, dum pretium illis contingens non satisfaciatur; quia hoc labem non continet usuræ; Cabed. p. 1. dec. 166. n. 4. & 5.

(c) Accedente tamen directi domini consensu, potest extraneus nominari, si vera est sententia; Peg. For. cap. 10. ex n. 115., & junde quæ de alienatione emphyteusis de Pacto, & Providentia tradit Britt. in cap. Potuit. de

Locat. §. 3. n. 13. ad fin. & 15. Et vide Cordeir. dubit. 27. num. 40.

(d) Vide de materia Britt. in cap. Potuit. §. 2. per tot. de Locat., Pinheir. de Emphyt. disp. 4. ex n. 86. cum seqq., Fulgin. de Jur. emphyt. tit. de Alienatione. q. 1., Harppr. in §. Addeo. 3. Instit. de Locat. ex n. 304. ad 374. & 447., Peg. For. cap. 9. Nec etiam locari potest ad longum tempus; Cabed. p. 1. dec. 92. à n. 1., Peg. d. cap. 9. n. 8., Britt. ad rubr. de Locat. p. 1. §. 1. n. 57. 59. 60. & 69. Si tamen emphyteusis sit liberæ nominationis potest sine consensu domini nominari; Gam. dec. 116., Britt. in cap. Potuit. de Locat. §. 2. n. 15., Pinheir. de Emphyt. disp. 4. à n. 127.

Et an, inconsulto domino, possit emphyteusis Maioratu annecti? vide Aquil. ad Rox. p. 5. cap. 6. n. 44. & 45., & omnes apud Cortiad. p. 5. dec. 284. à n. 53., Guerreir. de Division. lib. 2. cap. 8., Senat. Thom. Pinheir. da Veiga apud Peg. tom. 10. ad Ord. lib. 2. tit. 35. in rubr. cap. 4. n. 10. & seqq.

Ad verba, ibi: Sem consentimento de senhorio, nota, quòd iste consensus potest probari per testes; Valasc. de Jur. emphyt. q. 7. n. 34. verf. Ego. in fin., Cald. de Extinct. emphyt. cap. 11. n. 32., ubi dubitat.

(e) Vide Arouc. in L. 2. §. 1. n. 41. ff. de Rev. divisom.

(f) Vide verb. Abusões; & verb. Advinhar.

(g) Vide Cabed. 1. p. dec. 11. num. 20., Thom. Vaz alleg. 89.

(h) Nota, quòd viri nobiles, & sceminæ honestæ admittuntur per Procuratorem ad jurandum, & dicendum Orationem Dominicam; Martins à Cost. de Styl. annot. 5. num. 13.

(i) Thom. Vaz alleg. 89. à n. 20.

(k) Vide Mend. à Castr. 1. p. lib. 3. cap. 18. n. 4. & 5.

(l) Vide Leit. de Gravamin. q. 5. à n. 58.

(a) Leit.

Aggravantes devem logo declarar, para que Juízo aggravaõ, *liv. 1. tit. 6. §. 5. in fin., e tit. 58. §. 25., e liv. 3. tit. 74. §. 2.* (a)

AGGRAVAR se póde fõmente no auto do processo do recebimento de embargos, *liv. 3. tit. 20. §. 33.*

Aggravar se póde por instrumento de se receber appellaçaõ, *liv. 1. tit. 6. §. 4., e tit. 58. §. 27.* (b)

Aggravar se póde do naõ recebimento da appellaçaõ, *liv. 3. tit. 69. §. 7., e tit. 64.* (c)

Aggravar se deve diante do Juiz de quem se aggrava, *liv. 1. tit. 80. §. 9., e tit. 74.* (d)

Aggravar se póde por petiçaõ do Julgador naõ guardar, nem cumprir a Ordenaçãõ, *liv. 1. tit. 5. §. 6.* (e)

Aggravar se póde da sentença diffinitiva, posto que caiba na alçada, se nella se naõ guardou a Ordenaçãõ, *ibid.*

Aggravar se póde no caso, de que aliã se naõ podia aggravar, de naõ se guardar a Ordenaçãõ, ou seja interlocutoria, ou diffinitiva, *ibid.* (f)

Aggravar se póde de Ordenaçãõ naõ guardada ácerca do ordenar do processo por petiçaõ, ou por instrumento, *liv. 3. tit. 20. §. 46.*

Aggravar se naõ póde por petiçaõ, senaõ ordinariamente, de Ordenaçãõ naõ guardada

ácerca do ordenar do processo depois da sentença diffinitiva, *ibid.*

Aggravar se póde da Camara da Cidade, Villa, ou Concelho, *liv. 3. tit. 78.* (g)

Aggravar se póde de Collegio, e Confraria, quando justamente fazem algum acto, que por seus estatutos, ou sentenças lhes pertencer fazer, *liv. 3. tit. 78.* (h)

Aggravar se póde da Camara da Cidade, Villa, ou Concelho, do que ordena, e manda em sua acçaõ, para El-Rey, e para seus Desembargadores a isso ordenados, *ibid.* (i)

Aggravar se póde da Camara por simplez querela nos casos, que delle se naõ póde appellar para El-Rey, fazendo requerimento aos Officiaes della, *ibid.*

Aggravar se póde para El-Rey do Almotacé mór, por petiçaõ, *liv. 1. tit. 18. §. 66.* (k)

Aggravar se póde por petiçaõ, ou por instrumento, de o Juiz das Partilhas naõ fazer sequestro dos bens, por se impedirem com dũvidas em todo hum anno, *liv. 4. tit. 96. §. 13.* (l)

Aggravar deve a parte dentro de dez dias, *liv. 3. tit. 70., e tit. 84., e liv. 1. tit. 62. §. 78.* (m)

Aggravar naõ se póde do lançamento da contrariedade, por naõ offerecer com ella escriptura, em que se fundava, *liv. 3. tit. 20. §. 23.* (n)

Aggra-

(a) *Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. à n. 70. & 71.* Et an post declarationem possit intra decendum variare: negat *Peg. tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 6. §. 5. n. 3.,* sed contrarium tenet *Barbof. ad Ord. lib. 1. tit. 58. §. 25. n. 3.*

(b) Vide *Cabed. p. 1. arest. 44. Concordat Ord. lib. 3. tit. 70. §. 8.,* & explicat *Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 5. n. 18. & seqq.* Et nota, quod cognitio hujus gravaminis super receptione appellationis solum competit Senatoribus Gravaminum, ut probatur ex hac *Ord.,* & ex alia in *lib. 1. tit. 58. §. 27.*

(c) Vide *Leit. de Gravamin. q. 6. n. 150. vers. Item à non receptione.*

(d) *Mend. à Castr. 2. p. lib. 3. cap. 19. n. 11.,* *Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 87.,* qui dicit non requiri, quod in audientia interponatur; sed contrarium tradit *Martins à Cost. de Styl. Dom. Supplic. annot. 2. n. 30.,* & extat resolutum in quodam Placito Senatus, vulgò, *Asento,* quod est in *Ord. lib. 3. tit. 20. Coll. 3. n. 2.,* & illud refert *Costa de Stylis. Asent. 81. pag. 156.*

(e) Explicat *Leit. de Gravamin. q. 5. à n. 35.,* *Cost. de Styl. annot. 4. à n. 17.* Et accommoda ea, quæ tradit *Fontanel. dec. 498. n. 10.*

(f) Vide supra verb. *Aggravo de Ordenaçãõ naõ guardada &c.*

(g) Vide verb. *Actos extrajudiciaes.*

(h) Quia licet in hoc casu non detur appellatio, non tollitur recursus ad Principem supremum per viam querelæ, de quo *Cortiad. 1. p. dec. 25. n. 17. 45., & 46.,* *Peg. tom. 9. ad Ord. lib. 2. tit. 28. ad rubr. n. 68., & tom. 12. lib. 2. tit. 45. §. 26. n. 9.* Et est similis *Ord. lib. 1. tit. 65. §. 28., & lib. 2. tit. 62. §. fin.*

(i) Vide notata supra proximè,

(k) Idest, ad Senatum Palatinum, ut censuit *Leit. de Gravamin. q. 6. n. 163.,* sed obstant verba hujus Legis, *ibid. E naõ se aggravaõ delle para Tribunal algum;* & super hoc vide sequentem Notam Senatoris Oliveira. *O que en si praticar he hir petiçaõ de recurso immediata a El-Rey, e mandar Sua Magestade responder, ou informar o Almotacé mór, e com sua informaçãõ se remettem os autos ao Desembargo do Paço, no qual se diz por Consulta a Sua Magestade o que parece, e com a Resoluçãõ do dito Senhor torna a Consulta á Mesa, e nay Decreto ao Almotacé mór, assí como se pratica nos recursos do Aposentador mór.*

(l) Vide *Leit. de Gravamin. q. 6. n. 150. vers. Item se Judex.* Cætera vide verb. *Sequestro, que se faz da herança &c.*

(m) Et non possunt partes renuntiare huic termino, *Cabed. 1. p. dec. 42. n. 6.* Non currit hic terminus, dum pendet causa super nullitate sententiæ; *Cald. de Renov. q. 7. n. 14.,* *Mend. in Prax. 2. p. lib. 2. cap. 11. n. 19.* Et Minor restituitur adversus lapsum hujus termini; *Vaz alleg. 89. à n. 10.,* vide etiam *Cald. in L. Si curatorem. verb. Sua facilitate. ex n. 25.,* *Cardof. verb. Appellatio. n. 3.,* *Barbof. ad Ord. lib. 3. tit. 41. §. 1. n. 1., & tit. 70. §. 3. ex n. 13., & in tit. 84. §. 9.,* *Romagner. ad Conciol. super Statut. Eugub. lib. 3. rubr. 1. n. 37.* Et an contra eundem lapsum succurratur pauperi? vide *Velasco. de Privileg. pauper. p. 1. q. 31.* Limita tamen, quando gravamen est continuum, & successivum; quia tunc quocumque tempore etiam post decendum potest interponi; *Gom. lib. 3. Var. cap. 9. n. 10.,* *Cabed. p. 1. dec. 76. n. 3.,* *Costa ad Caminh. annot. 48. n. 6.,* *Guafin. de Defens. reor. defenf. 36. cap. 1. n. 5. & fin.,* *Peg. ad Ord. lib. 1. tit. 1. §. 18. n. 5.,* *Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 20. §. 46. n. 22.*

(n) Vide *Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 5. d. 33. & 34.*

(a) Vide

Aggravar pôde a parte do termo, ou mandado despachado em Relação, que em audiência se podia despachar, *liv. 1. tit. 6. §. 10.* (a)
 Aggravar se pôde por simplez querela dos despachos da Camara nos casos, que não se pôde appellar, *liv. 3. tit. 78.* (b)
 Aggravar pôde a parte nos actos de o Juiz receber appellação, e os Juizes da appellação pronunciarão sobre isto, *liv. 3. tit. 70. §. 8.* (c)
 Aggravar se pôde para os Desembargadores do Aggravo, do que os Corregedores do Cível da Côte mandarem nos feitos de aggravo, que a elles vem de ao redor até cinco legoas, *liv. 1. tit. 8. §. 9.* (d)
 Aggravar se pôde para os Desembargadores dos aggravos de quaesquer lugares, que estejaõ dentro das cinco legoas de Lisboa, por petições, ou instrumentos, ou cartas

testemunhaveis, *liv. 1. tit. 6. §. 6.* (e)
 Aggravar se pôde para os Desembargadores dos Aggravos de todas as interlocutorias, e mandados de qualquer Juiz, ou Justiça da Cidade de Lisboa, *liv. 1. tit. 6. §. 7.* (f)
 Aggravar se não pôde do mandado interlocutorio ácerca do ordenar do processo, senão nos casos conteúdos na Ordenação, que se ha de allegar na petição do aggravo, *liv. 3. tit. 20. §. 46.* (g)
 Aggravar se não pôde do não recebimento das excepções dilatorias, senão no acto do processo, *liv. 3. tit. 20. §. 9.* (h)
 Aggravar por petição se pôde sempre no caso da incompetencia, ou o Juiz receba a excepção, ou não, *ibid.* (i)
 Aggravar se não pôde do Juiz pronunciar que o Réo não provou a excepção peremptoria, *liv. 3. tit. 20. §. 15.* (k)

Aggra-

(a) Vide Maced. *dec. 66.*, Moraes de *Execut. lib. 6. cap. 5. sub n. 6. l. mit. 6. in fin.* Et ita hanc Legem quotidie practitari dicit Mend. in *Prax. p. 2. lib. 3. cap. 19. n. 8.*, ubi etiam dicit vidisse iudicari contrarium.

Et ad hanc Legem notat sequentia Senator Themudo: *Mas os Juizes do Aggravo não costumão deferir á materia principal do aggravo, e somente pronuncião, que he aggravo pelo Desembargador em pôr o feito com Adjuntos naquella caso, e mandaõ que o despache por si só; e do que por si só determ'na torna a parte a aggravar, se entende que se lhe fez aggravo. Este he o estylo, que se usa nesta Casa da Supplicação.*

(b) Vide supra verb. *Aggravar se pôde de Collegio &c.*

(c) In hoc casu à receptione appellationis videtur gravamen esse de processu; & est similis *Ord. lib. 3. tit. 84. §. 21.* Sed contrarium in *Ord. lib. 1. tit. 6. §. 4.*, de quo etiam *Leit. de Gravamin. q. 5. n. 17.*, & *q. 6. n. 150.*, Moraes de *Execut. lib. 6. cap. 5. n. 6. vers. Sexto deducitur.*

(d) Vide *Cabed. 1. p. dec. 13. n. 14.*, Phæb. *2. p. arest. 29. in fin.*, *Leit. de Gravamin. q. 6. n. 151. §. Sunt tamen.*, *vers. Vel nisi.*

(e) Vide *Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 29.* Limita tamen in gravaminibus Reorum, qui fuerint carcera- ti per deliberationem Senatus Palatini; quia de istis non possunt cognoscere Expeditores gravaminum, ut extat resolutum in Decreto, quod est in *Ord. lib. 1. tit. 6. Coll. 2. n. 2.* Limita etiam in gravaminibus illorum, qui eliguntur ad sustentandos equos emissarios, vulgò, *carvallos de Lançamento*; ut fuit resolutum per Decretum, quod est in *Ord. lib. 1. tit. 6. Coll. 2. n. 4.*, sed vide aliud novissimum *Ord. lib. 5. tit. 112. n. 2.* Limita etiam in gravaminibus ab electione Decurionum, quia pertinent ad Senatum Palatinum; *Ord. lib. 1. tit. 3. §. 14.*, *Cabed. dec. 38. n. 3. p. 1.*, *Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 150.* Et ita extat resolutum in *Leg. Extravag.*, quæ est in *Ord. lib. 1. tit. 67. Coll. 1. n. 5.*

Ad verba, ibi: *Por petições, ou instrumentos*; nota ex hoc inferri, quòd si pars velit proprio favori renuntiare, potest intra quinque leucas aggravare per instrumentum; *Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 29.*

(f) Hanc Ordinationem emendari desiderabat *Cabed. 1. p. dec. 13. n. 10.*; & ita factum est in *Regim. Dom. Supplicat. §. 13.*, quod est in *Ord. lib. 1. tit. 1. Coll. 1. n. 4.*, ubi decernitur, quòd hæc Ordinatio non habeat observantiam in gravaminibus de facto criminali, quæ debent expediri in Senatu per Præsides criminales Curie; quidquid inadvertenter, aut hanc Extravagantem ignorans, dicat *Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 151. versic. Sunt tamen.*, & vide *Peg. hic n. 4.*

Quid autem in Judicibus intra quinque leucas, de

quibus lex non est loquuta? dic, quòd Expeditores gravaminum cognoscunt de gravaminibus, ab illis per petitionem interpositis; Pretores tamen curiales cognoscunt cumulativè de his petitionibus; *Cabed. p. 1. dec. 13. n. 11.*, qui privativè illas existimat pertinere ad Pretores, ut illas expediant in Senatu.

(g) Explicat *Leit. de Gravamin. q. 6. n. 72. cum seqq.*

(h) Vide *Leit. de Gravamin. q. 5. à n. 10. & 42.*, concordat *Ord. lib. 1. tit. 6. §. 9.*

(i) Vide *Cabed. 1. p. dec. 156. n. 1.*, *Gam. dec. 159.*, *Gabr. Per. dec. 43.*, *Mend. à Castr. 2. p. lib. 3. cap. 3. n. 5.*, & *lib. 5. cap. 1. n. 49.*, quidquid dubitet *Valasc. conf. 47. n. 5.* Et nota, quòd si Judex remittat delinquentem de Regno ad Regnum, & pars de eo conqueratur, casus est gravaminis; quia Judex in effectu se incompetentem pronuntiat, ut declaravit Senatus in quodam Placito, quod transcribit *Cost. post tract. de Sryl. Dom. Suppl. c. Assent. 34. pag. 134.* si autem nulla pars conqueratur, inò remissioni consentiat, tenetur Judex appellare pro parte Justitiæ; *Cabed. p. 1. dec. 156.* Nota etiam, quòd in exceptione incompetentie cum provocatione ad Ordines non expeditur sententia per gravamen, sed per appellationem, ex *Ord. lib. 2. tit. 1. §. 28.*, *Thom. Vaz alleg. 53. n. 5.*

Et an Judex procedens ad ulteriora post exceptionem incompetentie oppositam, censetur eam rejicere? vide *Sperel. dec. 106. à n. 20.*, *Altimar de Nullitat. sentent. rubr. 9. q. 1. n. 13.*

(k) Vide *Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 3. n. 26.*, & *q. 5. n. 16. & 43.* Et nota, quòd de jure communi datur appellatio à pronuntiatione super exceptionibus peremptoriis; quod nota ad lites, quæ in foro Ecclesiastico agitantur: proinde si denegetur appellatio, datur recursus per viam violentiæ; de quo plures apud *Salgad. de Reg. protect. p. 2. cap. 1. ex n. 24.*, & *n. 62.*

Et ad hanc legem vide sequentem Notam Senatoris Oliveira: *Já vi caso, em que, quando se julgou a excepção peremptoria por não provada, se defer'o logo a toda a causa principal, e foi o Réo condemnado na restitução da coisa pedida com os fructos; porque constava pelos autos, que não podia ter outra desfeza mais, que a que articulára na excepção, e que esta não era relevante, ou não estava provada: na causa de João Telles da Sylva com Gregorio de Tavares, de que eu fui Juiz, e Escrivão Manoel Ribeiro Soares anno de 1681. O que se deve notar para se observar em casos semelhantes pro veritate, & justitia: mas ha de ser somente naquelles, em que concorrerem todas as referidas circumstancias.* In hoc autem casu non habet locum gravamen, sed appellatio, quia jam sententia est definitiva respectu totius causæ.

(a) Vide

Aggravar deve a parte da sentença interlocutoria dentro no termo, em que se pôde appellar, *liv. 3. tit. 84. in princip.*

Aggravar se pôde da taxaçaõ da conta, que o Juiz fez, se a quantia do feito couber na sua alçada, *liv. 1. tit. 90. §. 1. (a)*

Aggravar se pôde por petiçaõ á Relaçãõ de todos os Termos, e Mandados dos Desembargadores, que mandaõ por si sós nas audiencias, *liv. 1. tit. 6. §. 8. (b)*

Aggravar se pôde, ou appellar, qual no caso couber, naõ cabendo na alçada, de o Juiz pronunciar sobre a excepçaõ peremptoria, pela qual absolveo ao Réo, *liv. 3. tit. 20. §. 15. (c)*

Aggravar se pôde de a assignaçãõ da dilaçaõ ser grande, ou pequena, ou da negaçãõ della para fóra do Reyno, *ibid. §. 5. (d)*

Aggravar, ou appellar se pôde, qual no caso couber, do naõ recebimento dos embargos á excepçaõ, *liv. 3. tit. 25. §. 1.*

Aggravar se pôde por petiçaõ aos superiores, de o Julgador naõ condemnar ao Réo, por lhe parecer que provou seus embargos dentro nos dez dias, *ibid. §. 2. (e)*

Aggravar se pôde de o Julgador receber ao Réo os embargos, e o condemnar, por lhe parecer que os naõ provou perfeitamente, mas nem por isso se sobrestá na execuçaõ, *ibid. (f)*

Aggravar se pôde do Juiz, de nullidade notoria, ou incompetencia, aindaque caiba na alçada, *liv. 1. tit. 58. §. 25. (g)*

Aggravar se naõ pôde, quando o Julgador assigna termo para chamar á Auctoría, *liv. 3. tit. 45. §. 1.*

Aggravar se naõ pôde de interlocutoria, quando a causa principal cabe na alçada, *liv. 3. tit. 54. §. 12. in fin. (h)*

AGGRAVO naõ ha de o Juiz pronunciar, que o Réo naõ provou a excepçaõ peremptoria, senaõ no acto do processo, *liv. 3. tit. 20. §. 15. (i)*

Aggravo das sentenças diffinitivas ha de ser dentro em dez dias, *liv. 3. tit. 84. (k)*

Aggravo do despacho do Chancellér mór se concede, e se agrava para os Desembargadores do Paço, *liv. 1. tit. 2. §. 11. (l)*

Aggravo ordinariamente naõ suspende como appellaçaõ, *liv. 3. tit. 74. §. 4. (m)*

Aggra-

(a) Vide Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 79. Et ad hanc Legem notat sequentia idem Senator Oliveira. Ex hac Ordinatione benè probatur, quòd quando causa quoad sententiam principalem est inappellabilis, porque cabe na alcada, similiter cabe na alcada, quanto ás interlocutorias, e naõ se pôde aggravar dellas; ut per Leit. de Gravamin. q. 3. n. 35.; quod nota, aindaque no Senado ha varias opinioes, e se julga variamente: mas em si go esta parte. Plura congerit Salgad. de Reg. proteç. p. 2. cap. 6.; facit optimè Ord. lib. 3. tit. 54. §. 12.; & alia Ord. lib. 1. tit. 6. §. 12.; & apertius tit. 5. §. 6.; & lib. 1. tit. 59.; Merlin. Centur. 1. cap. 15.; Matth. de Reg. Regn. Valent. cap. 12. §. 2. n. 90.

(b) Intellige, licèt interlocutoria pertineat ad ordinem processus, & licèt causa non excedat jurisdictionem, vulgò, caiba na alcada, Leit. de Gravamin. q. 6. n. 73.; & à n. 82.; quem vide q. 5. n. 34. Sed vide notata supra: & advertet, quòd dum ista lex ait aggravari posse ab his interlocutoriis, cum aliàs non possit aggravari ab interlocutoria, quando causa principalis subest jurisdictioni Judicis, debet intelligi secundùm declarationem, quam facit Leit. de Gravamin. d. q. 6. à n. 82.; & q. 3. n. 39.; ubi dicit hoc idèd esse, quia causæ principalis decisio non est commissa Senatori, à cujus interlocutoria provocatur, sed Senatui, ut patet ex hoc §. 8.; & cum non possit provocari à definitiva postea proferenda, non aliter poterat gravamen reparari; Leit. d. q. 5. n. 34.; & d. q. 6. n. 150. vers. Generaliter gravamen.

(c) Loquitur hìc Lex de gravamine ordinario, Leit. de Gravamin. q. 6. n. 3.

(d) Idem in Ord. lib. 1. tit. 6. §. 9.; & lib. 3. tit. 54. §. 12.; Mend. à Castr. 2. p. 1. b. 3. cap. 12. n. 7.; Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 5. n. 32. & 41.; & q. 6. n. 150. vers. Item si dilatio.

(e) Leit. de Jur. Lusit. tr. 1. q. 6. n. 150. vers. Item si Conventus.

(f) Leit. de Gravamin. q. 6. n. 15. vers. Item si Conventus. Sed victor non poterit recipere pecuniam, nisi data fidejussione; Phæb. p. 2. arest. 7.; latè Peg. For. cap. 1. n. 290.

(g) Consonat Ord. lib. 3. tit. 20. §. 9.; Cabed. 1. p. dec. 48. n. 2.; Leit. de Gravamin. q. 6. n. 81.; Mend. in Prax. p. 1. lib. 3. cap. 3. §. 2. n. 7.; quamvis displiceat Valasc. conf. 47. n. 5. Vid. notata supr. verb. Aggravar por petiçaõ se pôde sempre &c.

(h) Consonat Ord. lib. 1. tit. 6. §. 9.; & lib. 3. tit. 20. §. 47.; Mend. in Prax. 2. p. lib. 3. cap. 12. n. 7.; Leit. de Jur. Lusit.

tract. 1. q. 6. n. 150. vers. Item si dilatio., probatur etiam ex Ord. lib. 1. tit. 90. §. 1. vers. E do que lhes for taxado. Et vide notata supra verb. Aggravar se pôde da taxaçaõ da conta &c.

(i) Leit. de Gravamin. q. 3. n. 26.; & q. 5. n. 16. & 43.; Valasc. conf. 47. n. 3.: quod idem debet observari, quando rejicitur, vel judicatur pro non probata exceptio attentati super spolio, ut refert decisum Valasc. conf. 156. n. 31.

(k) Vide infra verb. Aggravar deve a parte dentro de dez dias &c.

(l) O Esfílo he, que na petiçaõ de aggravo se põem Portaria, em que se diz: „Manda El-Rey nosso Senhor, que o Desembargador N. do seu Conselho, e Chancellér mór do Reyno, responda a esta petiçaõ &c., e com sua resposta nos autos vem á Mesa. Ita notat Senator Emanuel Lopes de Oliveira. Et nota, quòd in hac Ordinatione emendata fuit antiqua consuetudo, ex qua gravamen Cancellarii majoris deferabatur ad Senatium, ut dicit Cabed. p. 1. dec. 207.; & in antiqua Ordinatione ita statutum erat, ut dicit Peg. tom. 1. ad Ord. lib. 1. tit. 2. §. 11. n. 5.

(m) Intellige, quando gravamen interponitur per instrumentum; quia tunc non suspenditur in causa, & potest Judex à quo ad ulteriora procedere; Cabed. p. 1. dec. 59.; Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 19. n. 15.; Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 28.; & 65.; n. 147.; Moraes de Execut. lib. 6. cap. 5. n. 7.: quod limita primò, si gravamen sit super incompetencia Judicis; quia, pendente questione jurisdictionis, suspenditur causa principalis; Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 3. n. 6.; Reynos. observ. 45. n. 4. & 5.; Altimar de Nullit. sent. rubr. 9. q. 1. à n. 4.: limita secundò, si gravamen damnum irreparabile contineat, veluti si carceratus jubeatur relaxari à carcere; argum. Ord. lib. 3. tit. 69. §. 1.; Phæb. p. 1. arest. 101.; Leit. de Jur. Lusit. tract. 2. q. 14. n. 8.; & tract. 1. q. 6. n. 69. Si verò gravamen interponatur per petitionem, tunc suspenditur in causa; quia acta originalia deferuntur ad Superiorem; Cabed. d. dec. 59. n. 2. in fin.; Mend. ubi supr. d. n. 15.; Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 8.; Moraes d. cap. 5. n. 7. Limita tamen, si gravamen interponatur ab interlocutoria in judicio summario decem dierum, postquam sententia extracta est è processu, ut patet ex Ord. lib. 3. tit. 25. §. 2.; explicat Moraes de Execut. lib. 6. cap. 5. n. 12.

(a) Cost.

- Aggravo por instrumento se apresenta no Senado dentro em trinta dias, *liv. 3. tit. 74. §. 5. (a)*
- Aggravo da Ordenação não guardada, cabendo a causa na Alçada, não pôde conhecer delle, fenaõ o Regedor, *liv. 1. tit. 5. §. 6. (b)*
- Aggravo por petição, deve ser assignada a petição pelo Procurador da causa, *liv. 1. tit. 6. §. 11. (c)*
- Aggravo não ha da condemnação das custas do retardamento, fenaõ no auto do processo, *liv. 3. tit. 20. §. 38. (d)*
- Aggravo da interlocutoria do Corregedor do Cível, ou Desembargador, que conhece por acção nova, vem á Mesa dos Aggravos, *liv. 1. tit. 6. §. 6., e 7. (e)*
- Aggravo ha do Corregedor da Cõrte, e se recebe da quantia, que não cabe na Alçada, *liv. 3. tit. 84. §. 2., e 3.*
- Aggravo não impede a posse das partilhas, *liv. 4. tit. 96. §. 2. (f)*
- Aggravo dos Ouvidores dos Senhores vem á Casa da Supplicação, *liv. 2. tit. 45. §. 45.*
- Aggravo, de que conhecem por petição os Corregedores da Correição da Cõrte do Cível, são dos Julgadores ao redor cinco legoas, *liv. 1. tit. 8. §. 9. (g)*
- Aggravo de feitos crimes dos Julgadores, donde a Cõrte estiver, até cinco legoas ao redor, pertence aos Corregedores do Crime da Cõrte, *liv. 1. tit. 7. §. 16. (h)*
- Aggravos, que da Correição vem aos Corregedores das Comarcas, são aquelles, de que os Desembargadores do Aggravo, ou os Corregedores do Crime da Cõrte, e da Casa do Porto pôdem conhecer, *liv. 1. tit. 58. §. 25. (i)*
- Aggravo ordinario se segue dentro de dous mezes da publicação da sentença, e o feito se ha de apresentar perante os Desembargadores do Aggravo em termo de dous mezes, contados do dia, que a sentença for passada pela Chancellaria, *liv. 3. tit. 84. §. 4. (k)*
- Aggravo no feito sobre armas, e penas d'ante o Corregedor do Crime da Cõrte, pertence á Mesa dos Aggravos, *liv. 1. tit. 9. §. 14. (l)*

Aggra-

(a) *Cost. de Styl. Dom. Supplicat. annot. 5. n. 19., Leit. de Gravam. q. 6. ex n. 135., Portug. de Donat. Reg. lib. 1. Præ. lud. 2. §. 1. n. 115. Et licet transacti sint pauci dies post hunc terminum, admittitur tamen gravaminis præsentatio, & de eo cognoscitur in superiori Judicio; Gam. dec. 132., & dec. 211. n. 2., Leit. de Gravamin. d. q. 6. n. 139., Portug. ubi supr. d. n. 115., Martins à Cost. de Styl. d. annot. 5. n. 20. Excipe autem ab hac regula illum casum, de quo agit Ord. lib. 1. tit. 62. §. 78., in qua decernitur, quòd gravamen debet præsentari in judicio superiori intra decem dies; de quo vide Leit. de Gravamin. q. 6. num. 29. & 50.*

Et nota, quòd sufficit præsentare Instrumentum Distributori, & quòd per rubricam declaret illi præsentatum esse intra triginta dies, etiamsi illud non distribuat in eodem termino; Phæb. 1. p. arest. 27., Mend. in Prax. 2. p. lib. 1. cap. 2. n. 150., Leit. de Jur. Iust. tract. 1. q. 6. n. 140., Martins à Cost. de Styl. annot. 5. n. 20.

(b) *Leit. de Gravamin. q. 5. n. 35., Martins à Cost. annot. 4. à n. 17., Arouc. in L. 2. §. 1. n. 258. prop. fin. ff. de Rev. divis. Et nota, quòd huic legi videtur obstare Ord. lib. 1. tit. 58. §. 25., ubi decernitur, quòd Correctores sententiam proferant super gravaminibus notoriæ nullitatis, quamvis causa sit intra Judicis jurisdictionem; si autem gravamen ex Ordinatione non servata innotuerit nullitatem, sequitur, quòd in terminis dict. §. 25. potest gravamen interponi ab Ordinatione non servata, etiamsi causa non excedat Judicis jurisdictionem; & idèd hic §. 6. videtur contrarium disponere. Hanc dubietatem advertens Senator Sardinha, notavit ad hunc §. 6. sequentia verba: Ergo não se pôde aggravar, cabendo na Alçada, da sentença dada contra Ordenação expressa, ainda que a Ord. liv. 1. tit. 58. §. 25. mande tomar conhecimento de nullidade notoria; e tal parece a sentença dada contra Ordenação expressa, ex Ord. lib. 3. tit. 78. Cogitabo. Sed hanc antinomiam desiderat concordare Peg. tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 5. §. 6. n. 14. & 15.; eum consule.*

(c) *Ord. lib. 1. tit. 48. Coll. 3. n. 6.*

(d) *Leit. de Gravamin. q. 5. n. 15., & 47., & 56. Tom. 1.*

(e) *Vide supra verb. Aggravar se pôde para os Desembargadores dos Aggravos.*

(f) *Guerreir. de Divis. lib. 8. cap. 1. à n. 17. Et nota, quòd in effectu devolutivo admittetur appellatio, & per illam reparabuntur etiam modici errores intra sextam partem; Valasc. de Partit. cap. 40. n. 7. & 8., & cap. 39. à n. 31., Gabr. Per. dec. 65. à n. 3.*

(g) *Vide Cabed. 1. p. dec. 13. n. ult., declarat Leit. de Gravamin. q. 6. n. 151. vers. Sunt tamen. Et quid de gravaminibus ad Officium Provisorum pertinentibus? vide Oliveir. de Muner. Provisor. in addit. ad cap. 1. n. 21. & 22.*

(h) *Vide Cabed. 1. p. dec. 13. n. 10., Leit. de Grav. ubi supr.*

(i) *Limita, si gravamen factum fuerit à Judice exequente sententiam Senatus; quia tunc pertinet ad Judices, qui judicaverunt, ut probatur ex Ord. lib. 3. tit. 87. §. 12.; adèd, quòd gravamen interpositum à Prætorè Civitatis Lisbonensis in causa executionis sententiæ latæ per Prætorè Urbanum spectat ad Prætorè Urbanum, non obstant hac Ordinatione; Phæb. 1. p. arest. 45.; & idem dic in appellatione; Phæb. 2. p. arest. 29. vers. Entre.*

(k) *Vide Thom. Vaz alleg. 89. à n. 2., Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 19. n. 10., & sufficit intra hunc terminum præsentare processum Distributori; Cost. de Styl. annot. 4. n. 17., & anno. 5. n. 67., & vide notata supra verb. Aggravo por instrumento &c. Et transactis his mensibus recurrendum erit ad Regem, si pars ex aliquo impedimento non detulit gravamen ad Senatum, ut ait Cost. d. annot. 5. n. 14., conducit Gam. dec. 68. Et an intra hunc terminum possint partes uti instrumentis Diei apparitionis? vide Cabed. 1. p. dec. 4. à n. 6., qui n. 11. negativè testatur fuisse resolutum.*

(l) *Secus de prima instantia intra quinque leucas; quia pertinent ad Præsidentem Criminalem; ex Ord. lib. 1. tit. 7. §. 18. Et nota, que por huma Extravagante de 4. de Outubro de 1649. se derogou este §. 14. a respeito das armas de fogo de palmo e meyo, fazendo privativo dos Corregedores do Crime da Cõrte o conhecimento das appellações, e penas das ditas armas; Ord. lib. 5. tit. 80. Coll. 1. n. 12.*

D

(a) Vide

Aggravo de petições se despacha na Mesa dos Aggravos, quando as taes petições forem dadas ao Regedor, *liv. 1. tit. 6. §. 6.*

Aggravos, de que conhecem os Desembargadores do Aggravo, são de petições, e de feitos, que por desembargo vierem á Relação, e dos que vierem dentro das cinco legoas da Cidade de Lisboa, *ibid. (a)*

Aggravos de petições são de Interlocutorias, e de Mandados de quaesquer Juizes, e Justiças de Lisboa, os quaes vem á Mesa dos Aggravos, *ibid. §. 7. (b)*

Aggravos de todos os Termos, e Mandados de quaesquer Desembargadores da Casa da Supplicação, que cada hum por si só mandar em audiencia, ou fóra della, pertence á Mesa dos Aggravos, *liv. 1. tit. 6. §. 8.*

Aggravo dos Corregedores da Côrte, ou Desembargadores, que em lugar delles desembarguem alguns feitos por commissão, se a quantia passar da alçada, pertence á Mesa dos Aggravos da Casa da Supplicação, *liv. 3. tit. 48. §. 2. (c)*

Aggravo por petição, he da sentença final, quando o Julgador absolve ao Advogado da condemnação das penas do retardamento do feito, e de o não dar ao tempo, *liv. 3. tit. 20. §. 45. (d)*

Aggravo de o Desembargador não guardar a Ordenação, despacha o Regedor com cinco Desembargadores do Aggravo, e executará as penas da Ley, *liv. 1. tit. 5. §. 6. (e)*

Aggravos dos Desembargadores do Porto, por não guardar a Ordenação, despacha semelhantemente o Governador do Porto, *liv. 1. tit. 5. §. 6.*

Aggravo do Almotacé vay aos Juizes, fazendo-lhe relação do feito por palavras, nos feitos, que não passão de quantia de seiscentos reis, *liv. 1. tit. 68. §. 2., e tit. 65. §. 23.*

Aggravo do Almotacé nos feitos, que passarem de seiscentos reis, despacha os Juizes com os Vereadores em Camara, *liv. 1. tit. 68. §. 2., e tit. 65. §. 23. (f)*

Aggravo, a que responde o Julgador, ha de fer em dous dias de momento a momento, *liv. 3. tit. 74. (g)*

Aggravo não ha de assignação da dilação, salvo quando for assignada para fóra do Reyno, ou sendo denegada, *liv. 3. tit. 20. §. 5. (h)*

Aggravos não se haõ de tolher, *liv. 1. tit. 6. §. 10.*

Aggravo do Desembargador, que está em alçada, vay ao Desembargo do Paço, *liv. 1. tit. 80. §. 11., e tit. 6. §. 4. in fin. (i)*

Aggravo sendo mal interposto pelo Aggravante, he este condemnado nas custas em dobro, *liv. 1. tit. 5. §. 7., e tit. 6. §. 11.*

AGGRAVADO, quando se achar, que o he o Appellado, os Juizes o devem desaggravar, posto que não appelle, *liv. 3. tit. 72. (k)*

AGGRA-

(a) Vide supra verb. *Aggravar se pôde para os Desembargadores, &c.*

(b) Quid in Judicibus intra quinque leucas, de quibus Lex non est loquuta? Dic, quod Expeditores gravaminum cognoscunt de petitionibus ab illis interpositis; Prætores tamen Curiales criminales cognoscunt cumulativè de his petitionibus; Cabed. p. 1. dec. 13. n. 11., qui privativè illas existimat pertinere ad Prætores, ut illas expediant in Senatu.

(c) Nota, quod à sententiis diffinitivis Senatorum domus Portuensis non appellatur propter eorum dignitatem, sed supplicatur per supplicationem, quæ dicitur gravamen ordinarium, in causis, quæ excedunt illorum jurisdictionem: idem est in sententiis Prætorum Curialium, Prætoris Senatus Portuensis causarum civilium, Præsidentum Civitatis Lisbonensis in causis civilibus, Judicis causarum Indiæ, Conservatorum Academiæ Conimbricensis, & Eborensis: ab aliis autem omnibus Magistratibus appellatur, Cabed. part. 1. decis. 11. num. 12.

(d) Leit. de Gravamin. quest. 6. num. 11. vers. His præmissis, & num. 150. versic. Item si Judex absolvit Advocatum.

(e) Vide Cabed. p. 1. arest. 61., Almeid. de Num. qu. n. cap. fin. n. 3., Cost. de Styl. annot. 4. n. 24., & relatos à Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. q. 5. n. 39., & q. 6. n. 150. vers. Generaliter quoque, qui omnes afferunt non procedere hanc dif-

positionem in sententiis prolati in Senatu, sed in prolati ab uno tantum Senatore.

(f) Vide Gam. dec. 80.

(g) Consonat Ord. lib. 1. tit. 80. §. 9., Leit. de Gravamin. q. 6. n. 98.

(h) Non excludit gravamen in processu; Leit. de Gravamin. q. 5. n. 41., & vide n. 32.

(i) Leit. de Gravamin. q. 6. n. 163., concordat Ord. lib. 1. tit. 80. §. 11. in fin.

(k) Quia appellatio est communis utrique parti; Altimar de Nullit. sent. rubr. 5. q. 24. n. 99., & q. 20. n. 1., ubi multos refert, Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 80. ad princ. n. 5.; & ideò sufficit, quod ab una tantum parte interponatur, ut profut alteri non appellanti, & in ejus favorem possit Judex revocare sententiam; Gomes in L. 22. Taur. sub n. 4. vers. Quarto facit., & tom. 2. Var. cap. 11. n. 16. vers. Tertius effectus est, Valasc. cons. 51. n. 24., Peg. For. cap. 13. n. 1. Limita, quando sunt separate actiones, & non connexæ; Gom. lib. 2. Var. cap. 11. n. 16. vers. Secus verò, si plura capitula separate, Tusch. lit. A., concl. 363. ex n. 9., Cævalh. in tract. de Cognit. per v. am violent. q. 160., v. g., quando datur actio pro parte Actoris, & reconventio pro parte Rei, ita ut si Reus absolvitur, & non appellavit, quia Actor non fuit condemnatus in reconventionem, tunc appellatio non est communis, & solum cognosci debet circa appellationem ab Actore interpositam: & ita judicatum fuit, ut refert Peg. For. cap. 34. à n. 106. & 110., & d. cap. 13. sub n. 1.

(a) Vide

AGGRAVANDO ambas as partes, se huma só paga o agravo, não he provida a outra parte, que o não pagou, *liv. 3. tit. 84. §. 12. (a)*

AJ

AJUDA de braço secular daõ os Desembargadores do Agravo affi da Supplicação, como da Casa do Porto, *liv. 2. tit. 8. §. 4. (b)*

Ajuda de braço secular daõ os Corregedores da Comarca, Ouvidor dos Meistrados, e Juiz de Fóra, nos casos, que se processáraõ ordinariamente, e em que se não procedeo por censuras, mostrando-se os processos, *liv. 2. tit. 8. §. 1. (c)*

Ajuda de braço secular dá o Juiz de Fóra nos lugares, em que os Corregedores não pôdem entrar por via de correição, *ibid. §. 3. (d)*

Ajuda de braço secular dá o Provedor da Comarca naquelles lugares, em que não houver Juiz de Fóra, *ibid.*

Ajuda de braço secular, tanto que for concedida, cada hum Julgador dará á execucao a sentença do Prelado, ou de seus Officiaes com toda a brevidade sem appellação, nem agravo, em quaesquer penas que forem os Réos condemnados, *ibid. §. 3. (e)*

Ajuda de braço secular se dá nos casos dos publicamente amancebados, aindaque fejaõ condemnados em qualquer pena de degredo temporal, prendendo, e penhorando os culpados nas penas das ditas sentenças, *ibid.*

Ajuda de braço secular daõ os Julgadores temporaes nos casos civeis, que forem da jurisdicção dos Prelados, contra os Leigos condemnados até quantia de trinta mil reis, *ibid.*

Ajuda de braço secular nos casos civeis, q̄ passarem de trinta mil reis, daõ os Desembargadores do Agravo do Porto, e de Lisboa, cada hum em seu districto, *liv. 2. tit. 8. §. 4.*

Ajuda de braço secular se dá para prender o excommungado, se se não absolve, e sahe da excommunhaõ ao tempo, que lhe foi assignado pelo Juiz Ecclesiastico, *ibid. §. 5. (f)*

Ajuda de braço secular se dá, quando se houver procedido contra alguma pessoa até de participantes, não ficando mais procedimentos, que só por interdicto, sendo os actos feitos, e processados de maneira, que, segundo a Ordenação, e Estilo das Relações, se deva conceder, *ibid. §. 7.*

Ajuda de braço secular se concede, citadas as partes, e visto o processo, *liv. 1. tit. 6. §. 19. (g)*

Ajuda,

(a) Vide Cabed. 1. p. dec. 190., Peg. For. cap. 13. n. 17., Pereir. de Revision. cap. 85. n. 11., Mend. in Prac. p. 1. lib. 3. cap. 19. n. 10., Thom. Vaz alleg. 89. n. 22. Et notat hic Senator Sardinha: *Aggravando o mesmo em duas Instancias, não paga mais que os novecentos reis; mas aggravando na segunda, o provido na primeira pagará outros novecentos reis, por Absento.*

(b) De auxilio brachii secularis vide latissimè Larrea dec. 1., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 52. ex n. 6., Oliv. de For. Eccles. p. 2. q. 24. & 25., Parex. de Instrum. Edit. tit. 2. resol. 8., Carleval de Judic. tit. 1. disp. 2. à n. 762., Covas Praef. cap. 10., Cabed. dec. 36. n. 2., Cortiad. 4. p. dec. 231., & tom. 1. dec. 26. à n. 69., Altimar de Nullit. sent. rubr. 3. q. 23.

Ad verba, ibi: *Os Desembargadores dos Aggravos: intellige in Mensa; Cabed. 1. p. dec. 36. n. 2.: & per duos conformes; idem Cabed. p. 1. dec. 9. n. 7., Gabr. Pereir. de Man. Reg. cap. 52. num. 18. in fin., & vide Phæb. decis. 124.*

(c) Ad verba, ibi: *Que se processáraõ ordinariamente: vide sequentem Notam Senatoris Sardinha: Ordinariamente: Por libello, ou no Civel, ou Crime; mas procedendo por visitação, ou inquisição particular, aonde ha infamia, basta mostrar o sumario para prender, pronunciando, e implorando ajuda, vide in §. 2., itaque aqui he necessario processo, e sentença final, e no §. 2. basta sumario, e sentença de prisão, e he acrescentamento depois do Concilio, como declara a Extravagante no livro das Extravag. p. 2. tit. 2. L. 13. n. 2. e 3.*

Et ad verba: *Mostrando-se os processos: vide Parex. de Instrum. Edit. tit. 2. resol. 8. ex n. 9., Vella in cap. 1. de Offic. Ordinar. p. 2. à n. 33., Oliv. de For. Eccles. p. 2. q. 25., Larrea dec. 1. n. 26., Gabr. Per. cap. 52. n. 14. Et quid si opponatur de nullitate sententiæ Judicis Ecclesiastici? vide Cabed. 1. p. dec. 9. n. 3., Gabr. Per. cap. 52. n. 13., Altimar de Nullit. sent. rubr. 3. q. 23. n. 5., & ultra relatos à Barbof. ad hunc §. vide Costa de Styl. amot. 5. à n. 39., consonat Ord. lib. 1. tit. 6. §. 19.*

(d) In delictis Ecclesiasticis, præcipuè misti fori, Judex Ecclesiasticus an possit capere Laicos, non implo-rato auxilio brachii secularis? Per. dec. 117., & de Man. Reg. cap. 34. à n. 17., Larrea dec. 1. à n. 18., Vella in cap. 1. de Officio Ord. à n. 112. & 130., Amaya in L. Nemo carcerem. Cod. de Exact. tribut. à n. 35. lib. 10., Oliv. de For. Eccles. p. 2. q. 3., Fermo-fin. in cap. Non ab homine. q. 40. de Judic., Frances de Compet. q. 72., Cortiad. tom. 4. dec. 231. à n. 2., Matth. de Regim. Regn. cap. 7. §. 1. sect. 4. n. 170., Calder. tom. 3. dec. 106.

(e) Ad verba, ibi: *Dará á execucao a sentença &c. Ex hoc textu infertur, quod in executione sententiæ non requiritur, quando non agitur de executione sententiæ; unde absque illa poterit auxilium impertiri, v.g., pro reo capiendo, aut arrestando; de quo vide Phæb. dec. 124., Ord. in hoc tit. §. 2., & supr. notata; unus tamen est casus, in quo sine ulla sententia auxilium impertitur, scilicet, ad capiendos illos, qui confessionem recusant in tempore ab Ecclesia statuto, ut videre est ex Diplomate Regio adducto à Gabr. Pereir. de Man. Reg. cap. 52. num. 17. versic. Unus.*

Ad verba, ibi: *Do Prelado, ou de seus Officiaes. Nota, quod hoc auxilium requirere potest tam Judex Ordinarius, quam Delegatus; Cabed. p. 1. dec. 9. n. 3., sed Gabr. Per. de Man. Reg. p. 2. cap. 52. n. 13. ait procedere in Delegato Ordinarii; quia Delegati Apostolici non possunt requirere illud auxilium, ut probat Ord. hoc tit. §. 6., Gabr. Per. d. cap. 52. à n. 12., Oliv. de For. Eccles. part. 2. q. 24. n. 8.*

(f) Oliv. de For. Eccles. p. 2. q. 25. ex n. 19.

(g) Vide Cabed. p. 1. dec. 9. n. 7., Cost. de Styl. amot. 5. à n. 36., Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 52. à n. 18., Oliv. de For. Eccles. p. 2. q. 26. à n. 7. versic. Quid tenendum., ubi n. 8. limitat, Altimar de Nullit. sent. rubr. 3. q. 23. n. 1., ubi n. 2. contrarium asserentes refert.